





PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 168/2022

DISPENSA DE LICITAÇÃO № 004/2022

Exercício: 2022

Unidades requisitantes: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Dispensa nº 004/2022

Data do Processo: 10 de fevereiro de 2022

HISTÓRICO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE LICITAÇÕES EM AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE IRUPI.

CERTIDÃO DE AUTUAÇÃO

Eu, Jania de Freitas Mateus, responsável pelo Setor de Compras, certifico que aos 10 (dez) dias do mês de fevereiro do ano de 2022, no setor de Compras, autuei o presente Processo (parte interna), com os autos que o instruem e, para constar, faço esta autuação.

Assinatura:





PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI - ES

Serviço: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Assunto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de Software que automatiza o processo de licitações em aquisições e contratações de serviços realizados no município de Irupi.

Data: 09 de fevereiro de 2022.

Senhor Prefeito,

Venho mui respeitosamente através do presente, solicitar providências no sentido de viabilizar a abertura de processo de Dispensa de Licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE LICITAÇÕES EM AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE IRUPI.

Justificamos a necessidade da contratação de empresa (s) especializada (s) no de fornecimento de Software que automatiza o processo de licitações em aquisições e contratações de serviços realizados no município de Irupi, visando a adequação do processo de licitação, no seu formato eletrônico, afim de transmitir seu amparo legal, conforme Decreto Federal de nº 10.024/2019. O referido objeto a ser contratado irá automatizar o processo de licitações para aquisições e contratações de serviços, proporcionando maior transparência e legalidade ao processo, tendo em vista, que essa modalidade de compra se tornou obrigatória após o Decreto Federal nº 10.024/2019.

É importante ressaltar que embora todas as empresas que fora solicitada a cotação de preços, apresentarem valores com custo zero, a proposta mais vantajosa da empresa vencedora, se dá pelo fato de que também não é cobrado taxa de cadastro dos fornecedores que por sua vez participam do certame sem despender quantia para tal, sendo apenas cobrado ao final do certame uma pequena taxa da empresa vencedora, um diferencial das empresas concorrentes que cobram taxas para utilização do programa para participar do certame, dificultando assim, a concorrência e competitividade, que certamente implicará no resultado final dos valores das aquisições e dos serviços solicitados, durante as aberturas do processos licitatórios, o que não apresenta vantagem para o município, no quesito economicidade.

Cumpre anotar, que além dos pontos aqui levantados para justificar a referida contratação da Prefeitura Municipal de Irupi/ES, a plataforma BLL, em detrimento as demais plataformas, vez que atende as especificidades do Município de Irupi/ES, tanto no quesito eficácia, quanto no quesito economicidade, e no quesito praticidade e eficiência na conclusão dos processos





PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI - ES

licitatórios. A BLL Compras, demonstrou eficácia devido as inúmeras experiências, já que atua no mercado desde 2008 e está presente em mais de 3.000 órgãos em 26 estados do País, sendo a plataforma mais recomendada pelos profissionais da área, está 100% integrada à Plataforma+Brasil e amparada legalmente na Lei e Decreto Federal que regem o pregão, disponibilizando as modalidades de Pregão Eletrônico, compra Direta e RDC (Regime Diferenciado de Contratação), investindo em inovações e tecnologia de ponta, estando o sistema em constante atualização, visando tornar a experiência dos Órgãos Públicos e Fornecedores, mais agradável e personalizada, possui um Departamento estruturado para atender as demandas técnicas e operacionais do sistema, junto ao Órgão Público, com atendimento personalizado, pois sua linguagem é acessível e adaptada para todos os usuários; além de trazer exclusividade ao Órgão Público, possui como grande diferencial, contato direto com a equipe de técnica do sistema, buscando soluções de forma ágil e rápida, atendendo as necessidades de cada instituição, e equipes especializada para prestar suporte técnico personalizado ao Fornecedor, com foco no melhor atendimento, proporcionando solução rápida a todas as dúvidas de cada licitante, do início ao fim do processo, gerando cada vez mais oportunidades ao fornecedor por meio do portal da BLL COMPRAS. A BLL também possui um departamento responsável por identificar a experiência dos usuários no portal, gerando segurança nas compras públicas e confiança nos serviços disponibilizados, e tem como objetivo garantir a disputa nas licitações, realizando a prospecção de fornecedores por meio da divulgação dos editais publicados, possui mais de 60.000 fornecedores cadastrados gerando uma satisfação da Plataforma de 97% (noventa e sete por cento), disponibilizando para os Órgãos Públicos, o cadastro e utilização da Plataforma sem qualquer custo de operação, aos cofres públicos. Com a utilização da Plataforma as Prefeituras que a ela aderiram apresentaram alto índice de eficiência e economicidade.

Segue em anexo as cotações de preços, que comprovam que as mesmas não apresentam custos de operação.

Assim sendo, solicito que seja instaurado o devido procedimento para a referida contratação por dispensa de licitação conforme o inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Atenciosamente,

Divaldo Ferreira da Luz Filho

Secretário Municipal de Administração e Planejamento





PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI - ES

Ao:

Exmo. Senhor Edmilson Meireles de Oliveira DD. Prefeito de IRUPI – ES

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE LICITAÇÕES EM AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE IRUPI.

Irupi/ES, 09 de fevereiro de 2022.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação. Referência: Instrução Normativa n.40/2020 (Órgão Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão) e Parecer Consulta do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE/ES n. 00019/2020.

1 - JUSTIFICATIVA

Justificamos a necessidade da contratação de empresa especializada no ramo de Software, visando a adequação do processo de licitação, no seu formato eletrônico, afim de transmitir seu amparo legal, conforme Decreto Federal de n° 10.024/2019.

O referido objeto a ser contratado irá automatizar o processo de licitações para aquisições e contratações de serviços, proporcionando maior transparência e legalidade ao processo, tendo em vista, que essa modalidade de compra se tornou obrigatória após o Decreto Federal n° 10.024/2019.

1.1. Secretaria Requisitante

A Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, é o órgão responsável pela requisição e fiscalização da referida contratação; sendo certo que a referida contratação engloba as necessidades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

1.2. Análise de contratações anteriores desta instituição para identificar as inconsistências ocorridas.

Na presente Dispensa de Licitação não se aplicam os critérios deste item, em virtude da la licitação não se aplicam os critérios deste item, em virtude da la licitação de contratações anteriores desta instituição relacionadas aos objetos desta licitação.

1.3. Requisitos que o objeto a ser adquirido deverá atender, incluindo os requisitos mínimos de qualidade.

O Software Eletrônico de Licitações deverá ser fornecido pela empresa especializada, devendo se pautar pela qualidade no atendimento aos padrões impostos pelas normas técnicas (ABNT), com objetivo de orientar o profissional acerca dos materiais, produtos e processos, e impulsionar a qualidade do empreendimento ao fim do processo.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para fornecimento de software que automatiza o processo de licitações em aquisições e contratações de serviços realizados no município de Irupi.

3. ITENS A SEREM ADQUIRIDOS

ITEM	QUANT	MESES.	PRODUTO	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR MÉDIO TOTAL
01	60	MESES	Contratação de empresa especializada para fornecimento de Software que automatiza o processo de licitações em aquisições e contratações de serviços realizados no município de Irupi.	0,00	0,00
			V	alor total	0,00

4. DO PROCEDIMENTO PARA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

A solicitação foi embasada de acordo com a necessidade da Secretaria de Administração e Planejamento, não havendo, portanto, uma medida comparativa do ano anterior.

5. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Tendo em vista o quantitativo e valores condizentes com cada item, em obediência aos ditames da Lei Complementar De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificou-se que a empresa disponibiliza para os órgãos públicos, o cadastro e utilização da Plataforma sem qualquer custo de operação aos cofres públicos, e aos fornecedores também não é cobrado taxa de cadastro, que por sua vez podem participar do certame sem despender quantia para tal, sendo apenas cobrado ao final do certame uma pequena taxa de 1,5%, sobre o valor do lote adjudicado, que por sua vez traz certo benefício a Contratada e a Contratante no momento do certame.

6. DEFINIR OS ASPECTOS E PADRÕES MÍNIMOS DE ACEITABILIDADE PARA A AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS.

Não se aplica.

7. LISTAR CONDIÇÕES ESPECIAIS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA NO RAMO DO OBJETO EM RAZÃO DE PREVISÃO NORMATIVA (AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO).

Na presente Dispensa de Licitação não se aplicam os critérios aqui elencados em virtude da inexistência de condições especiais de habilitação dos fornecedores, aplicando ao presente certame as exigências normais de habilitação que posteriormente serão enviadas as empresas vencedoras.

8. DEFINIR NECESSIDADE DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA-OPERACIONAL.

4

conforme o descritivo de cotação solicitado, bem como as exigências no Termo de Referência.

Na presente Dispensa de Licitação, será necessária a apresentação de Atestado de Carcidade Técnica, afim de garantir que o profissional comprove sua experiência à medida que registra todas as atividades técnicas desempenhadas.

9. LISTAR CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA, COMO NECESSIDADE DE VISITA TÉCNICA, ENTRE OUTRAS

As condições específicas de habilitação técnica são regras que as empresas deverão atender e que podem não se relacionar com legislações, mas com o nível do serviço que o setor requisitante solicita. Outras condições comuns de habilitação técnica são realizar visita técnica ao local, conforme solicitação da Secretaria de Administração. A omissão destas informações na proposta não implica na desclassificação da mesma, porém, o contratado estará obrigado a fornecer os serviços de acordo com tais condições.

10. DEFINIÇÃO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto desta Dispensa de Licitação deverá ser iniciada mediante ordem de execução emitida pelo Setor de Compras e Almoxarifado ou ordenador da despesa, contados a partir da assinatura do recebimento da mesma, devendo a execução dos serviços contratados serem realizadas em 15 (quinze) dias após o recebimento da ordem de execução, não ocorrendo a execução do objeto no prazo estipulado poderá ocorrer prorrogação do mesmo perante justificativa técnica dentro dos procedimentos legais.

11. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS SERVIÇOS.

O fornecimento de Software que automatiza o processo de licitações em aquisições e contratações de serviços realizados no município de Irupi, deverão atender integralmente as exigências da Secretaria Solicitante, na realização dos serviços, conforme o descritivo de cotação solicitado, bem como as exigências no Termo de Referência.

12. DA NECESSIDADE DE GARANTIAS DE FUNCIONAMENTO (VALIDADE, GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA)

Não se aplica.

13. DO PROCEDIMENTO PARA ESTIMATIVA DE PREÇOS

Os métodos para estimativa de preços da prestação de serviço foram realizados no comércio regional, comprovando que os valores dos itens estão condizentes com os valores ofertados no mercado nacional de forma geral.

14. EQUIPE DE PLANEJAMENTO

Para a elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar, cooperaram os seguintes servidores: Rosângela Lopes Borel e Sara Barbosa Souza, tais servidores realizaram os levantamentos aqui esposados em total supervisão da Secretária Municipal de Administração e Planejamento, o S.r. Divaldo Ferreira da Luz Filho, sendo o referido secretário responsável integralmente por todos os trabalhos realizados e pelos dados coletados.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Por todo o exposto e diante de todos os dados coletados, visível é a viabilidade da referida contratação para o Município de Irupi/ES, trazendo maior economicidade, melhor eficiência e controle dos gastos públicos.

Rosângela Lopes Borel

ODE

Assessor Técnico

Sara Barbosa Souza

Assessor Técnico

Divaldo Ferreira da Luz Filho

Secretária Municipal de Administração e Planejamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES Secretaria Municipal de Administração



TERMO DE REFERÊNCIA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

1. DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE LICITAÇÕES EM AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE IRUPI.

2. PESQUISA DE PRECO/MERCADO

- 2.1. Realizou-se pesquisa de mercado levando-se em consideração todos os detalhes que envolvem o objeto a ser adquirido e anexa-se ao processo os valores apurados, que visa subsidiar o Setor de Compras quanto à aceitabilidade dos preços propostos.
- 2.2. A especificação técnica dos itens a serem adquiridos não estabelece características de marcas ou produtos específicos que possa restringir a competitividade do certame.

3. JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO

Faz-se necessária a contratação de empresa especializada no ramo de Software, visando a adequação do processo de licitação, no seu formato eletrônico, afim de transmitir seu amparo legal, conforme Decreto Federal de n° 10.024/2019.

O referido objeto a ser contratado irá automatizar o processo de licitações para aquisições e contratações de serviços, proporcionando maior transparência e legalidade ao processo, tendo em vista, que essa modalidade de compra se tornou obrigatória após o Decreto Federal n° 10.024/2019.

4. JUSTIFICATIVA DE AQUISIÇÃO POR DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1. O art. 24, II da Lei nº. 8.666/93, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação quando o valor para aquisição de bens for de até 10%(dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, "a", R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais). O valor proposto no menor orçamento enquadra-se no disposto no art.24, II da Lei nº. 8.666/93, referindo-se à dispensa de licitação para aquisição de bens, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

5.1. Prazo e local de entrega:

- 5.1.1. O prazo para realização dos serviços, será conforme apresentado na proposta comercial, e de acordo com a ordem de serviço emitida pelo Setor de Compras, conforme solicitação da Secretaria Municipal Administração e Planejamento.
- 5.1.2. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o (s) projeto (s) fornecido/executado em desacordo com os termos do Termo de Referência.





6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. São obrigações da Contratante:
 - 6.1.1. Receber o(s) produto(s) no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 6.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do(s) serviço/produto(s) contratado(s).
 - 6.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no(s) produto(s) contratado(s), para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 6.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 6.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do (s) produto(s), no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- 6.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 7.1.1. Realizará as execuções dos serviços (s), conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência.
 - 7.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do (s) serviço/produto (s) contratado (s), de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 7.1.3. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de realização do (s) serviços (s) contratado (s), os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 7.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
 - 7.1.5. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES Secretaria Municipal de Administração



9. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do (s) serviço (s) contratado (s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.
- 10.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. INDICAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATO

- 11.1. Fica desde já indicado **Thiago Rodrigues Auxiliar Administrativo**, servidor desta municipalidade, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para ocupar o cargo de fiscal de contrato no presente processo.
- 11.2. Desde já ciente de suas responsabilidades e obrigações para com este Município, devendo agirem em estrito cumprimento da legalidade e sempre se pautando pela moralidade e transparência em suas ações, devendo sempre que ocorrer irregularidades na execução do presente objeto por parte da empresa licitante vencedora informar a Autoridade Máxima Municipal, afim de que a mesma tome as medidas cabíveis para sanar tal irregularidade.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Tendo em vista que na pesquisa de preços, verificou-se que, a empresa disponibiliza o cadastro e utilização da Plataforma sem qualquer custo de operação aos cofres públicos, o pagamento não se aplica à contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES Secretaria Municipal de Administração



13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Compete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 a Contratada que:
 - 13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 13.1.3. Fraudar na execução do contrato;
 - 13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
 - 13.1.5. Cometer fraude fiscal;
 - 13.1.6. Não mantiver a proposta.
- 13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.2.2. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 13.2.3. Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos;
- 13.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
 - 13.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93, as empresas e os profissionais que:
- 13.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 13.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
 - 13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº8.666/93 e, subsidiariamente, a Lei nº 9.784/99.







13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Dotação orçamentária: 040001.0412200012.002-339039 — DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

15. CONSTITUI ANEXO DESTE TERMO:

15.1. Anexo I - Pesquisa de Preço.

Irupi/ES, 09 de dezembro de 2021.

Divaldo Ferreira da Luz Filho Sesretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES Secretaria Municipal de Administração



ANEXO I PESQUISA DE PREÇOS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MES ES	QTDE.	LICITA	SA DE ACOES E DES DO RASIL	BRASI	DLSA LEIRA DE ADORIAS	ELETRO	ACOES ONICAS RELI		RMATICA DA	MENOR VALOR
		23		VR. UNI D	VR. TOTAL	VR. UNI D	VR. TOTAL	VR. UNI D	VR. TOTA L	VR. UNID	VR. TOTAL	TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para fornecimento de Software que automatiza o processo de licitações em aquisições e contratações de serviços realizados no município de Irupi	MES	60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
							TO	OTAL EST	IMADO		0,00	



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI

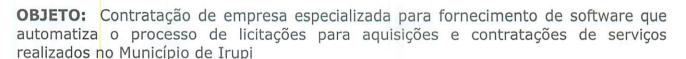
Estado do Espírito Santo SECRETARIA DE OBRAS

ORÇAMENTO



Setor de Compras: Jania Tel/Fax: (28) 3548-1212

E-mail: prefcompras.irupi@hotmail.com



ITEM	UNID	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR COMPRADOR	PERCENTUAL /TAXA COMPRADOR	VALOR FORNECEDOR	PERCENTUAL /TAXA FORNECEDOR
01	Und	Fornecimento de software que automatiza o processo de licitações para aquisições e contratações de serviços.	Sem custos	Sem custos		1,5% sobre o valor do lote adjudicado, limitado ao máximo de R\$ 600,00 por lote.

OBSERVACÕES IMPORTANTES:

- a) Esse software seja executável em qualquer navegador; Sim, preferencialmente no Mozilla Firefox ou Microsoft Edge.
- b) Fomento de fornecedores para participação em editais;
 Sim, em todas as licitações.
- c) Esteja interligado com a Plataforma + Brasil.
 Sim, todos os andamentos s\(\tilde{a}\) enviados automaticamente para a Plataforma +Brasil.

Essas observações são apenas exemplificativas, podendo cada empresa informar quais as características de seu software na proposta orçamentária.

Justificativa e Finalidade: Cotação para Processo de Dispensa de Licitação.

Data: 21 de dezembro de 2021.

Assinatura do Representante da Empresa Carimbo da Empresa.

Rua Jalmas Gomes de Freitas, 151, Centro – Irupi/ES – CEP 29398-000 Tel.:(28) 3548-1212– prefcompras.irupi@hotmail.com



REGULAMENTO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES

CAPITULO I – DAS DEFINIÇÕES



Art. 1°. Para efeito deste Regulamento, entende-se:

- Bolsa ou BLL: A instituição Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, ou simplesmente Bolsa de Licitações do Brasil - BLL;
- II. Promotor: Instituição pública ou privada interessada em adquirir bens ou contratar serviços;
- III. Licitação: Conjunto de procedimentos administrativos e operacionais, onde o Promotor da Licitação seleciona a proposta mais vantajosa para o contrato de seu interesse segundo a legislação vigente. São modalidades de licitação: Pregão, nos formatos presencial ou eletrônico, Convite, Tomada de Preços, Concorrência e Concurso;
- IV. Licitante: Instituição privada física ou jurídica que participa do processo licitatório como potencial fornecedor dos bens ou serviços demandados pelo Promotor no processo licitatório dentro das exigências estabelecidas no Edital;
- V. Sistema: Serviço de software oferecido pela BLL que automatiza o processo licitatório.
- VI. Perfil de usuário: define as funções disponíveis e pertinentes a um determinado tipo usuário;
- VII. Senha: Código numérico secreto pessoal e intransferível cadastrado pelo usuário que, fornecido em conjunto com seu nome de usuário, autentica-o perante o Sistema, concedendo-o acesso às suas funcionalidades;
- VIII. Autoridade Competente: Pessoa representante da instituição promotora de Licitação que detém autoridade máxima sobre a mesma;
- IX. Condutor: Representante designado pela Autoridade Competente do Promotor e responsável pela criação e condução da Licitação até a adjudicação;
- X. Operador: Pessoa designada pelo Representante Legal de um Licitante e capacitado para operar em seu lugar no Sistema por meio de um usuário independente;
- XI. Edital: Documento expedido pelo Promotor, com as informações pertinentes à Licitação: (i) do bem a ser adquirido ou do serviço a ser contratado, conforme o caso; (ii) do local em que se está promovendo a licitação; (III) do endereço eletrônico, da data e do horário do certame; (iv) das exigências de Habilitação; (V) dos critérios de aceitação de propostas; (vi) das sanções aplicáveis na hipótese de inadimplência; e (VII) das demais condições de aquisição de bens ou contratação de serviços;
- XII. Lote: Agrupamento de um ou mais itens que compõem os bens ou serviços demandados pelo Promotor em uma Licitação;
- XIII. Lance: Valor ou oferta de preço registrada no Sistema referente a um bem ou serviço realizados pelo Licitante;
- XIV. Habilitação: Etapa de verificação do atendimento, pelos participantes, das exigências instituídas no Edital para participação na Licitação;
- XV. Homologação: Confirmação final do Licitante vencedor pela Autoridade Competente da instituição promotora;
- XVI. Lote adjudicado: Confirmação do Licitante vencedor pelo Condutor ou Autoridade Competente da Licitação;

CAPITULO II - DO OBJETIVO

Art. 2º. O presente Regulamento estabelece normas e procedimentos para a utilização de um serviço de software oferecido pela BLL que automatiza o processo de Licitação em aquisições e contratações de serviços, processo este realizado sob as definições das modalidades admitidas em lei e conduzido pelos Promotores. Este serviço é disponibilizado por meio do Sistema sendo este acessível pelo portal da BLL na internet.





Art. 3°. A BLL tem por objetivo:

- I. Prover economicidade aos compradores por meio da adequada e eficiente formação de preços;
- II. Prover oportunidades de negócio a fornecedores, com a divulgação das intenções de compra por parte dos Promotores.
- III. Assegurar a transparência do processo, registrando todos os eventos que ocorrem e disponibilizando acesso amplo às informações;
- IV. Trazer agilidade, praticidade e facilidade a todos os procedimentos que compõem o processo;
- V. Acompanhar e oferecer suporte de pronto atendimento aos usuários quanto à utilização do sistema, bem como quanto às normas das modalidades de Licitação;
- VI. Cumprir as normas estabelecidas na legislação sobre a modalidade a qual a licitação se refere;
- VII. Disponibilizar ferramentas de apoio para atividades complementares e inerentes ao processo licitatório.

CAPÍTULO III - DO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES

- **Art. 4º.** A automatização a que se refere o artigo 2º se dá pela utilização do Sistema pelos usuários representantes das instituições envolvidas no sentido de melhorar a produtividade e os resultados esperados por eles no processo licitatório, sendo que esta utilização deve estar em conformidade com as disposições deste Regulamento.
- Art. 5°. O Sistema é operado via Internet, permitindo aos interessados acompanhar os certames em tempo real, fazer consultas a Editais e a resultados de licitações realizadas, estando disponível por meio do endereço eletrônico da BLL (www.bll.org.br).
- Art. 6°. O Promotor deverá estar expressamente de acordo com as disposições deste regulamento por meio de solicitação da Licença de uso do Sistema, conforme modelo constante do Anexo I.
- Art. 7°. Após a assinatura da Licença de uso do Sistema pelo Promotor, seus representantes (o Condutor, e as respectivas equipes de apoio) poderão ser cadastrados como usuários e assim ter pleno acesso às funcionalidades pertinentes a seus perfis.

CAPÍTULO IV - DO PROMOTOR

- Art. 8°. A autoridade máxima do Promotor no sistema é o usuário com perfil de Autoridade Competente. É de sua responsabilidade a nomeação, gestão e controle dos usuários que representam o Promotor no sistema. Estes representantes podem ser cadastrados pela própria Autoridade Competente ou serem informados nos formulários presentes na Licença de uso do Sistema.
- Art. 9°. O chamamento de interessados para participar em licitações caberá ao Promotor e será feito por meio de publicação de Edital no Sistema da BLL. No acesso público do Sistema são divulgadas as principais informações do Edital, assim como é disponibilizada a íntegra do mesmo para download.
- § 1º. Na publicação referida neste artigo deverão constar também:
 - I. O endereço eletrônico da BLL (www.bll.org.br);
 - II. A data e o horário limites para encaminhamento das propostas e início previsto para início da etapa de lances;
 - III. Descrição do objeto da licitação, listagem de itens e respectivos quantitativos e valores de referência, quando estes últimos forem exigidos, além de seus agrupamentos em lotes; e
 - IV. Demais exigências contratuais da intenção de aquisição ou contratação de serviço.



- § 2°. As referências de tempo nas publicações relativas aos procedimentos previstos neste regular observarão o horário de Brasília, DF.
- Art. 10°. Caberá ao Condutor, conforme o caso, decidir sobre a aceitação e a classificação final das propostas e das ofertas de Lances, indicando o Licitante vencedor, cumprindo as regras da modalidade a que se refere a Licitação.

Parágrafo único. O Sistema expedirá ata da sessão contendo a descrição da Licitação e os registros de todos os eventos nele ocorridos.

Art. 11°. O Promotor de instituição pública estará isento do pagamento de qualquer taxa, inclusive com relação aos treinamentos, ou quando solicitado o suporte por qualquer meio.

CAPÍTULO V - DO LICITANTE

- Art. 12°. A autoridade máxima da empresa fornecedora ou Licitante no Sistema é o Representante Legal. Este pode cadastrar-se como usuário a qualquer momento acessando o endereço eletrônico da BLL e em seguida cadastrar a empresa Licitante da qual será responsável. Este cadastro será validado e concluído em 24 (vinte e quatro) horas úteis a partir da efetivação do cadastro.
- § 1°. O Licitante deve apresentar à BLL o Termo de Adesão, o qual atesta que a empresa está de acordo com o presente Regulamento. O termo deve estar em conformidade com o modelo constante do Anexo II deste regulamento.
- § 2°. O Termo de Adesão deve estar assinado pelo Representante Legal da empresa Licitante.
- § 3º. Para apresentação do Termo de Adesão, o Representante Legal poderá assinar digitalmente o documento em formato de arquivo e anexa-lo junto ao sistema por meio de upload, ou deverá enviar o original assinado e com **firma reconhecida por semelhança** em cartório, por correio, à BLL.
- § 4°. O cadastro do licitante para utilização do sistema é válido por tempo indeterminado, devendo atualizalo sempre que houver qualquer alteração em quadro societário, alteração de titularidade, mudança do representante legal, mudança de endereço ou de informações cadastrais, venda da empresa, com apresentação da devida documentação.
- § 5°. A BLL validará o cadastro do Licitante mediante comprovação de autoridade sobre a empresa com a apresentação de Contrato Social em conjunto com o Termo de Adesão.
- § 6°. Em caso do Representante Legal não constar no contrato social, é necessária também a apresentação de Procuração de pelo menos um dos sócios proprietários com autoridade para substabelecer, outorgando esta pessoa a representa-lo perante a BLL.
- Art. 13°. O credenciamento do Licitante perante a BLL implicará em sua responsabilidade legal e na presunção de sua capacidade técnica e operacional para a realização dos procedimentos necessários junto ao Sistema.
- § 1°. O Licitante deverá declarar-se em condições de cumprir as exigências contratuais que constam nos Editais dos quais participar, não podendo, em nenhum momento de sua participação, alegar desconhecer as disposições dos Editais ou delas discordar.
- § 2º. O Licitante deverá estar representado por um usuário Operador (podendo ser este o próprio Representante Legal), que terá autorização para a prática de todas as ações necessárias para sua devida participação no certame.
- § 3°. O Licitante será responsável por todas as propostas, ofertas de Lances ou quaisquer ações efetuadas no Sistema por seus usuários representantes, assumindo-as como firmes e verdadeiras.





- § 4°. Os Licitantes respondem pela veracidade e pela exatidão das especificações dos bens e dos serviços ofertados, sendo responsáveis por quaisquer danos decorrentes da desconformidade do bem ou do serviço ofertado com as especificações contidas no Edital, inclusive pelos prejuízos causados à BLL e/ou a terceiros envolvidos.
- § 5°. Os Licitantes estão sujeitos ao pagamento de taxas e emolumentos para utilização do Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Capítulo VIII deste Regulamento, observando-se as finalidades previstas no Estatuto da BLL.

CAPÍTULO VI - DO ACESSO AO SISTEMA

- Art. 14°. A senha para acesso ao Sistema deve ser cadastrada ou personalizada pelo próprio usuário, sendo de uso pessoal e intransferível de seu titular, não cabendo à BLL nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de compartilhamento com outra pessoa ou uso indevido.
- § 1º. A desativação do usuário poderá ser feita pela BLL mediante solicitação escrita de seu titular.
- § 2°. O usuário pode recuperar sua senha sempre que perdê-la ou quando julgar que tenha havido quebra de seu sigilo. A recuperação é uma funcionalidade do Sistema disponível para todos os usuários e se dá pelo envio de um link de recuperação para o e-mail cadastrado. Uma nova senha pode ser criada tornando sua conta de usuário segura novamente.

CAPÍTULO VII – DA CONTRATAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DOS NEGÓCIOS E DAS GARANTIAS

- Art. 15°. O documento comprobatório da operação realizada em conformidade com o disposto neste Regulamento, expedido pelo Sistema da BLL, faz prova de relação jurídica contratual entre o Promotor da Licitação e o vencedor, conforme o caso, obedecidas às condições estabelecidas no Edital.
- Art. 16°. A liquidação da operação se dará nas condições previstas no Edital, não cabendo à BLL, em nenhuma hipótese, responsabilidade, a qualquer título, pela execução das obrigações decorrentes dos negócios celebrados por intermédio do Sistema.

CAPÍTULO VIII - DO CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

- Art. 17°. Existe um valor cobrado somente do Licitante pela utilização do Sistema, o qual corresponde a uma taxa variável. Esta taxa é cobrada somente dos Licitantes vencedores das Licitações. As condições de cobrança seguem nos parágrafos abaixo.
- § 1º. Em Licitações nas quais o Promotor não opta por finalidade de Registro de Preços o formato de cobrança para os licitantes será de 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do Lote Adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação, limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por Lote Adjudicado e mediante boleto bancário em favor da BLL.
- § 2°. Em Licitações nas quais o Promotor opta por finalidade de Registro de Preços o formato de cobrança para os licitantes será de 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do Lote Adjudicado, com vencimento parcelado mensalmente (número de parcelas equivalentes ao número de meses do Registro de Preço), emissão da primeira parcela em 60 (sessenta) dias após a adjudicação, limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por Lote Adjudicado e mediante boleto bancário em favor da BLL.
- § 3°. Em Licitações de Lances por Maior Desconto e para finalidade de Registro de Preço ou Aquisição, o formato de cobrança para os licitantes será de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Lote empenhado,





com vencimento em 15 dias após o levantamento dos empenhos, limitado ao teto máximo de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) por Lote Adjudicado e mediante boleto bancário em favor da BLL.

Art. 18°. O não pagamento das cobranças mencionadas nos artigos acima sujeitam o Licitante ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito

(SPC/SERASA e outros) e cadastro dos inadimplentes da BLL, além da automática desativação do Licitante e todos os seus acessos.

Art. 19°. Em caso de cancelamento da Licitação realizada no Sistema pelo Promotor (comprador), o Licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

CAPÍTULO IX - DAS RESPONSABILIDADES

- Art. 20°. Caberá aos Licitantes acompanhar o desenvolvimento dos certames de que participarem, sendo de sua inteira responsabilidade a eventual perda de negócio que decorrer da inobservância de mensagens emitidas pelo Sistema ou de Desconexões que ocorrerem durante a realização dos certames.
- Art. 21°. As pessoas e instituições as quais representarem são responsáveis pelo uso indevido de suas Senhas de acesso ao Sistema e pelas ações efetuadas por si mesmos ou por qualquer outra pessoa que tenha utilizado seu usuário correspondente.
- Art. 22°. A BLL não será responsável, em nenhuma hipótese, pelas obrigações assumidas pelos Licitantes e pelos Promotores, em decorrência de contratos de aquisição ou de prestação de serviços celebrados mediante a utilização do Sistema.
- Art. 23°. A perda do negócio em razão de desconexão, falha ou lentidão na conexão, erro no sistema ou erro de pregoeiro, não implicará em responsabilidade da BLL.
- Art. 24°. São responsabilidades do Promotor de Licitação:
 - Utilizar o Sistema exclusivamente para a realização de Licitações na forma prevista neste Regulamento e observar as disposições legais vigentes para a realização dos procedimentos da Licitação;
 - II. Responsabilizar-se, por si e por seus representantes, nomeados na Licença de Uso do Sistema, conforme modelo constante do Anexo I deste Regulamento, pelo correto uso do Sistema e por todas as ações efetuadas por seu intermédio;
 - III. Dar início, conduzir e encerrar a Licitação, bem como homologar seu resultado;
 - IV. Prestar à BLL, sempre que solicitado, informações sobre os pagamentos aos fornecedores, relativas às licitações realizadas nas modalidades suportadas pelo Sistema.

CAPÍTULO X - DAS PENALIDADES

- Art. 25°. A prestação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de credenciamento de que trata este Regulamento sujeitará o Licitante às sanções previstas no Edital.
- Art. 26°. Sem prejuízo do disposto nos Estatutos Sociais da BLL, os fornecedores estarão sujeitos às penalidades de advertência, multa pecuniária ou suspensão, a serem aplicadas pela administração da BLL, além de responder criminalmente nos seguintes casos:
 - Não-apresentação ou apresentação incompleta da documentação exigida neste Regulamento e/ou nos Editais; e
 - II. Apresentação de declaração falsa ou não-condizente com a real situação dos Licitantes.





- Art. 27°. Sem prejuízo do disposto no artigo 25 a BLL poderá inscrever em bancos de dados administrados por entidades prestadoras de serviços de informações e de proteção ao crédito (SERASA, SPC e OUTROS) os nomes dos Licitantes que estiverem em débito com a BLL, em razão da falta de pagamento das taxas cobradas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.
- § 1°. Antes da inscrição do devedor em sistema ou serviços de informações e proteção ao crédito, a BLL fará comunicação ao devedor por meio de e-mail, informando o valor da dívida e sua origem, concedendo prazo de 10 (dez) dias para pagamento.
- § 2°. Não havendo quitação do débito no prazo indicado no parágrafo anterior, será feita a inscrição do devedor nos bancos de dados que trata o "caput" deste artigo.
- Art. 28°. Os promotores poderão prever em seus editais a impossibilidade de participação dos fornecedores que estiverem sob punições na Administração Pública e ou iniciativa privada, assim como estiverem cadastrados em órgãos de proteção ao crédito, ou ainda com qualquer inadimplência perante a BLL.

CAPÍTULO X - DEMAIS DISPOSIÇÕES

- Art. 29°. A utilização do sistema por órgãos e entidades da administração pública, direta ou indireta, observará as normas para licitações e contratos da administração pública, que prevalecerão sobre quaisquer disposições em contrário.
- Art. 30°. A BLL poderá modificar o presente regulamento mediante publicação de aviso em sua página na Internet e comunicação dos órgãos cadastrados mediante o e-mail informado ao cadastro da BLL.
- Art. 31°. Fica instituído o Juízo de Arbitragem, de acordo com a Lei 9.307/96 e com o Regulamento de Arbitragem Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná (ARBITAC) para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Regulamento.

Parágrafo único: Ao cumprimento da sentença judicial, fica eleito o foro da comarca da Região Metropolitana de Curitiba Pr., com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 27 de março de 2020.

A Administração da Bolsa de Licitações do Brasil.





ANEXO I

LICENÇA DE USO DO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL – PROMOTOR

Razão Social:	
CNPJ:	Inscrição Estadual:
Nome do Responsável:	
Cargo do Responsável:	Telefone do Responsável:
Endereço:	
Bairro:	Cidade:
Estado:	CEP:
Telefone:	Fax:
E-mail:	E-Mail 2:

Por meio da presente Licença de Uso do Sistema, o responsável pela instituição Promotora de licitações especificado acima concorda com o Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento e está em conformidade com as disposições que seguem:

- 1. A Bolsa de Licitações do Brasil manterá Sistema eletrônico acessível por meio da rede mundial de computadores internet –, que automatiza o processo de Licitação para fins de aquisição de bens ou contratação de serviços, processo este realizado sob as definições das modalidades admitidas em lei e conduzido pelos Promotores, mediante a utilização do referido Sistema.
- A utilização do Sistema Eletrônico de Licitações deverá estar em conformidade com o Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações, do qual faz parte a presente Licença de Uso do Sistema, visando padronizar procedimentos e torná-los mais céleres e eficientes.
- 3. São responsabilidades do Promotor:
 - Manter infraestrutura e controles necessários para garantir a celeridade, a eficiência e a lisura de procedimentos e das negociações;
 - II. Assegurar a participação no Sistema Eletrônico de Licitações apenas de usuários devidamente treinados e capacitados, visando o cumprimento da regulamentação e a regularidade nos procedimentos;
 - III. Indicar os usuários responsáveis pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações, conforme o formulário "Lista de Usuários do Sistema Eletrônico da Bolsa de Licitações do Brasil" da presente Licença de Uso do Sistema;
 - IV. Divulgar a utilização do Sistema Eletrônico de Licitações; e
 - V. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento.
- 4. A presente Licença de Uso de Software é firmada com prazo indeterminado, podendo ser rescindida a qualquer momento, mediante notificação prévia e por escrito.

São nomeadas as seguintes pessoas como usuários representantes do Promotor:





	Lista de	e Usuários do Sistema Eletrônico da Bolsa de Licitações do Brasil
Prom	notor da licitação:	
Nom		
Ende	ereço:	
Cida	de:	UF
Telef	fone:	Fax:
CNP	J:	E-mail
Resp	onsável:	
Carg		Telefone:
Auto	ridade Competent	
	fone:	Celular
E-ma		
	ários do sistema	
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
2	Nome:	E-man.
2	CPF:	Funçãos
	Telefone:	Função: Celular:
	Fax:	E-mail:
3		E-mail:
3	Nome:	F
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
-	Fax:	E-mail:
4	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
5	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
Loc	cal e data:	
Nor	me do Responsáve	l (Autoridade Competente):
		Assinatura





ANEXO II

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL - LICITANTE

Razão Social:		
Endereço:		
Complemento:	Bairro:	
Cidade:	UF	
CEP:	CNPJ/CPF:	
Inscrição estadual:	RG	
Telefone comercial:	Fax:	
Celular:	E-mail:	
Representante legal:		
CPF:		
Cargo:	Telefone:	
Financeiro:	Telefone 2:	
Ramo de Atividade:		

Por meio do presente Termo, o Representante Legal do Licitante especificado acima concorda com o Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento e está em conformidade com as disposições que seguem:

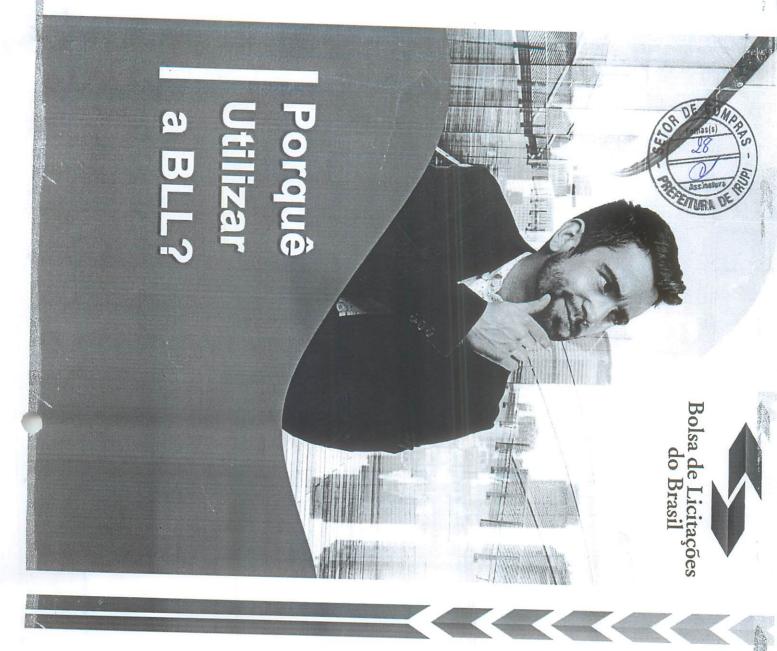
- 1. São responsabilidades do Licitante:
 - Tomar conhecimento de e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
 - II. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
 - III. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
 - IV. Designar Representante Legal como responsável perante a Bolsa de Licitações do Brasil; e
 - V. Pagar taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.
- 2. O Licitante reconhece que a utilização do Sistema Eletrônico de Licitação implica no pagamento de taxas de utilização, conforme regras previstas no Capítulo VIII do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações do Brasil, e seguem reiteradas abaixo:
 - I. Em Licitações nas quais o Promotor não opta por finalidade de Registro de Preços o formato de cobrança para os licitantes será de 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do Lote Adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação, limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por Lote Adjudicado e mediante boleto bancário em favor da BLL.
 - II. Em Licitações nas quais o Promotor opta por finalidade de Registro de Preços o formato de cobrança para os licitantes será de 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do Lote Adjudicado, com vencimento parcelado mensalmente (número de parcelas equivalentes ao número de meses do Registro de Preço), emissão da primeira parcela em 60 (sessenta) dias após a adjudicação, limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por Lote Adjudicado e mediante boleto bancário em favor da BLL.
 - III. Em Licitações de Lances por Maior Desconto e para finalidade de Registro de Preço ou Aquisição, o formato de cobrança para os licitantes será de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Lote empenhado, com vencimento em 15 dias após o levantamento dos empenhos, limitado ao teto máximo de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) por Lote Adjudicado e mediante boleto bancário em favor da BLL.



- 3. O não pagamento das cobranças mencionadas acima sujeitam o Licitante ao pagamento de municipalma e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao credita DE (SPC/SERASA e outros) e cadastro dos inadimplentes da BLL, além da automática desativação do Licitante e todos os seus acessos.
- 4. Em caso de cancelamento da Licitação realizada no Sistema pelo Promotor (comprador), o Licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.
- 5. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos acima.
- 6. O presente Termo de Adesão é válido por termo indeterminado, podendo ser rescindido ou revogado a qualquer tempo pelo Licitante, mediante comunicação expressa.
- A rescisão do presente Termo não isenta o Licitante de quaisquer ônus devidos à BLL referentes ao seu período válido.

Local e data:		•1
Representante Legal:	 	

(Assinatura com firma reconhecida em cartório)





Sobre a BLL

A BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, doravamente denominada BLL COMPRAS, atua desde 2008 no mercado de compras públicas e disponibiliza seu sistema para mais de **1.800 órgãos públicos** em **26 estados** do país, sendo a maior plataforma no quesito itens licitados e editais publicados.

Amparo Legal

A BLL COMPRAS tem o propósito de traduzir os principios da licitação para seus usuários, e em consequencia, transmitir seu amparo legal. Temos a Lei Federal 10.520/2002, na qual regulamenta o pregão em seu formato eletrônico. Essa modalidade de compra se tornou obrigatória após o Decreto Federal 10.024/2019 ser outorgado, fazendo com que surgissem dúvidas sobre qual sistema utilizar.

Pensando nisso, a BLL COMPRAS preparou esse informativo para mostrar a importância de utilizar uma plataforma reconhecida e devidamente regulamentada.

Art. 2 - Lei 10.520/2002

§ 2º Será facultado, nos termos de regulamentos próprios da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos orgãos e entidades promotores da modalidade de pregão, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação.
§ 3º As bolsas a que se referem o § 2o deverão estar organizadas sob a forma de sociedades civis sem fins lucrativos e com a

participação plural de corretoras que operem sistemas eletrônicos unificados de pregões.

A BLL COMPRAS é uma organização civil sem fins lucrativos, podendo comprovar tal afirmação através de seu Estatuto. As sociedades empresariais — com designação ME e LTDA. — não se enquadram na exigência legal descrita acima, uma vez que tem por objetivo final a obtenção de lucro. Por ser sem fins lucrativos, a BLL adota o teto máximo em sua cobrança, limitando a R\$600,00

Como já é de conhecimento, a BLL atua desde 2008 e Lei Federal está vigente desde 2002, no qual o pregão eletrônico chegou em proporções maiores aos entes municipais anos depois. Nessa época era comum ter solicitações de análise dos tribunais locais em busca de autorização para uso do sistema e demais esclarecimentos. A BLL e a própria lei federal já estão consolidadas e exaustivamente testadas a quase duas decadas.

por lote para o licitante vencedor.

DE CO WORKS. Folhas(s)

Bolsa de Licitações do Brasil

Bolsa de Decisão do Brasil

Bestações que, em 2010, temos o primeiro julgado pelo pleno do tribunal de contra de estado do Paraná (Anexo: Decisão TCE PR 257671), votação unanime Grossa/PR. de 2 a 0 a favor do uso da plataforma BLL para a Prefeitura Municipal de Ponta

Anexo: Decisão TCE PR

entidade auferir quantias que ultrapassem o ressarcimento dos custos de a taxa de 1,5% (um e meio por cento), possui limite máximo de R\$ 600,00 desenvolvimento, atualização e manutenção do sistema de tecnologia de informação, conforme (seiscentos reais). O estabelecimento deste teto máximo não permitirá à De igual forma, verifico que a regulamentação da BLL dispõe que

determina a legislação pertinente.

serviços de tecnologia de informação e a correlata fiscalização por parte dos comprovação de que os valores arrecadados se limitam ao efetivo custo dos disponibilizados, devem ser cumpridos requisitos indispensáveis, quais sejam: variáveis para remunerar as bolsas de mercadorias pelos recursos tecnológicos Municipios envolvidos. terceiro ponto, pois embora este Tribunal admita o estabelecimento de taxas Diante do exposto, julgo a Representação procedente quanto a este

Outro julgado, agora pelo TCE de Santa Catarina em 2014 (Anexo: Decisão TCE SC):

que o egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná já manifestou pela Município já é utilizada em alguns municípios situados no Estado do Paraná, e viabilidade do sistema pretendido no processo nº 25671/2010. Destacou o Parecerista ainda que a plataforma pretendida pelo

Decisão: É o breve relatório

ω

Bolsa de Licitações do Brasil

Municípios, conforme dispõe o art. 2º da Lei n. 10.520/2010 regulamentação específica expedida pela União, Estados, Distrito Federal e modalidade, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação, nos termos de pregões) no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores desta a participação plural de corretoras que operem sistemas eletrônicos unificados de participação de bolsas de mercadorias (sociedades civis sem fins lucrativos e com 3.2.1. É possível a realização de pregão eletrônico por intermédio da

restar disciplinado em regulamento próprio informação, desde que limitados aos custos efetivos de sua utilização, conforme exigência de pagamento de taxas para a utilização de recursos de tecnologia da 3.2.2. A Lei n. 10.520/02 prevé a faculdade de se estabelecer a

Decreto Federal 10.024/2019

§ 1º A utilização da modalidade de pregão, na forma eletrônica, pelos órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias, pelas fundações e pelos fundos especiais é obrigatória.

sistemas disponíveis no mercado, desde que estejam § 2º Na hipótese de que trata o § 3º do art. 1º, além do disposto integrados no caput, poderão ser utilizados sistemas próprios ou outros modalidades de transferências voluntárias plataforma de operacionalização

usuário uma credibilidade superior em seus processos diferencial a integração simultanea com a Plataforma + Brasil, proporcionando ao Além de estar totalmente adequada ao novo decreto, a BLL COMPRAS traz como

Nº compra	Nº compra Enviado em	Status	Status Mensagem
1247	07/07/2020 12:25	Sucesso	07/07/2020 12:25 Sucesso Processo de compras incluído com sucesso
1247	22/07/2020 15:41	Sucesso	22/07/2020 15:41 Sucesso Processo de compras atualizado com sucesso
1247	29/07/2020 09:51	Sucesso	29/07/2020 09:51 Sucesso Processo de compras atualizado com sucesso

Bolsa de Licitações do Brasil

CON DE

Feihasisj

A But Compras está aqui para te ajudar a responder esta dúvida!

SELDE

Decreto Federal 10.024/2019 é a atual realidade dos diversos setores de licitação na questão de compras públicas. Ele nos trouxe a obrigatoriedade do portais A pergunta que o ente público necessita fazer é a seguinte: disponíveis no mercado, desde que possuam a integração com a Plataforma de Transferências Voluntárias da União, conhecida como Mais Brasil.

Será que o sistema que estou aderindo atende todos os aspectos que eu

Esse é um dos maiores questionamentos que um gestor de licitação tem. Pois, é de responsabilidade do ente público estabelecer quais são os critérios de análise e também procurar saber qual a real necessidade do município e fornecedores com a modalidade, que no caso é o Pregão Eletrônico.

da modalidade, sendo elas: Podemos citar alguns critérios de analise, que muitas prefeituras buscam dentro

- rapidamente com dúvidas e questionamento evitáveis. equipe de licitação, que podem ter que prorrogar um processo que findaria sem suporte a este grupo pode gerar até mesmo problemas futuros para a Avaliar se o comércio local está amparado para essa mudança e se o portal que você está escolhendo se preocupa com esse público alvo. Pois o órgão público precisa que os seus fornecedores sejam amparados, porque um sistema
- fornecedor tenha acesso e conhecimento de vários outros processos. como resultado uma maior economia. Além de propiciar a possibilidade que Com isso, conseguimos maior participação e competitividade o que vai gerar sistema escolhido vai fomentar um público alvo a participarem dos processos. as publicações nos diários oficiais que o Orgão Público já efetua de costume, o necessidade dos processos. Esse trabalho é muito importante, pois mesmo com Buscar um portal que realize um trabalho de prospecto de edital conforme a
- buscar uma empresa que se preocupe com este aspecto é prioridade. responsabilidade, assim como qualquer outra modalidade. Por este motivo, precisamos ter em mente que os processos tem uma grande seriedade e mas do campo que está inserido, ou seja toda as regulamentações. Pois um portal que forneça toda a capacitação, não somente do sistema que oferta, necessário para a realização de processos dentro da nova modalidade. Procurar - Verificar se a equipe de licitação está de acordo e tem o conhecimento
- momentos a situação pode fugir de um controle ou conhecimento então a faz-se que está avaliando se preocupa em auxiliar os condutores, pois em alguns necessario uma empresa que consiga atender e resolver os diversos realização de certame e finalização de processos. Deve-se perguntar se o portal realização de processos. Como por exemplo os passos de inclusão do edital Analisar se sua equipe tem o número de funcionários necessários para a

Bolsa de Licitações

questionamentos da sua equipe, que tenham um preparo e suporte em que vocês possam confiar

- traduz em agilidade e segurança nos dados, além de facilitar o trabalho. humano ao proporcionar transmissão automática entre os sistemas, no qual com isso que se importa com seus clientes. A integração de dados inibe o erro utilizam ou ao menos o interesse da empresa em buscar parcerias, mostrando Procurar sempre facilidade, como integração com sistema de gestão que
- equipe, se conseguem gerar economia e proporcionar uma experiência única e que fizeram o uso positiva dentro da modalidade. Busque saber os resultados obtidos por órgãos deve ser questionado, é se o portal avaliado proporciona performance para sua pode ser bom, porém não gerar resultados e economia em seus certames. Oque Resultados devem sempre ser um fator decisivo na escolha, pois um sistema

Devemos ter em mente a visão de buscar utilizar um sistema que esteja preparado para atender a minha REALIDADE.

terá acesso ao portal que é número 1 do Brasil Faça sua análise e se a BLL COMPRAS for compatível com seus propósitos,

Diferenciais de Sistema

Disponibilizamos aos usuários as seguintes modalidades:

- Pregão Eletrônico
- Compra Direta Dispensa Eletrônica e Inexigibilidade
- RDC Regime Diferenciado de Contratação
- V Operacionalização simultânea de até 50 itens ou lotes ao mesmo tempo;

Interest		- I	Common and	Patrick Commence of Commence o	ī	MTNOWN	MATERIAL CONTROL	1 181	Total Company of the
Transport		-	The state of the s	100	!	ı		ш	- Indiana
March Marc		+100+	-3-13+- MC43-K	N COP 1	-		Ī		44
Administration			Application and the		To come	5	THE GRANDS AND ADDRESS OF		1 4
Accession	- 8	100	Mark Stranger			3	Tall market are		22
Column		100	***********		-	1	opposition .		***
Colorado		-11-	Market State of St.		Name of Street	:	No. of Street, or was		
The content	*	* 100	manufacture of		-	3	The Commerciant		***************************************
Membrane taken tak		4.900	Total action in		-	3	To 1 march front		- W1 W
The content	×	TI MOS	Name and		-	3	Of Lateracians		ACM.
Management to the control of the con	1.	11 174	DATE OF STREET		-	:	- Nectorial		- Marie
Triple of the control	ž	11.500.0	Time and transmit			5	Commercial D		10.00
All productions of the control of th	r	2016	Salar Salar Control	1 80.00		2	a comment		The second secon
Management Material Property of the Management o	14	- cierta	Contraction of the last of the	-0.00		: :	E		117
Management fram process on the control of the contr		-11:	of before stories	ad-mer			AL .		- Alle
Transport Tran	1	- N 100	10.00 Marin 10.00 m	(America	2000		-		-
Material Paris Service		1:	Single day of	11 46 17	1-400	1	36		1.0
Affair (Co.) Af		41 000	Office of the last	Company.	-	5			
Printed States of the Control of the		1	STANKS OF SPITE	art. then	2000	5			-
Transmission transit ment of t	1	1	Description of the last of	00000	2000	5			-
Types and the second se	71.	34.7	Name and Address of	13 86-24	-	3			
otherwise street seems as			Charles married		-	1	-		
The same of the sa		-	Contract of the latest of the		ļ	1	at constitute .		10.0
				100,000	and an extension	:	O sales		-

5

調源

6

AND THE REAL PROPERTY.

350



DE CO

Folhas(s)

- SETOS

Sonner, Supernova, Memory, Sysmar, E-pública, Diretriz GovBR, Multi24H, IPM, N&A Informática, Prodata, SmarAPD, Elotech, Embras Geosiap, Equiplano, Fiorilli, Gemmap, Informática Centi, Cetil, Conam, Coplan, Digifred, Duralex, Dygitus, E&L, Antegração de dados com mais de 30 sistemas de gestão, estes são: 4R, Ábaco, Agili, A-Base, Assessor Público, Betha, CEBI,

- Plataforma Intuitiva, onde disponibilizamos hoje nossa 5° atualização em 12 anos, agora com a tecnologia HTML5
- 7 Tipos de Relatórios Automáticos que possibilita uma maior transparência em seus processos;

Automáticos À demanda Exporta	Exportação em plantinas	
Relatório	Arquivo	Gerado em
VENCEDORES DO PROCESSO - DISPUTA	VencedoresProcessoDisputa20200707092327060.pdf	07/07/2020 09:73:27
ATA DE SESSÃO - DISPUTA	AtaSessaoDisputa_Parte1-1_20200707092327119.pdf	07/07/2020 09:23:27
PROPOSTAS DO PROCESSO	PropostasProcesso_42ce3cb3-8eff-4fc4-u32f-c43cb3230a0d.pdf 07/07/2020.09:23-26	07/07/2020 09:23:28
FINCEDORES DO PROCESSO - ADJUDICAÇÃO	VENCEDORES DO PROCESSO - ADJUDICAÇÃO VencedoresProcessa4djudicaceo202000729084849119.pdf	29/07/2020 08:48:49
ATA DE SESSÃO - ADJUDICAÇÃO	AtaSessaoAdjudicacao_Parte1-1_20200729084849181.pdf	29/07/2020 08:43:49
RELATÓRIO DE LANCES	Relattance20200729085142931.pdf	29/07/2020 08:51:42
ATA DE HOMOLOGAÇÃO	AtaHomologacao20200779085127931 n.df	

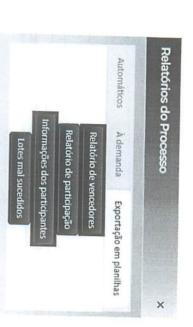
> Relatórios Complementares gerador através de comando do condutor, para maior facilidade na demonstração do resultado;



開発

Bolsa de Licitações do Brasil

> Relatórios em Planilhas possibilitando agilidade e praticidade no manuseio das informações por parte da equipe de licitação;



> Banco de Preços, oportunizando à pesquisa, com a finalidade de auxiliar a gestão pública a compor sua base de preço



- Gerador de Contratos, oportunizando após homologação dos contratos com os licitantes vencedores; processos de "Registro de Preço", criação automática dos
- > Permite ao pregoeiro visualizar os participantes do certame que interativos na tela, quando cada lote disputado recebe um lance; estão on-line no momento da disputa, e também com sinais

		S 0*		PROCE	PROCESSO: 72/2020	2000	CONTRACTOR SECTION AND SECTION ASSESSMENT	3
	Orange 8	-	1	î.	Order of	1100000	The second second	
	1 44.75	74 14 MC440C-01745					The state of the s	2.50.0
	*****	ne termination	00,00,00	MARKE	14/12	MUSTICIPACT CIN	arre	90.00
	1,000	25/16/02/05/05/12	0.60707.45	MUMO	TLYS	NO LINEOUSES	85.00	12.821
	KBGA	94.TT SC SCOCIANTE	Protons	20,00	2/8	MUSCHWI DA		
٠	# 320 H	IS INDUSTRIAL	0.00-21-27	7000				2,82
	The state of the s	THE PERSON NAMED IN COLUMN 2 IS NOT THE OWNER, THE PERSON NAMED IN COLUMN 2 IS NOT THE OWNER, THE PERSON NAMED IN COLUMN 2 IS NOT THE OWNER, THE PERSON NAMED IN COLUMN 2 IS NOT THE OWNER,	1970/000	200.75	5	SRU Z. NEWCOLENY	13.61	12,86
No.	STATISTICAL				**	A CONTRACTOR OF	The state of the s	Section of the last
•	* 310	36.16.00.00001036.0	Pr 42 05 0	DIMUTA	1474	CIO E MECCUPIA	TO STATE STA	ORNOR PROPERTY.
*	10118	NUMBER OF STREET	B+20.000	MUZEO	5	NOTES AND THE PERSON		117

原の世 こうけいこう 職職

推出



Bolsa de Licitações do Brasil

entres de habilitação do uma física como

entos de habilitação, de uma única vez;

2	Continuous dia COST	the feed in	(arrivada	-	-	1	-	18		71	- Constitute	Carrieda	(Outrestand	- Deposite of			0.00		0.00	Contract of the last	Ches sand	-	T (horasa)	Printed di	Contida	*******	Devision		7			1
	dia copy	White for early like your is fallen and life coupling like coupling dies which well amount	Convibilies Magaelinas des Publicas es cu Communiques y	Some a sent of the sent control of the sent of the sen	Continue to the response, philippes	A consequence of the other consequence of the same highly by the	Contract to July and edition the printers are a faceward attack and	The same of the sa	Calendary of Contract of the Autor State of the Contract of th	Vingencia and proposit parafectable acution to proposition (Agril	inchmental de etitalisticarios con espetim de laboration de 662/277	Lacindon lampéforme de Burre d'Estade	Challetti a di anticomo in Garg	Control of the Contro			Outros de compressos		Charles and constitute	STATES AND AND ASSESSMENT	Designation of the constitution	Billiania de 1 ceciminatariones	(her between the time secure of the first section).	Time the transfer time to the own the same the s		Constitution and computer beloads addition passes cause on Franchic discussion grows becomes de-	Desilationing de Bustope annovats des responsives des Radicilianies	CONTROL SUPPLIES BY INSTITUTE USTATIVES & FOREIGN TO A PROPERTY.	The state of the s	CONTRACT MARGINES SER PROSERVE VALUE AND ARTHURS OF THE PARTY AND ADDRESS OF THE PARTY AND ADDRE	the course on any other education are produced order a dispersa dig. School and	
Manuar quasi		Com form (in and)	WAS SEED THAT BOOK ON A COUNTY CONTRACTOR OF THE	A Commission forward indicate Colombia is the discount of the property that and commission is the contract of	Complete and the party		# - (Charle and charge above asset)	CAPACITICAL MINISTRA NACIONAL	Desire achieved	Property and			Suppositional Continues and Associations	A F - (42 grad)	try remains part	6.3. Ansert past	The same public	T. Millery page				100		A. Chill Antimati this and		gen de senance (1676). A coap ficht and	L'exclused des quell	A. CHO FEOLINA AND	hatelitation into Community Publishes and Contestion and	B. Chilly Experimental Sales and I	No. (1742) WEERLOW MALLOWS	Street de complete
OPPOSITION AND ADDRESS OF	annetername.			the season of the season of	- sections	48	THEORY INCHES	SITUS ACTIONS	OCCUPATION AND ADDRESS OF THE PARTY OF THE P	THE STANSON			The second secon	Check of the same	Designation of the last	OMEGNA STATE	Periodicional	CONTENT OF TANKE	Office Sections	CHROCAL DAM	Comment or comment	1802/C3/2048	- Constitution		- Control of the Cont		The state of the s	activities.	04/07/2040	Ochelenine	SACCESSON WILL	SAMPLE SAMPLES

- Edição de processos publicados, com registro em ata de sessão;
- > Julgamento de Recurso pelo pregoeiro e autoridade (Decreto 10.024/19 Art. 17);
- Divulgador de Editais, ferramenta que os fornecedores interessados, podem se cadastrar de forma gratuita, e receber automaticamente uma notificação por e-mail, quando um processo no seu ramo de atuação for publicado na plataforma.
- Retroação de fase efetuada pelo Pregoeiro, com registro em Ata de Sessão;
- Aplicação de Regionalidade no âmbito das LEC 123/06, LEC 147/14 e também do Decreto Federal 8538/15;
- LEC 123/06 e LEC 147/14:

Bolsa de Licitações do Brasil

					los	Desclassificados
ME		Melhor Lance	Mell	al Participante	Razão Social	
						Inabilitados
٥	0	100,84	PARTICIPANTE 003 100,84	PARTICIPANTE RAZAO SOCIAL 3	%	0
4	P	100,83	PARTICIPANTE 005	PARTICIPANTE RAZAO SOCIALS	0	0
۵ ‹	0	100,81	PARTICIPANTE 002	PARTICIPANTE RAZAO SOCIAL 2	0	0
O (0	100,80	PARTICIPANTE 004 100,80	PARTICIPANTE RAZAO SOCIAL 4	•	0
« « « »	0	99,00	PARTICIPANTE 001	PARTICIPANTE RAZAO SOCIAL 1	0.	•
	ME	Melhor Lance	Participante	Razão Social	R	
						Classificados

Decreto Federal 8538/15:

PROCESSO: ODOOSTST PROCES	VI Bet. 0 Days 0	Molhor Lance & VI But &	I* Colocado \$	Fase 2 Online 2	Tempo 9	Descrição 🗢 🛮 Inicio Faso 🗣	Lotte 9 De
Characteristics Cheminates agress Characteristics Cheminates agress Figure Cheminates Allerandrica (Characteristics) Figure Cheminates Allerandrica (Characteristics)	0		BTST	ESSO: 0000	PROC	* 0 v	
Character transaction Character agent	манизаниро	нашиаско	BIGGONALIDADE	DESIMBATE	PROFEOGRAÇÃO AUTOMÁTICA	яс эвонновада	600
Characterized Cheminter again							8
Non-manufacture Cheminates agents Note:						1	CANADYSIA DRAWER DO
Dispute formacing California (Spicestive) appears							Mar 175, (3) waither 3,04
) Completionmental Chemisterial appai							ARREST ARREST
Note the Company of Street Street Conf. Cliptocals been expense.						UK en	CANADA LINCOLNY
Problem of temporal Component State Collection temps region to							Brank co.
Notice at large. C free last transport true C forests here, supplied.							Salar Salar
Protection del facility o				interest	Congressor Provinces and Consults been		100,000
							Provinces Comits

Estrutura Personalizada;

Equipes separadas, estruturas em formato espelhado, compostas de profissionais capacitados e especializados nas rotinas tanto para Órgão Público, quanto para Fornecedores, onde em diferentes setores assim estruturados atendemos exclusivamente todo e qualquer usuario, disponibilizando:

- Apresentações e Treinamentos;
- Análise e desempenho;
- Acompanhamento técnico operacional do sistema, em todos os certames.

10

調を調

影響

9

性機切代

Sec 15 ...

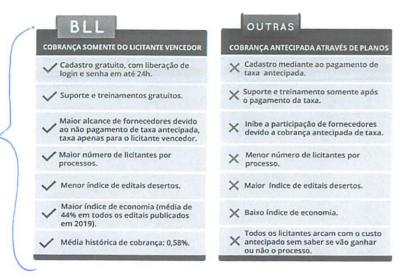
難遊





DIFERENCIAIS BLL - COMPRAS (LICITANTES)

- Treinamento da plataforma;
- Não há custos para se cadastrar e participar dos editais;
- Apenas o vencedor paga: taxa de 1,5% por lote adjudicado, com teto máximo de R\$ 600,00;
- > Auxílio antes, durante e após a disputa;
- > Acesso a plataforma liberado em até 24 horas;
- > Mais de 1800 órgãos com média de 100 editais por dia;



Com isso, vemos que é uma <u>alegação equivocada que o valor cobrado para manter o sistema da BLL - COMPRAS acarreta no preço final para o Orgão/Ente Público.</u>

Através da nossa gama de serviços, aliado com sistema de alto nível, a BLL COMPRAS é a única que pode de fato proporcionar Resultado e Oportunidades.



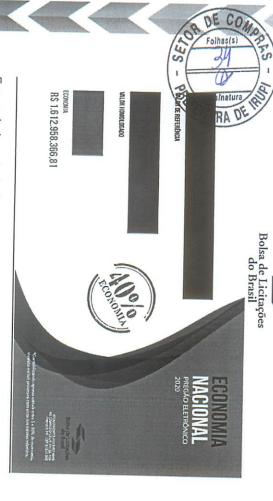


ECONOMIA

A BLL COMPRAS proporciona esse trabalho há mais de 10 anos, conquistando o mercado de forma íntegra e eficaz. No ano de 2019 tivemos aproximadamente 8 mil editais publicados e a média de economia diante desse volume foi de 44%, retornando quase 1 bilhão de reais aos cofres públicos.



Até agosto de 2020 atingimos o número de 14 mil editais realizados até dia 31/08, com crescimento de 80%, resultado do atendimento personalizado, com comprometimento e seriedade que a BLL COMPRAS presta aos seus usuários. Por estes motivos, somos a número 1 do Brasil.



E o mais importante é que esse resultado abrange todos os 26 estados atendidos pela BLL COMPRAS, demonstrando o nosso comprometimento e trabalho que traduzem em resultados significativos a todos os usuários, como podemos ver abaixo:

Resultados por estado em 2020:



13

學局

器

思羅

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,



Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

	REPÚBLICA FEI	DERATIVA D	O BRASIL		
	CADASTRO NACION	IAL DA PESS	OA JURÍDIO	CA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.508.843/0002-38 MATRIZ	COMPROVANTE DE	INSCRIÇÃO E D ADASTRAL	E SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 24/08/2015	
NOME EMPRESARIAL BOLSA DE LICITACOES	E LEILOES DO BRASIL				
TITULO DO ESTABELECIMENTO BLL	(NOME DE FANTASIA)				PORTE
codigo e descrição da ativ 66.11-8-03 - Bolsa de me	IDADE ECONÔMICA PRINCIPAL ercadorias e futuros				
2.19-9-99 - Preparação	de documentos e serviços espe	cializados de apoio	administrativo n	ão especificados	
anteriormente CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATU 399-9 - Associação Priva LOGRADOURO	UREZA JURIDICA	NUMERO 348	COMPLEMENTO SALA 109 SA		
82.19-9-9 - Preparação anteriormente CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATI 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVE LOGRADOURO AV CAMILO DI LELLIS CEP 83.323-000	UREZA JURIDICA	NUMERO	COMPLEMENTO		UF PR
anteriormente CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATI 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVE LOGRADOURO AV CAMILO DI LELLIS CEP 83.323-000	UREZA JURIDICA ada BAIRRO/DISYRITO CENTRO	NUMERO 348	COMPLEMENTO SALA 109 SA		UF
anteriormente CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATI 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVE LOGRADOURO AV CAMILO DI LELLIS CEP 83.323-000 ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@BLL.ORG	DIREZA JURIDICA ada BAIRRO/DISYRITO CENTRO	NUMERO 348 MUNICIPIO PINHAIS TELEFONE	COMPLEMENTO SALA 109 SA		UF
anteriormente CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATO 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVE LOGRADOURO AV CAMILO DI LELLIS	DIREZA JURIDICA ada BAIRRO/DISYRITO CENTRO	NUMERO 348 MUNICIPIO PINHAIS TELEFONE	COMPLEMENTO SALA 109 SA		UF PR
anteriormente CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATI 399-9 - ASSOCIAÇÃO PRIVE LOGRADOURO AV CAMILO DI LELLIS CEP 83,323-000 ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@BLL.ORG ENTE FEDERATIVO RESPONSA	UREZA JURIDICA ada BAIRRO/DISYRITO CENTRO 5.BR VEL (EFR)	NUMERO 348 MUNICIPIO PINHAIS TELEFONE	COMPLEMENTO SALA 109 SA	LA 115	UF PR

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Emitido no dia 11/02/2022 às 14:08:01 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA	'S VOLTAR	➡ IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.



PROPOSTA



Uberlândia/MG, 20 de Dezembro de 2021.

A Prefeitura Municipal de Irupi / ES Ao Setor de Compras Prezada Dra. Jania

Ref.: Plataforma de Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica - LICITANET

A LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS EIRELI (www.licitanet.com.br) - CNPJ nº 21.280.462/0001-80, trata-se de uma empresa privada especializada em soluções de vanguarda para a atividade comercial business to government (B2G) -"compras do setor público", prestando serviços atualmente a 1335 (Hum mil trezentos e trinta e cinco) Órgãos Compradores devidamente cadastrados e que utilizam assiduamente o sistema, sendo:

- (1) Estatal;
- (13) Consórcios Intermunicipais;
- (1) Secretaria Estadual;
- (21) Associações;
- (704) Autarquias/Sistema "S"/Fundos/Institutos/OAB/Conselhos;
- (83) Câmaras Municipais;
- (512) Prefeituras.

DO CUSTO

Necessário esclarecer que NÃO HÁ QUALQUER ÔNUS para o ÓRGÃO COMPRADOR e nem a exclusividade para a realização de pregões eletrônicos e dispensa eletrônica.

Nossa cobrança pelo uso da plataforma se dá em um valor fixo, propiciando assim uma maior economia para o ÓRGÃO COMPRADOR, bem como uma gama maior de participantes no certame, com a captação de novos FORNECEDORES, evitando assim, que ocorram pregões desertos.

O FORNECEDOR pagará a LICITANET os seguintes valores fixos:

MENOR TAXA DO MERCADO!

(quem paga é o fornecedor)

NOSSOS PLANOS

30 DIAS 90 DIAS

R\$128,60 R\$195,20

180 DIAS

365DIAS

R\$267,20 R\$387,80



Compõem o custo ao fornecedor:

- Cadastramento da empresa;
- Custo de processamento das transações realizadas na internet;
- Atendimento prestado via suporte técnico;
- Manutenção e desenvolvimento de sistema; e
- Investimento em equipamentos (servidores).



DA DECISÃO E RELATÓRIO DO TCE-RO

Ademais, o TCE-RO manifestou através de Relatório da Auditoria dos Autos nº 01758/2016/TCE-RO datado de 08/04/2020, em que atestou o seguinte:

- 66. No relatório técnico de ID 707731, apurou a unidade técnica que o **portal Licitanet** possui boa disponibilidade de informações em todas as etapas dos certames, desde as telas de processos, disputas e relatórios, com riqueza de detalhes das informações prestadas.
- 67. Ademais, o portal Licitanet atende aos requisitos de transparência, à capilaridade nacional, à agilidade, à segurança, à consolidação no mercado e à utilidade das funcionalidades disponibilizadas, além da gratuidade ou modicidade das taxas cobrada.

E ainda,

48. Pois bem. Em consulta ao site do Instituto de Previdência, apuramos que o instituto utiliza o Portal Licitanet em suas licitações. E conforme **análise realizada em duas oportunidades** nestes autos pela unidade técnica, o Portal Licitanet atende às regras estabelecidas na Decisão n. 390/2014 – Pleno.

E finalmente,

52. Pois bem. Em consulta ao site da Câmara municipal de Cujubim, apuramos que a Câmara utiliza o Portal Licitanet em suas compras. E, conforme entendimentos desta Corte, tal portal atende às regras estabelecidas na Decisão n. 390/2014 – Pleno.

E na Decisão Final dos Autos nº 01758/2016/TCE-RO datado de 24/08/2020, o Relator Conselheiro EDILSON DE SOUSA SILVA asseverou:

- 19. A empresa LICITANET foi a que apresentou o relatório mais completo e detalhado do funcionamento de seu portal. (...)
- 22. Extrai-se dos autos que a maioria dos jurisdicionados, após serem instados a apresentar defesa quanto as razões de escolha das plataformas utilizadas para processar seus pregões eletrônicos, migraram de sistema, adotando portal gratuito (comprasgovernamentais.gov.br) ou oneroso em condições tidas como regulares (Licitanet e portaldecompraspublicas.com.br), atendendo desta forma os termos da decisão 0390/2014-Pleno.

INTEGRAÇÃO JUNTO AO PNCP - PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A **Licitanet** é a segunda plataforma privada a integrar com o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.



TURA

INTEGRAÇÃO JUNTO A PLATAFORMA +BRASIL

A **LICITANET** encontra-se devidamente integrada à Plataforma +Brasil (http://plataformamaisbrasil.gov.br/ajuda/manuais-e-cartilhas/orientacoes-para-integracao-dos-sistemas-externos-de-compras-eletronicas-com-a-plataforma-brasil)

Relação dos Sistemas Eletrônicos de Compras que já encontram-se integrados à Plataforma +Brasil e disponíveis para uso:





DA FINALIDADE

Disponibilizar o acesso à Plataforma de Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica - LICITANET, por intermédio da rede mundial de computadores (Internet), para a realização de licitações eletrônicas na modalidade de pregão eletrônico e dispensa eletrônica, que tenham por objeto a aquisição de bens e serviços comuns, junto a licitantes previamente cadastrados, bem como o suporte técnico e treinamento, visando dentre outros princípios, a publicidade, a economicidade, a competitividade, celeridade e transparência nos procedimentos de contratações de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/02 e na Lei nº 8.666/93 e alterações.

DAS OBRIGAÇÕES

- a) A LICITANET obriga-se a manter sigilo in perpetuum sobre informações confidenciais a que tiver acesso.
- b) A responsabilidade da LICITANET restringir-se-á a plataforma, não respondendo por problemas relacionados ao ambiente, como redes, sistemas operacionais, hardware, etc.



DA PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES

- a) Para utilização da plataforma será necessário o prévio cadastramento do licitante através do preenchimento de formulário próprio.
- b) O licitante executará, por conta e ordem às operações na Plataforma de Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica no formato Home Broker (é o canal direto de relacionamento entre o licitante e a plataforma de pregão eletrônico não havendo a necessidade de intermediação de corretoras).

DO FOMENTO AOS FORNECEDORES

Fazemos a prospecção de fornecedores através de nossa equipe especializada em fomento (prioritariamente para fornecedores locais), o que alavanca a participação do comercio local e regional nos certames, tendo ainda, o nosso serviço de disparos do Boletim de Licitações com os informativos de todos os editais publicados.

INTEGRAÇÃO DE DADOS

Outro diferencial da LICITANET é a integração de dados com sistemas de gestão, possibilitando a transferência de dados dos processos licitados através de API ou arquivo de importação.

Por enquanto, temos a parceria com as seguintes empresas:

Ágili Sistemas, Assessor Público, Betha, Cecam, Centi, Coplan, Dardani, Duralex, E&L, Elotech, Equiplano, Fiorilli, HELLP, HLH, Horus, IPM, Mega Solft, Memory, MGF, Pública, Publicenter, SH3 e SONNER.

DO SUPORTE

Possuímos uma estrutura online para atender aos pregoeiros e equipes de apoio, disponibilizando treinamento por telefone, e acesso remoto, e todo suporte online via Chat, Skype, por telefone e por WhatsApp para auxiliar em todas as etapas do pregão eletrônico.

DA INSTALAÇÃO

É de forma **imediata**, não necessitando de instalação de nenhum software adicional, bastando apenas acessar a internet, ademais, temos como objetivo respeitar suas individualidades ao mesmo tempo buscar a qualidade nos negócios, proporcionando maior economia ao erário público.

DA AUSÊNCIA DE EXCLUSIVIDADE

Não há qualquer EXCLUSIVIDADE ou OBRIGAÇÃO em utilizar por parte do ÓRGÃO COMPRADOR apenas a Plataforma LICITANET.

Esperamos atender suas expectativas e agradecemos a oportunidade.

Atenciosamente,

Paulo Gustavo Lourenço de Oliveira CEO e Fundador



Termo de Adesão que entre si celebram o MUNICÍPIO DE *******
** e LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS EIRELI, para ciril sage da Plataforma de Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônicas LICITANET.

MUNICÍPIO DE ******-**, pessoa jurídica de direito público, com sede à ********, inscrito no CNPJ nº *******, neste ato representado pelo(a)********, portador do CPF nº ******, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado MUNICÍPIO e LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS EIRELI, como sede à Av. Rondon Pacheco, nº 345, Salas 101/102, Bairro Tabajaras, Uberlândia-MG, inscrita no CNPJ nº 21.280.462/0001-80, neste ato representada por seu Fundador e CEO Paulo Gustavo Lourenço de Oliveira, portador da OAB-MG n° 84.233, residente e domiciliado na cidade de Uberlândia-MG, doravante denominada LICITANET, ajustam entre si o presente TERMO DE ADESÃO, com amparo na Lei nº 10.520/02 e na Lei n° 8.666/93 e alterações, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Adesão tem por finalidade:

I - Disponibilizar o acesso à Plataforma de Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica - LICITANET, por intermédio da rede mundial de computadores (Internet), para a realização de licitações eletrônicas na modalidade de pregão eletrônico e dispensa eletrônica, que tenham por objeto a aquisição de bens e serviços comuns, junto a licitantes previamente cadastrados, bem como o suporte técnico e treinamento, visando dentre outros princípios, a publicidade, a economicidade, a competitividade, celeridade e transparência nos procedimentos de contratações de bens e serviços comuns, de que trata a Lei nº 10.520/02 e na Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES:

Do MUNICÍPIO:

- I Designar Pregoeiro e Equipe de Apoio que atuará na operação dos pregões e CPL para a dispensa eletrônica;
- II Cadastrar junto à plataforma eletrônica de pregão eletrônico com antecedência mínima de 08 (oito) dias úteis, a data definida para a realização do certame, o Aviso Específico que regulará as operações a serem realizadas; bem como o Edital e Anexos (em arquivo PDF), nos quais estejam especificadas as condições gerais e específicas para a participação nos processos licitatórios;
- III Responsabilizar-se pelo uso sigiloso e correto da senha, e também, pela elaboração de editais e avisos, julgamento de recursos e impugnações;
- IV Incluir, também, nos editais de Pregões Eletrônicos que promover cláusulas que indiquem, de forma inequívoca, os procedimentos para fins de participação, notadamente aqueles relacionados a cadastramento dos licitantes junto à LICITANET, para fins de acesso a plataforma.

Da LICITANET:

- I Disponibilizar SEM QUALQUER ÔNUS para o MUNICÍPIO o acesso à plataforma de pregão eletrônico e dispensa eletrônica;
- II Manter o regular funcionamento da plataforma, comprometendo-se analisar e viabilizar alterações e customizações para sua melhoria;
- III Envidar todos os esforços para o restabelecimento, o mais rápido possível, da conexão às plataformas, quanto, eventualmente, ocorrer sua indisponibilidade por motivos técnicos ou falhas no servidor de hospedagem ou por outras circunstâncias, não assumindo responsabilidade sobre as ocorrências para as quais não der causa;
- IV Informar o MUNICÍPIO quando ocorrer indisponibilidade da plataforma, em função da necessidade de manutenção no servidor cloud, reparos inadiáveis e alterações no software, e outras exigências técnicas programadas e de possível previsão;
- V Responsabilizar-se pelo armazenamento dos dados de cada processo licitatório gerados pelas plataformas;
- VI Prestar atendimento técnico, através de chat on-line, e-mail, skype, whatsapp ou telefone, conforme a necessidade expressa do MUNICÍPIO;
- VII Suspender, temporariamente, o uso de(s) senha(s) em casos de tentativa de invasão nas plataformas que possa colocar em risco a segurança e a integridade do software, e aos dados do MUNICÍPIO, mediante comunicação imediata a este e, se foro caso, ao(s) participantes(s);

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DOS LICITANTES E DO CUSTO OPERACIONAL

- I Para utilização das plataformas será necessário o prévio cadastramento do licitante através do preenchimento de formulário próprio.
- II O licitante executará, por sua conta e ordem, as operações na Plataforma de Pregão Eletrônico e Dispensa Eletrônica no formato Home Broker (é o canal direto de relacionamento entre o licitante e a plataforma de pregão eletrônico não havendo a necessidade de intermediação de corretoras).
- III O custo de operacionalização e uso da plataforma a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante através de **04 Planos de Adesão** nos seguintes valores:
- 1 R\$ 128,60 por 30 (trinta) dias;
- 2 R\$ 195,20 por 90 (noventa) dias;
- 3 R\$ 267,20 por 180 (cento e oitenta) dias;
- 4 R\$ 387,80 por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

SUB-CLÁUSULA TERCEIRA - DO AMPARO LEGAL DO CUSTO OPERACIONAL



O custo operacional ampara-se na seguinte legislação:

I - Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002:

a) §1º do Art. 2º (§ 1º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica);

b) Inciso III do Art. 5º - É vedada a exigência de:

(...);

III - pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

CLÁUSULA QUARTA - DO ÔNUS

O presente Termo NÃO acarretará qualquer ÔNUS para o MUNICÍPIO.

CLÁUSULA QUINTA - DA CESSÃO

Fica vedado, a qualquer das partes, sem a expressa anuência da outra, transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidas neste Termo, total ou parcialmente.

CLÁUSULA SEXTA - DO ADITAMENTO E RESCISÃO

- I O presente Termo de Adesão poderá ser alterado a qualquer tempo, por meio de Termo Aditivo, desde que as partes estejam de comum acordo com as alterações e sendo verificadas as necessidades de modificar as situações de natureza legal, regulamentar ou técnicas que sejam recomendadas.
- II Dar-se-á a rescisão do presente Termo por simples consenso das partes, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- III A rescisão na forma do item anterior não acarretará qualquer espécie de indenização, cabendo às partes cumprirem suas obrigações até o final do prazo referido nesta cláusula, bem como a conclusão dos pregões e dispensas publicados anteriormente ao ato rescisório.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO

O presente Termo de Adesão terá sua vigência a partir da data da sua assinatura até o dia **/**/20**, renovável por iguais e sucessivos períodos, mediante termo aditivo, quando do interesse das partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA PROPRIEDADE

O MUNICÍPIO reconhece que a plataforma é protegida pela legislação em vigor, relativa à propriedade intelectual, e que a titularidade de todos e quaisquer direitos sobre a mesma ou quaisquer modificações nela introduzida, pertencem e pertencerão sempre e exclusivamente à LICITANET como sendo a titular dos respectivos direitos autorais.

<u>CLÁUSULA NONA</u> - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- I A LICITANET obriga-se a manter sigilo in perpetuum sobre informações confidenciais a que tiver acesso;
- II A responsabilidade da LICITANET restringir-se-á as plataformas, não respondendo por problemas relacionados ao ambiente, como redes, sistemas operacionais, hardware, etc;
- III Não há qualquer EXCLUSIVIDADE ou OBRIGAÇÃO em utilizar por parte do MUNICÍPIO apenas a Plataforma LICITANET.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da comarca de *********, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo, renunciando a quaisquer outros, por mais privilegiados que sejam.

E por estarem de acordo, os partícipes firmam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

***** de 20**.

PREFEITURA DE ****-**

Prefeito(a)

LICITANET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS EIRELI Paulo Gustavo Lourenço de Oliveira Fundador e CEO





www.licitanet.com.br

FORMULÁRIO - LICITANET

Prefeitura Municipal de Irupi / ES

1 - DADOS DA PREFEITURA:

- 1. CNPJ:
- 2. Endereço completo:
- 3. Telefone:
- 4. E-mail:

2 - DADOS DO(A) PREFEITO:

- 1. Nome completo:
- 2. CPF:
- 3. E-mail:

3 - DADOS DOS FUNDOS MUNICIPAIS (FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE

ASSISTENCIA SOCIAL, SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO - SAAE):

- 1. CNPJ:
- 2. Endereço completo:
- 3. Telefone:
- 4. E-mail:

4 - DADOS DOS GESTORES(A):

- 1. Nome completo:
- 2. CPF:
- 3. E-mail:

5 - DADOS DOS PREGOEIROS:

- 1. Nome completo:
- 2. CPF (exigência da Plataforma +Brasil):
- 3. Celular:
- 4. E-mail:



- 1. Nome completo:
- 2. CPF (exigência da Plataforma +Brasil):
- 3. Celular:
- 4. E-mail:

7 - DADOS DA CPL:

Presidente

- 1. Nome completo:
- 2. CPF (exigência da Plataforma +Brasil):
- 3. Celular:
- 4. E-mail:

Membros

- 1. Nome completo:
- 2. CPF (exigência da Plataforma +Brasil):
- 3. Celular:
- 4. E-mail:





PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI

Estado do Espírito Santo SECRETARIA DE OBRAS



ORÇAMENTO

Prefeitura Municipal de Irupi-ES

Setor de Compras: Jania Tel/Fax: (28) 3548-1212

E-mail: prefcompras.irupi@hotmail.com

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de software que automatiza o processo de licitações para aquisições e contratações de serviços realizados no Município de Irupi

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR COMPRADOR	PERCENTUAL /TAXA COMPRADOR	VALOR FORNECEDOR	PERCENTUAL/ TAXA FORNECEDOR
01	Und	Fornecimento de software que automatiza o processo de licitações para aquisições e contratações de serviços.	Totalmente gratuita para o Órgão Público	0%	30 dias:R\$128,60 90 dias:R\$195,20 180 dias:R\$267,20 365dias:R\$387,80	0%

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

- a) Esse software seja executável em qualquer navegador;
- b) Fomento de fornecedores para participação em editais;
- c) Esteja interligado com a Plataforma + Brasil.

Essas observações são apenas exemplificativas, podendo cada empresa informar quais as características de seu software na proposta orçamentária.

Justificativa e Finalidade: Cotação para Processo de Dispensa de Licitação.

Data: 20 de Dezembro de 2021

Paulo Gustavo Lourenço de Oliveira CEO e Fundador

Licitanet Licitações Eletrônicas Eireli 21.280.462/0001-80

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral





Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

	REPÚBLICA FEDE	RATIVA DO BRASIL	
	CADASTRO NACIONAI	L DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.280.462/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INS	SCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO DATA DE AL 23/10/20	
NOME EMPRESARIAL LICITANET LICITACO	ES ELETRONICAS EIRELI		
TITULO DO ESTABELECIMEN LICITANET	NTO (NOME DE FANTASIA)		PORTE ME
	ATIVIDADE ECONÓMICA PRINCIPAL ividades de prestação de serviços de	informação não especificadas anteriormen	te
AT-0-00 - DE2611A01	ivimento e licenciamento de programa	s de computador customizáveis	
62.03-1-00 - Desenvol 62.09-1-00 - Suporte t 82.91-1-00 - Atividade CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA 230-5 - Empresa Indiv	Ivimento e licenciamento de prógrama Ivimento e licenciamento de programa écenico, manutenção e outros serviços es de cobranças e informações cadast NATUREZA JURIDICA vidual de Responsabilidade Limitada (d	s de computador não-customizáveis e em tecnologia da informação rais de Natureza Empresári	
62.03-1-00 - Desenvol 62.09-1-00 - Suporte t 82.91-1-00 - Atividade	Ivimento e licenciamento de programa récnico, manutenção e outros serviços so de cobranças e informações cadast NATUREZA JURIDICA vidual de Responsabilidade Limitada (d	s de computador não-customizáveis : em tecnologia da informação rais	
62.03-1-00 - Desenvol 62.09-1-00 - Suporte t 82.91-1-00 - Atividade codigo e descrição da 230-5 - Empresa Indiv LOGRADOURO	Ivimento e licenciamento de programa récnico, manutenção e outros serviços so de cobranças e informações cadast NATUREZA JURIDICA vidual de Responsabilidade Limitada (d	s de computador não-customizáveis e en tecnologia da informação rais de Natureza Empresári	UF MG
62.03-1-00 - Desenvol 62.09-1-00 - Suporte t 82.91-1-00 - Atividade codigo e descrição da 230-5 - Empresa Indiv LOGRADOURO AV RONDON PACHEC	Ivimento e licenciamento de programa décinico, manutenção e outros serviços se de cobranças e informações cadast NATUREZA JURIDICA vidual de Responsabilidade Limitada (d	s de computador não-customizáveis em tecnologia da informação rais de Natureza Empresári NUMERO COMPLEMENTO SALA 102 MUNICÍPIO	
62.03-1-00 - Desenvol 62.09-1-00 - Suporte t 82.91-1-00 - Attividade CODIGO E DESCRIÇÃO DAI 230-5 - Empresa India LOGRADOURO AV RONDON PACHEO CEP 38.400-242 ENDEREÇO ELETRÔNICO	Ivimento e licenciamento de programa décinico, manutenção e outros serviços es de cobranças e informações cadast NATUREZA JURIDICA vidual de Responsabilidade Limitada (r	s de computador não-customizáveis em tecnologia da informação rais de Natureza Empresári NUMERO COMPLEMENTO SALA 102 MUNICIPIO UBERLANDIA TELEFONE	
62.03-1-00 - Desenvol 62.09-1-00 - Suporte t 82.91-1-00 - Attividade CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAI 230-5 - Empresa India LOGRADOURO AV RONDON PACHEO CEP 38.400-242 ENDEREÇO ELETRÔNICO DARA@DARACONTA	Ivimento e licenciamento de programa décinico, manutenção e outros serviços es de cobranças e informações cadast NATUREZA JURIDICA vidual de Responsabilidade Limitada (r	s de computador não-customizáveis em tecnologia da informação rais de Natureza Empresári NUMERO 345 COMPLEMENTO SALA 102 MUNICIPIO UBERLANDIA TELEFONE (34) 9807-6633	
62.03-1-00 - Desenvol 62.09-1-00 - Suporte t 82.91-1-00 - Attividade CCODIGO E DESCRIÇÃO DAI 230-5 - Empresa India LOGRADOURO AV RONDON PACHEO CEP 38.400-242 ENDEREÇO ELETRÔNICO DARA@DARACONTA ENTE FEDERATIVO RESPON	Ivimento e licenciamento de programa décinico, manutenção e outros serviços es de cobranças e informações cadast NATUREZA JURIDICA vidual de Responsabilidade Limitada (documento) BAIRROIDISTRITO MARACANA (LOTEAMENTO) ABIL.COM.BR RISAVEL (EFR)	s de computador não-customizáveis e em tecnologia da informação rais de Natureza Empresári NUMERO SALA 102 MUNICIPIO UBERLANDIA TELEFONE (34) 9807-6633	MG

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Emitido no dia 11/02/2022 às 14:09:27 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

2 CONSULTAR QSA 5 VOLTAR ☐ IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, <u>clique aqui</u>.





Compras BR Portal de Licitações





Aderente às
• leis 8.666/93,
123/2006 e
147/2014 e
Decreto
10.024/2019





PUBLICAÇÃO EDITAL /
NOTIFICAÇÃO FORNECEDORES



EXECUÇÃO DE LICITAÇÕES



HOMOLOGAÇÃO DE RESULTADO



BENEFICIOS QUE NOSSA PLATAFORMA OFERECE



Redução de Gastos Públicos e Custos Operacionais



Aumento de Audiência para as Licitações



Hospedagem na Nuvem / InfraestruturaRedundante e Backups



Segurança, Criptografiae Certificação Digital



Reduz preço de Compras



Promoção da Transparência



Prospecção de Fornecedores



Homologado nos principais navegadores do mercado



QUANTO CUSTA?

R\$0,00

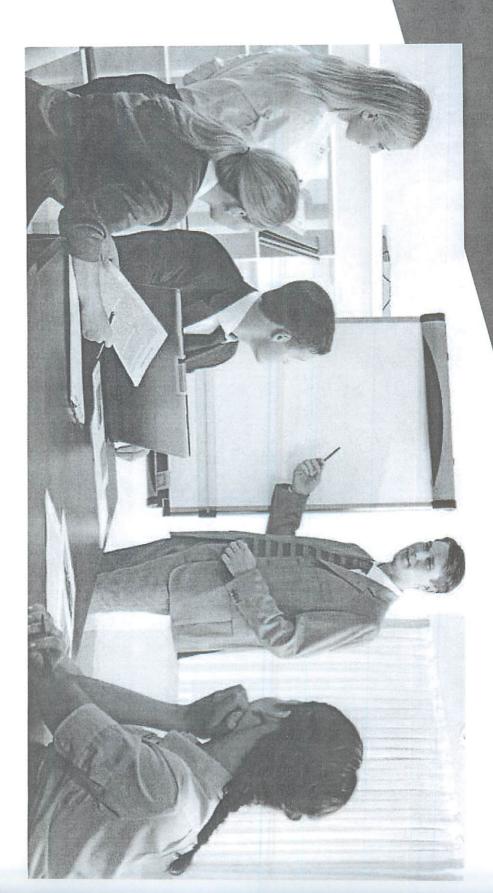
COMPRADOR

- » Publicação e Execução da Licitação
- » Publicação de edital
- » Notificação de fornecedores por linha de fornecimento via e-mail
- » Recebimento de Propostas de Preço
- » Execução do Pregão
- » Homologação do resultado





ATENDIMENTO PERSONALIZADO



IMPLANTAÇÃO

> SUPORTE PERSONALIZADO

> > HOSPEDAGEM NA NUVEM



QUEM PAGA A TAXA DE UTILIZAÇÃO DOSISTEMA?

FORNECEDORES

MENSAL

SEMESTRAL

ANUAL

conforme determinado no Art. 5º da Lei 10.520/2002 Valor cobrado para ressarcimento dos custos de utilização de recursos da tecnologia da informação",



E OSFORNECEDORES LOCAIS?

Produtos Geralmente Não Atendidos por Fornecedores Locais

Produtos hospitalares, Odontológicos, Medicamentos, Insumos Hospitalares, Pneus e correlatos, Veículos, Maquinários em geral, Informática e suprimentos, Eletrodomésticos, Móveis, Ferramentas, Tratores, Livros didáticos, Combustível, Passagem aérea.

Desenvolvimento dos Fornecedores Locais

Os fornecedores locais são motivados a se desenvolverem, cadastrando-se na ferramenta e com a possibilidade de atingir outros mercados contribuindo com o desenvolvimento local



OBRIGADOL

www.ComprasBR.com.br | (67) 3303-2707



Compras BR
Portal de busca de licitações





Compras BR

Portal de Compras, Pregões Eletrônicos e Licitações



Sobre Nós

 O Compras BR é um sistema para disputa de licitações eletrônicas que para aquisição de bens e serviços permite realizar Pregões Eletrônicos comuns.







Quem já nos escolheu?



Estamos em 15 estados diferentes, atendendo gratuitamente mais de 130 municípios e outros órgãos públicos.





Quem já nos escolheu? SETON

GOVERNO D

GOVERNO DE TODOS NÓS





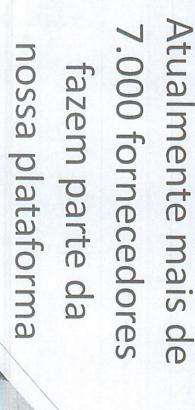
Hoje somos a plataforma oficial do Governo Estadual Estadual do Mato Grosso do Maranhão e do Governo



Mato Governo de **5**[0SS0

Quem já nos escolheu?













Compras BR





Compras BR

Compras BR



Compras BR

BUSCA DE FORNECEDORES PARA VOCÉ COMPRADOR

DO QUE VOCÊ
PRECISA?

FERRAMENTAS CERTAS
PRA QUE VOCÊ ENCONTRE SEMPRE
O MELHOR PREÇO



POR QUE NOS ESCOLHER?

BAIXO CUSTO PARA O FORNECEDOR

Cobramos valores fixos e acessíveis. Isso garante a participação de mais fornecedores, aumentando a disputa. O resultado é um preço final mais em conta.

Confira





SUPORTE PERSONALIZADO

A plataforma oferece um suporte exclusivo, dedicado a auxiliar os órgãos públicos nos processos de licitação

PLATAFORMA COMPLETA

Além de nossa plataforma de pregão eletrônico, temos uma plataforma de Compra Direta e de cotação de preço; contamos também com um sistema de assinatura eletrônica. Todas essas ferramentas são 100% gratuitas para os órgãos públicos.





POR QUE NOS ESCOLHER?





Diferente de outras plataformas de pregão eletrônico, o Compras BR não compra porcentagem por lote. Nossas cobranças são fixas e extremamente em conta. Isso garante que o fornecedor local possa participar das licitações do seu município e também de outros.





MELHOR QUE O PREGÃO PRESENCIAL

O pregão presencial demanda muito tempo e esforço do pregoeiro e sua equipe; e necessita que os fornecedores estejam presencialmente no local. O Compras BR garante o contrário disso. Nele o pregoeiro fará um pregão rápido e eficiente, com fornecedores do país inteiro, assegurando a concorrência e gerando com isso bons preços.





A escolha da plataforma ideal pode gerar receio por parte dos pregoeiros e responsáveis pela licitação. Contudo, todas as leis de licitação garantem liberdade ao município para escolher a melhor plataforma. Outro fato está nos 3 pilares que devem compor um sistema e pesar para escolha do município, a saber: custo benefício; credibilidade; qualidade. O primeiro pilar vocês já conhecem: o Compras BR garante, aos municípios, acesso a qualquer um dos nossos sistemas gratuitamente, e cobra dos licitantes valores fixos que coadunam com o artigo 5° § 3° da Lei 10520. O segundo pilar pode ser facilmente evidenciado, afinal, o Compras BR é um produto de uma empresa que já está há mais de 30 anos no mercado, a AZ INFORMATICA. Hoje o Compras BR atende mais de 140 órgãos públicos, e é a plataforma de pregão eletrônico oficial do Governo Estadual do Maranhão e do Governo Estadual do Mato Grosso. Apesar de qualquer um dos órgãos que o Compras BR atende poder atestar a qualidade do sistema e do atendimento oferecido, deixa-se um convite para que vocês do município conheçam na prática. Esse convite engloba uma apresentação remota da plataforma para toda equipe, e também uma publicação teste de um edital.



comprasbr.com.br | (67) 3303-2707

(41) 3500-8125





(८) (41) 996 925 647

Fale conosco



ANEXO I

REGULAMENTO GERAL - PORTAL DE COMPRAS BR

1- DO REGULAMENTO

- 1.1- O Portal de Compras BR é um sistema informatizado criado e desenvolvido pela AZ INFORMÁTICA LTDA., o qual oferece suporte especializado para realização de licitação por Órgãos Públicos, ONGS, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações, Entidades de Classes, Consórcio, neste regulamento doravante denominados ÓRGÃOS COMPRADORES, de bens e serviços junto a fornecedores previamente cadastrados, através do uso da Internet.
- 1.2- O presente Regulamento tem como finalidade determinar as regras e condições gerais para a utilização pelos ÓRGÃOS COMPRADORES e pelo USUÁRIO FORNECEDOR ao Portal de compras BR, devendo os mesmos respeitar todos os termos e condições nele previstas.

2- DOS USUÁRIOS

- 2.1- Pessoas Físicas
- 2.2- Pessoas jurídicas

3- DO CADASTRAMENTO

- 3.1 A adesão ao Portal de Compras BR será opcional, nos exatos termos do presente regulamento, sendo que os ÓRGÃOS COMPRADORES e/ou USUÁRIO FORNECEDOR manifestam integral conhecimento e aceite de todas as condicionantes dispostas neste Regulamento, não podendo alegar, posteriormente, desinformação ou discordância em relação aos seus termos.
- 3.2- Para utilização do sistema Portal de Compras BR será necessário o prévio cadastramento dos ÓRGÃOS COMPRADORES e/ou USUÁRIO FORNECEDOR no site www.comprasbr.com.br e sua devida homologação.
- 3.2.1- No processo de cadastramento, o USUÁRIO FORNECEDOR fornecerá todos os dados necessários para o preenchimento do cadastro, de acordo com o rol abaixo estabelecido, bem como enviará o comprovante de pagamento referente ao ressarcimento de uso de tecnologia, sem prejuízo de outros documentos que se fizerem necessários durante o processo de utilização do sistema.

Pessoa Jurídica:

Última alteração do Contrato Social; Cópia do RG do representante legal; Cópia do CPF do representante; Procuração para representação Portal de Compras BR, quando o responsável não constar no Contrato Social.

Pessoa Física: Cópia do RG; Cópia do CPF; Comprovante de Residência.

- 3.3- O USUÁRIO FORNECEDOR poderá nomear representante(s) legal(is), o(s) qual(is) será(ão) reconhecido(s) como legítimo(s) para realizar(em) negócios em seu nome e sob sua responsabilidade por meio da utilização do Portal de Compras BR, devendo o(os) mesmo(s)ser(em) cadastrado(s) no sistema. O cadastramento do(s) representante(s) legal(is) será(ão) condicionado(s) à apresentação do instrumento público de procuração.
- 3.4- O USUÁRIO FORNECEDOR deverá enviar todos os documentos necessários ao cadastramento de acordo com as orientações fornecidas no portal e no e-mail de confirmação de cadastramento. Todos os documentos deverão ser encaminhados pelo usuário no momento do cadastramento ou durante a utilização do Portal de Compras BR no formato de arquivo PDF, não sendo aceita documentação em qualquer outro formato de arquivo.
- 3.4.1- Uma vez recebidos todos os documentos necessários para a realização do cadastramento do USUÁRIO FORNECEDOR no sistema, o Portal de Compras BR terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para realizar a homologação do cadastramento e para habilitar o acesso do USUÁRIO FORNECEDOR devidamente cadastrado ao sistema.
- 3.4.2- Após a habilitação do acesso do USUÁRIO FORNECEDOR cadastrado ao sistema, este e/ou o seu(s) representante(s) legal(is) cadastrados estará(ão) habilitado(s) para acessar as funcionalidades que lhe couber(em), no sistema Portal de Compras BR.
- 3.5 Não será permitido ao USUÁRIO FORNECEDOR qualquer forma de participação em processos licitatórios antes de sua habilitação no sistema por parte do Portal de Compras BR, nos exatos termos das cláusulas previstas no presente Regulamento, nada tendo este a reclamar em tempo e/ou modo algum seja a que título for.

4- DO ACESSO AO PORTAL DE COMPRAS BR

- 4.1- Após sua habilitação no sistema, o USUÁRIO FORNECEDOR passará a ter acesso ao sistema Portal de Compras BR, o qual será realizado mediante a utilização de senha pessoal, gerada automaticamente pelo sistema após a finalização da etapa de cadastramento.
- 4.2- O USUÁRIO FORNECEDOR responsabiliza-se pela utilização de forma exclusiva pela utilização de sua senha pessoal em todas as movimentações efetuadas no sistema, não cabendo ao Portal de Compras BR ou a AZ

Informática Ltda a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, inclusive por terceiros.

4.3- Todas as funcionalidades do Portal de Compras BR as quais o USUÁRIO FORNECEDOR tiver acesso serão disponibilizadas exclusivamente através do endereço eletrônico www.comprasbr.com.br.

5- DAS CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO PORTAL DE COMPRAS BR

- 5.1- O sistema Portal de Compras BR está dividido em 3 (três) funcionalidades distintas, as quais são:
- 5.1.1 funcionalidades geral, na qual se enquadram os cidadãos em geral que, independentemente de habilitação prévia no sistema do Portal de Compras BR, poderão realizar consultas diversas, tais como:
 - 1. Consultar as licitações;
 - 2. Consultar os editais:
 - 3. Visualizar as atas dos pregoes;
 - 4. Consultar os resultados das licitações executadas.
- 5.1.2 funcionalidades para USUÁRIO FORNECEDOR, que poderá, dentre outros atos, apresentar propostas, enviar lances no pregão eletrônico e consultar resultados de certames, tais como:
 - 1. Cadastrar usuário representante e a empresa;
 - Consultar os pregoes e baixar os editais de licitação;
 - 3. Lançar propostas de preços;
 - Dar lances no pregão;
 - 5. Negociar com pregoeiro;
 - 6. Trocar mensagens com o pregoeiro;
 - 7. Consultar as propostas e documentação dos demais licitantes no momento oportuno;
 - 8. Interpor recursos e contrarrazão;
 - 9. Visualizar as atas dos pregoes;
 - 10. Consultar os resultados das licitações executadas.
- 5.1.3 funcionalidades para ÓRGÃOS COMPRADORES que poderão, dentre outros atos, realizar o desenvolvimento de todas as atividades inerentes aos processos licitatórios, em todas as suas fases, tais como:
 - 1. Aderente as leis 8.666/93, 123/2006 e 147/2014;
 - 2. Publicação da licitação e do edital para consulta;
 - 3. Fazer a abertura do pregão;
 - Fazer a execução do pregão;
 - 5. Trocar mensagens com os licitantes através de chat;
 - 6. Adjudicar os fornecedores vencedores;
 - 7. Homologar o pregão

- 5.2- Todas as transações realizadas através da utilização das funcionalidades (item 5.1.2) e (item 5.1.3) do sistema Portal de Compras BR registrarão os usuários que as realizaram e utilizarão procedimentos de segurança, tais como: segurança criptográfica, histórico de chaves/senhas, cópia de segurança, etc.
- 5.3- O sistema também permite que no decorrer da fase de lances do processo licitatório, o USUÁRIO FORNECEDOR, dentro de um prazo definido pelo pregoeiro, possa interpor recursos.
- 5.4- A Aplicação do Portal de Compras BR fica hospedado em uma nuvem na internet com ambiente disponível 24 horas e 7 dias por semana, com garantia de disponibilidade de 99%. Com *backup* realizado diariamente às 04h:00min ficando armazenado por 17 dias. Após este período os *backups* mais antigos são excluídos.

6- DO PROCESSO DE LICITAÇÃO:

- 6.1- As modalidades e os procedimentos de cada processo de licitação serão determinados exclusivamente pelo ÓRGÃO COMPRADOR, responsável pela condução da licitação, observadas as disposições legais vigentes.
- 6.2- A forma, o modo e o prazo como se dará o pagamento decorrente da licitação ou aquisição de bens e serviços serão ajustados entre o ÓRGÃOS COMPRADORES e os USUÁRIO FORNECEDOR.
- 6.3- Todos os tributos e contribuições incidentes sobre o bem ou serviço licitado ou adquirido serão de responsabilidade do ÓRGÃOS COMPRADORES e ou do USUÁRIO FORNECEDOR (ou seus representantes legais), de acordo com as normas legais e regras aplicáveis.
- 6.4- A AZ INFORMÁTICA LTDA e o Portal de Compras BR não se responsabilizam pelo cálculo, retenção e recolhimento de tributos e contribuições eventualmente incidentes nas operações/negociações realizadas por meio da utilização de seu sistema, ficando tais obrigações a cargo do ÓRGÃOS COMPRADORES e/ou do USUÁRIO FORNECEDOR (ou seus representantes legais).

7- DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES

7.1- DO USUÁRIO FORNECEDOR:

- 7.1.1- O USUÁRIO FORNECEDOR se responsabiliza:
- 7.1.2 Por todas as transações por eles efetuadas no sistema, inclusive por todos os atos realizados durante qualquer etapa do processo de licitação, assumindo como válidas e verdadeiras todas as suas propostas e lances realizados.
- 7.1.3- Pela integral veracidade e exatidão de todas as descrições dos bens e serviços por eles ofertados. Em caso de oferta de bens e serviços em

desacordo com as especificações definidas em edital pelo ÓRGÃOS COMPRADOR, o USUÁRIO FORNECEDOR assumirá todas as responsabilidades civis e criminais daí decorrentes, inclusive prejuízos causados à AZ INFORMÁTICA LTDA, ao Portal de Compras BR e à terceiros prejudicados.

- 7.1.4 Por observarem e cumprir com todas as normas legais que versem sobre a matéria, o que incluiu a irrestrita observância às regulamentações fiscais e tributárias aplicáveis.
- 7.1.5- Por acompanhar todas as suas operações realizadas no sistema, ficando exclusivamente responsáveis pela perda de negócios em decorrência do não cumprimento de qualquer prazo, em especial daqueles decorrentes de sua participação em um processo licitatório, independentemente do motivo, inclusive de sua desconexão do sistema.
- 7.1.6- Por qualquer infortúnio decorrente de ausência capacidade técnica para utilização das funcionalidades disponibilizadas pelo sistema Portal de Compras BR.

7.2 - DA AZ INFORMÁTICA LTDA

- 7.2.1- Manter o funcionamento do sistema conforme parâmetros estabelecidos neste Regulamento, comprometendo-se em analisar e disponibilizar, a seu critério, sempre que necessárias e viáveis, alterações e implementações para melhoria do sistema.
- 7.2.2 Prestar todo o apoio técnico-operacional necessário para a utilização do sistema Portal de Compras BR pelo USUÁRIO FORNECEDOR e pelos ÓRGÃOS COMPRADORES, viabilizando todos as operações de aquisição e alienação de bens e de contratação de serviços, por meio dos procedimentos de Pregão Eletrônico em formato WEB, conduzidos pelos Promotores das Licitações, mediante a utilização de seu sistema.
- 7.2.3- Restabelecer, o mais rápido possível, o sistema Portal de Compras BR em caso de eventual indisponibilidade, seja por motivos técnicos, falhas na Internet ou por outras circunstâncias alheias à vontade da AZ INFORMÁTICA LTDA, não assumindo qualquer responsabilidade pela ocorrência por eventual prejuízo resultante de caso fortuito ou força maior, conforme previsto no Art. 393 do Código Civil Brasileiro;
- 7.2.4- Suspender a disponibilidade para utilização do sistema Portal de Compras BR, mediante aviso prévio ao USUÁRIO FORNECEDOR em razão da necessidade de realização de manutenção, reparos inadiáveis, alterações e/ou outras exigências técnicas que se apresentarem.
- 7.2.5- Manter sigilo acerca de todas as transações realizadas USUÁRIO FORNECEDOR através do sistema Portal de Compras BR, disponibilizando somente as informações essenciais e indispensáveis à concretização dos das licitações e dos compromissos delas decorrentes.

7.2.6- Manter uma central de atendimento via chat online ou serviço de e-mail para prestar serviço de atendimento aos usuários do sistema Portal de Compras BR.

7.3- DOS ÓRGÃOS COMPRADORES

- 7.3.1 São de responsabilidade do ÓRGÃO COMPRADOR:
- 7.3.1.1 Manter infraestrutura e controles necessários para garantir a celeridade, a eficiência e a lisura de todos os procedimentos e negociações realizadas mediante a utilização do sistema do Portal de Compras BR;
- 7.3.1.2 Assegurar a participação no sistema do Portal de Compras BR somente por usuários devidamente treinados e capacitados, visando o cumprimento da legislação e a regularidade nos procedimentos;
- 7.3.1.3 Indicar e manter atualizado o cadastro de todos os servidores da Administração Pública que terão acesso ao sistema Portal de Compras BR Eletrônico de Licitações, incluindo os pregoeiros.

7.4- RESTITUIÇÃO DAS INFORMAÇÕES

- 7.4.1- Suspenso ou cancelado o acesso, por qualquer uma das partes, as informações contidas no Portal de Compras BR serão armazenadas por tempo indeterminado;
- 7.4.2- Durante a suspensão ou cancelamento de acesso, a Portal de Compras BR tornará as informações dos ÓRGÃOS COMPRADORES e USUÁRIO FORNECEDOR disponíveis para serem extraídas do Portal de Compras BR por relatórios em formato ".pdf", os quais serão padronizados, contendo as seguintes informações: ata com todos os eventos ocorridos na sessão do pregão, relação dos participantes, relação dos lances, relação das propostas inicias, vencedores da fase de lances e resultado com os vencedores do pregão.
- 7.4.3 Os relatórios mencionados na cláusula 7.4.2 serão os únicos fornecidos pela Portal de Compras BR, de modo que em nenhuma hipótese a Portal de Compras BR irá fornecer relatórios personalizados de informações para ÓRGÃOS COMPRADORES e/ou USUÁRIO FORNECEDOR, independentemente de qualquer justificativa.

8- DOS CUSTOS DO SISTEMA

8.1 - PARA OS ÓRGÃOS COMPRADORES:

8.1.1- A utilização do Portal de Compras BR pela Administração pública é gratuito, bastando apenas sua adesão mediante o preenchimento do Termo de Adesão pelo órgão e vale-se do disposto no Art. 5°, da Lei nº 10.520/2002,

trabalhando com o ressarcimento dos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, sem cobrança de outras taxas, nem mesmo sucesso sobre o resultado, não constituindo essa tarifação de serviços, mas apenas o ressarcimento dos custos gerados, sendo estes revertidos em melhorias e manutenção dos serviços envolvidos.

8.2 - PARA O USUÁRIO FORNECEDOR:

8.2.1 - A AZ INFORMÁTICA LTDA reserva-se ao direito de cobrar tarifa, referente aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação pelo USUÁRIO FORNECEDOR, cujo valor será determinado pelo período de uso do sistema Portal de Compras BR escolhido pelo USUÁRIO FORNECEDOR, o qual poderá optar pelos seguintes planos de utilização, que levam em consideração apenas o tempo de utilização do sistema, independentemente do número de usuários e representantes legais cadastrados:

Mensal: 30 dias - R\$ 180,00 (cento e oitenta reais);

Semestral: 180 dias - R\$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais);

Anual: 365 dias - R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).

- 8.2.3 O período referente ao plano de utilização contratado pelo USUÁRIO FORNECEDOR será contado por dias corridos, a contar da habilitação do usuário no sistema após a homologação do seu pedido de cadastramento, considerando-se todas as disposições contidas nos itens 3 e 4 do presente Regulamento:
- 8.2.4 Os requerimentos de renovação ou alteração do plano de utilização de USUÁRIOS FORNECEDORES já habilitados, deverá ser requerido pelo usuário ou seu(s) representante(s) legal(is) através do próprio sistema do Portal de Compras BR, sendo imprescindível o envio do comprovante de pagamento dos valores devidos, conforme determinado no item 8.2.1 do presente Regulamento. A análise do requerimento de que trata o presente item será realizada pela equipe técnica do Portal de Compras BR no prazo de até 2 (dois) dias úteis.
- 8.2.5 O período dos planos de utilização de que trata o item 8.2.1 não será suspenso em razão da necessidade de alteração de qualquer documento apresentado pelo USUÁRIO FORNECEDOR, de alteração do representante legal ou de qualquer outra alteração que se faça necessária para o regular seguimento da utilização do sistema do Portal de Compras BR, inclusive em casos de bloqueio do sistema, independentemente do tempo que o USUÁRIO FORNECEDOR demore para promover a regularização da pendência.
- 8.2.6 A AZ INFORMÁTICA LTDA poderá, a qualquer tempo e a seu critério, alterar ou reajustar os preços das tarifas de serviços ou dos custos gerados, comprometendo-se a dar divulgação dessas mudanças através de seu site na Internet. Todo e qualquer reajuste e/ou alteração dos preços das tarifas de serviços ou dos custos gerados somente surtirão efeitos para os usuários cadastrados após a publicação da nova tabela de valores no site do Portal de Compras BR.

Folhas(s)

9- DO PROCESSO DE LICITAÇÃO:

- 9.1- As modalidades e os procedimentos de cada processo de licitação ou os referentes a aquisição de bens e serviços serão determinadas exclusivamente pelo ÓRGÃO COMPRADORES, responsável pela condução da licitação, observadas as disposições legais vigentes.
- 9.2- A forma, o modo e o prazo como se dará o pagamento decorrente da licitação ou aquisição de bens e serviços serão ajustados entre o licitador e o USUÁRIO FORNECEDOR.
- 9.3- Todos os tributos e contribuições incidentes sobre o bem ou serviço licitado ou adquirido serão de responsabilidade dos ORGÃOS COMPRADORES e/ou do USUÁRIO FORNECEDOR (ou seus representantes legais), de acordo com as normas legais e regras aplicáveis.
- 9.4- A AZ INFORMÁTICA LTDA e o Portal de Compras BR não se responsabilizam pelo cálculo, retenção e recolhimento de tributos e contribuições eventualmente incidentes nas operações/negociações realizadas por meio da utilização de seu sistema, ficando tais obrigações a cargo dos ÓRGÃOS COMPRADORES e/ou do USUÁRIO FORNECEDOR.
- 9.5- O processo de transferência do bem negociado ou prestação do serviço é de inteira e absoluta responsabilidade dos ÓRGÃOS COMPRADORES e do USUÁRIO FORNECEDOR, não cabendo à AZ INFORMÁTICA LTDA ou ao Portal de Compras BR qualquer participação ou responsabilidade.

10- DOS ADICIONAIS DO SISTEMA

- 10.1- SISTEMA DE ASSINATURA ELETRÔNICA
- 10.1.1- Os ÓRGÃO COMPRADORES poderão utilizar o sistema de assinatura eletrônica disponibilizado pelo PORTAL COMPRAS BR.
- 10.1.2- O uso do referido sistema está de acordo com a Lei 14.063 de 23 de setembro de 2020 que dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas.
- 10.1.3- Pelo disposto no 10.1.1, o USUÁRIO FORNECEDOR poderá incorrer em custos adicionais caso o ÓRGÃO COMPRADOR utilize o referido sistema. Sendo esse custo substituto dos dispêndios com cartórios e correios.
- 10.1.3.1- O USUÁRIO FORNECEDOR poderá optar pelos pacotes de assinatura disponíveis no seguinte endereço eletrônico: http://conteudo.efcaz.com.br/sign-gov

11- DA RESCISÃO:



- 11.1 DA RESCISÃO AO REGULAMENTO POR PARTE DA INFORMÁTICA LTDA:
- 11.1.1 A adesão a este Regulamento poderá ser rescindida pela AZ INFORMÁTICA LTDA a qualquer momento, mediante notificação prévia e por escrito com antecedência de 30 dias para o ÓRGÃO COMPRADOR e/ou USUÁRIO FORNECEDOR, a qual deverá ser enviada para o e-mail cadastrado no Sistema Portal de Compras BR.
- 11.1.2 No caso da efetivação da rescisão indicada no item 11.1.1, será garantido ao ÓRGÃO COMPRADORES e/ou ao USUÁRIO FORNECEDOR a participação em todos os procedimentos de licitação para os quais tenham se habilitado e que se encontrarem ativos. Finalizados os referidos processos, o acesso ao Sistema de Compras BR será automaticamente cancelado.

11.1.3- DA DESCONTINUIDADE DO SISTEMA

- 11.1.3.1- O Portal de Compras BR reserva o direito de, a qualquer momento, modificar ou descontinuar, temporária ou permanentemente, os serviços ou qualquer parte deles, com ou sem aviso prévio. O usuário concorda que não será responsabilizado por qualquer modificação, suspensão ou interrupção dos serviços ou qualquer parte dele.
- 11.1.3.2- Em caso de descontinuidade do Portal de Compras BR, nos termos do item 11.1.3.1, Portal de Compras BR garante o funcionamento do mesmo por até 30 (trinta) dias após a data do anúncio de descontinuidade. Caso tenha alguma licitação que não tenha sido finalizada até este prazo, será criado um regime de atendimento especial para os ÓRGÃOS COMPRADORES e os USUÁRIOS FORNECEDORES finalizarem seus processos.
- 11.1.3.3- O usuário não poderá responsabilizar o Portal de Compras BR nem seus diretores, executivos, funcionários, afiliados, agentes, contratados ou licenciadores por quaisquer modificações, suspensões ou descontinuidade do aplicativo.
- 11.1.3.4- Caso o usuário tenha realizado o pagamento em algum dos planos vigentes e o sistema seja descontinuado, a AZ INFORMÁTICA LTDA se compromete a devolver o valor pago proporcionalmente ao tempo contratado que não foi utilizado, contando a partir do mês subsequente a descontinuidade.
- 11.2 DA RESCISÃO AO REGULAMENTO POR PARTE DO ÓRGÃO COMPRADOR:
- 11.2.1 A adesão a este Regulamento poderá ser rescindida pelo ÓRGÃO COMPRADOR a qualquer momento, mediante notificação prévia e por escrito, a qual deverá ser enviada para o e-mail cadastro@comprasbr.com.br.
- 11.3 DA RESCISÃO AO REGULAMENTO POR PARTE DO USUÁRIO FORNECEDOR:

11.3.1- A adesão a este Regulamento poderá ser rescindida pelo USUÁRIO FORNECEDOR mediante notificação prévia e por escrito, a qual deverá ser enviada para o e-mail cadastro@comprasbr.com.br, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, e somente será efetivada após o cumprimento de todas as obrigações assumidas, incluindo o adimplemento de todos os débitos junto à AZ INFORMÁTICA LTDA e o Portal de Compras BR caso exista.

12- DA VIGÊNCIA

12.1 PARA ÓRGÃOS COMPRADORES

12.1.1- A adesão a este Regulamento por ÓRGÃOS COMPRADORES terá vigência por tempo indeterminado, e sua rescisão somente se dará por iniciativa do próprio ÓRGÃO COMPRADOR ou pela AZ INFORMÁTICA LTDA.

12.2 PARA O USUÁRIO FORNECEDOR:

12.2.1 – A adesão a este Regulamento pelo USUÁRIO FORNECEDOR terá vigência de acordo com o plano de utilização escolhido quando da contratação, do pedido de renovação ou da sua alteração, conforme previsto no item 8.2.1 deste regulamento.

13- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1- AZ INFORMÁTICA LTDA poderá modificar, a qualquer tempo, os termos e condições deste regulamento, devendo notificar os participantes através da publicação de uma versão atualizada no site do Portal de Compras BR. Os termos do novo regulamento valerão para as propostas incluídas a partir da sua publicação no site Portal de Compras BR, na Internet.
- 13.2- A AZ INFORMÁTICA LTDA reserva-se no direito de cancelar a habilitação do USUÁRIO FORNECEDOR para acesso ao sistema Portal de Compras BR, seja em razão de uso indevido do sistema, de violação à lei, por descumprimento de qualquer item deste regulamento, ou da ocorrência de qualquer evento que impossibilite a manutenção da habilitação.
- 13.3- Fica eleito o foro da Circunscrição Judiciária de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da aplicação do estabelecido neste Regulamento e suas eventuais alterações.

Campo Grande/MS, 27 de janeiro de 2021.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA										
C											
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 24.598.492/0001-27 MATRIZ	24.598.492/0001-27 COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO 26/05/1988										
NOME EMPRESARIAL A Z INFORMATICA LTDA											
TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOM AZ INFORMATICA	ME DE FANTASIA)				PORTE DEMAIS						
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADO 62.01-5-01 - Desenvolviment	E ECONÔMICA PRINCIPAL o de programas de computador	sob encomend	a								
62.03-1-00 - Desenvolviment 62.04-0-00 - Consultoria em 62.09-1-00 - Suporte técnico 78.20-5-00 - Locação de mão 85.99-6-03 - Treinamento em	o e licenciamento de programa: o e licenciamento de programa: tecnología da Informação , manutenção e outros serviços -de-obra temporária Informática nutenção de computadores e de	s de computado em tecnologia	r não-customizáv da informação	reis							
R VINTE E CINCO DE DEZEN	MBRO	NÚMERO 2071	COMPLEMENTO SALAO 01								
	RRO/DISTRITO SSA SENHORA DE FATIMA	MUNICIPIO CAMPO GF	RANDE		UF MS						
PSORATO@AZI.COM.BR		TELEFONE (67) 3303-2	700								
ENTE FEDERATIVO RESPONSAVEL (I	EFR)										
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				TA DA SITUAÇÃO CAD /11/2005	PASTRAL						
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL											
SITUAÇÃO ESPECIAL				TA DA SITUAÇÃO ESP	ECIAL						

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Emitido no dia 11/02/2022 às 14:40:03 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA	'S VOLTAR	→ IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, <u>clique aqui</u>.



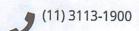


Login

(https://www3.bbmnet.com.br/NovoPortalLogin/Login.aspx)

ATENDIMENTO

De Segunda a Sexta das 08:00 às 18:00 (horário de Brasília) Exceto Feriados Nacionais



(https://api.whatsapp.com/send? (11) 99837-6032phone=5511998376032)



? FALE CONOSCO

(https://www9.directtalk.com.br/static/beta/admipspawials/boissidethetaecesiswhter/fatoken=930a235c-2475-4fdb-a443-f44e5318fa9&&losco)

A Principal (https://www.bbmnetlicitacoes.com.br) >

VALORES (RESSARCIMENTO DE CUSTOS)

INFORMAÇÕES SOBRE O RESSARCIMENTO DE CUSTOS PARA MANUTENÇÃO DA PLATAFORMA BBMNET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS

A Bolsa Brasileira de Mercadorias, mantenedora da Plataforma BBMNET Licitações, é uma organização civil de fins não econômicos, isto é, não tem por objetivo auferir lucros e distribuir resultados aos acionistas e administradores. Da mesma forma, não é um órgão público mantido com repasses de dinheiro público e, portanto, necessita cobrir os custos de desenvolvimento e manutenção de um eficiente sistema oferecido gratuitamente aos órgãos da administração pública que utilizam a ferramenta para realizar, cualidade, segurança, eficiência e transparência, aquisições de bens e contratação de serviços.

Os fornecedores que utilizam o portal BBMNET LICITAÇÕES ELETRÔNICAS para vender os seus produtos e serviços desfrutam de inúmeras vantagens oferecidas pela Plataforma:

- => Suporte técnico em canais de atendimento para esclarecimento de dúvidas e auxílio aos licitantes na participação das licitações (*Call Center* de atendimento em todas as fases do pregão);
- => Credenciamento para recebimento de login e senha por meio digital, sem necessidade de abertura de contas ou de cadastros em órgãos específicos;
- => Habilitação do vencedor por meio digital, sem custos e sem demora do envio dos documentos;
- => Eliminação dos custos com deslocamentos (viagens) e hospedagens para o envio de propostas e lances;
- => Participação em licitações realizadas em qualquer local do país diretamente de seus escritórios;
- => Ausência da necessidade de contratar representantes em outras localidades ação muitas vezes necessária em pregões presenciais;
- => Visualização de processos licitatórios e baixa de editais de forma on-line e gratuita;
- => Acompanhamento de todos os preços praticados após a abertura de propostas e das fases dos processos de modo on-line;

- => Sistema amigável e moderno: as licitações podem ser acompanhadas e operadas em tempo real (sen delay) em uma única tela;
- => Execução de todas as fases das licitações por meio eletrônico: a plataforma é 100% digital, desde or credenciamento à homologação do edital;
- => Envio de interposição de recursos e contrarrazões por meio digital, sem custos de envio de documentos ou de deslocamentos;
- => Chat para os licitantes enviarem mensagens aos pregoeiros;
- => Campo próprio para os licitantes solicitarem esclarecimentos dos editais aos pregoeiros;
- => Curso de ensino a distância sobre pregão eletrônico no BBMNET, como módulos sobre as operações, com orientações jurídicas.

O cadastramento das empresas fornecedoras pode ser realizado diretamente no portal, em que está disponível, na página principal, a relação da documentação necessária. Desse modo, os valores são única e exclusivamente relativos ao ressarcimento de custos. A Bolsa não exige nenhuma contrapartida do licitante no que diz respeito à obrigatoriedade de abertura de contas correntes e/ou outras despesas que não sejam exclusivamente relativas ao ressarcimento dos custos.

Confira o que compõe o custo de desenvolvimento e manutenção da Plataforma BBMNET Licitações:

- => Cadastramento das empresas (fornecedores) e dos órgãos promotores (compradores);
- => Cadastramento dos representantes das empresas (fornecedores) e dos órgãos (pregoeiros);
- => Suporte técnico aos usuários (pregoeiros e licitantes) para esclarecer dúvidas e auxiliar na participação das licitações;
- => Despesas com colaboradores (Recursos Humanos), benefícios e estrutura física (escritórios);
- => Custo de processamento das transações realizadas via internet;
- => Manutenção e desenvolvimento de sistema (nuvem, softwares e licenças);
- => Investimento em equipamentos (servidores);
- => Treinamentos e cursos de capacitação para pregoeiros e licitantes (presenciais e a distância EaD);
- => Congressos e seminários;
- => Integração de informações (dados) com ERPs (Programas de Gestão) dos compradores e melhoria nas condições de prestação de contas aos órgãos de fiscalização e de controle;

A Bolsa Brasileira de Mercadorias:

Bolsa Brasileira de Mercadorias disponibiliza desde 2001 o Sistema BBMNET LICITAÇÕES. Foi um dos primeiros sistemas de pregão eletrônico implantados no Brasil e, desde essa época até os dias atuais, muitos compradores e fornecedores aderiram ao Sistema, colocando-o entre as principais plataformas de compras públicas por meio eletrônico do país;

Diariamente, novas licitações são abertas e disputadas dentro de uma plataforma que prima pela transparência, lisura e igualdade de condições para todos. O portal BBMNET LICITAÇÕES emprega as melhores práticas no uso da tecnologia da informação, com recursos de hardwares e softwares de última geração;

A Bolsa realiza constantemente manutenção e melhorias no portal, visando atender as necessidades dos licitantes e dos órgãos licitadores;

Utilizar o portal BBMNET LICITAÇÕES para comprar e vender gera inúmeras vantagens para os usuários. Entretanto, os custos, arcados integralmente pela Bolsa podem inviabilizar a evolução e a disponibilidade do portal. Para tanto, faz-se necessário a cobrança de valores a título de ressarcimento de custos de utilização da plataforma aos licitantes;

O Artigo 5º da Lei 10.520/2002, que criou a modalidade licitatória pregão, autoriza a Bolsa a ser ressarcida melos custos arcados com a disponibilização da tecnologia da informação;

"Art. 2º da Lei 10.520/2002

§ 1º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, no de regulamentação específicos.

§ 2º Será facultado, nos termos de regulamentos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, <u>a participação de bolsas de mercadorias</u> no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade de pregão, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação.

§ 3º <u>As bolsas</u> a que se refere o § 2º deverão estar organizadas sob forma de <u>sociedades civis sem fins</u> <u>lucrativos</u> e contar com a participação plural de corretoras que operem sistemas eletrônicos unificados de pregões.

Art. 5º É vedada a exigência de: III - pagamento de taxas e emolumentos, <u>salvo</u> os referentes a fornecimento do edital, que não deverão ser superiores ao custo de sua reprodução gráfica <u>e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso. (GRIFOS)</u>

Nesse sentido, desde outubro de 2008, a Bolsa Brasileira de Mercadorias tem cobrado pelo cadastramento das empresas fornecedoras, para ressarcimento dos custos gerados por eles. A cobrança se dá conforme o período de utilização da plataforma, ocorrendo no momento da geração de chave e senha de acesso ao portal ou no de sua renovação. A utilização do portal BBMNET Licitações Eletrônicas não gera custos aos órgãos Licitadores (compradores).

A cobrança do valor não representa tarifação do serviço, apenas o ressarcimento de parte dos custos gerados pelos fornecedores, sendo que os valores recebidos, conforme mencionado anteriormente, serão revertidos para a manutenção e melhoria do portal.

Dentro do período escolhido, o licitante <u>poderá participar de todas as licitações que ocorrerem na plataforma</u>. Os valores são determinados de acordo com a opção pelo período de utilização, conforme tabela abaixo:

PERÍODOS E VALORES:

R\$ 677,00
R\$ 632,00
R\$ 586,00
R\$ 541,00
R\$ 498,00
R\$ 454,00
R\$ 408,00
R\$ 365,00
R\$ 320,00
R\$ 275,00
R\$ 230,00
R\$ 187,00

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

LINKS RELACIONADOS

Novo Credenciamento (http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/credenciamento-licitantes)
Renovação do Credenciamento (http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/credenciamento-licitantes)

>>> (http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/unidades-operacionais)
Endereços para Envio dos Documentos (http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/unidades-operacionais)

Regulamento do Sistema de Licitações (http://www.bbmnetlicitacoes.com.br/legislacao--regulamentos)

Bolsa Brasileira de Mercadorias (https://www.bbmnet.com.br)

Nossos Parceiros (https://www.bbmnetlicitacoes.com.br/nossos-parceiros)

Onde Estamos (https://www.bbmnetlicitacoes.com.br/unidades-operacionais)

Receba os Editais (http://eepurl.com/gPJ7wv)

Atendimento e Suporte (https://www.bbmnetlicitacoes.com.br/fale-conosco)



Soluções que agregam inteligência competitiva nas informações públicas

ROO

Soluções em Licitações



MANUAL TUTORIAL RCCCOTAÇÕES







SEJABEM-VINDO AO RCC COTAÇÕES - BBM

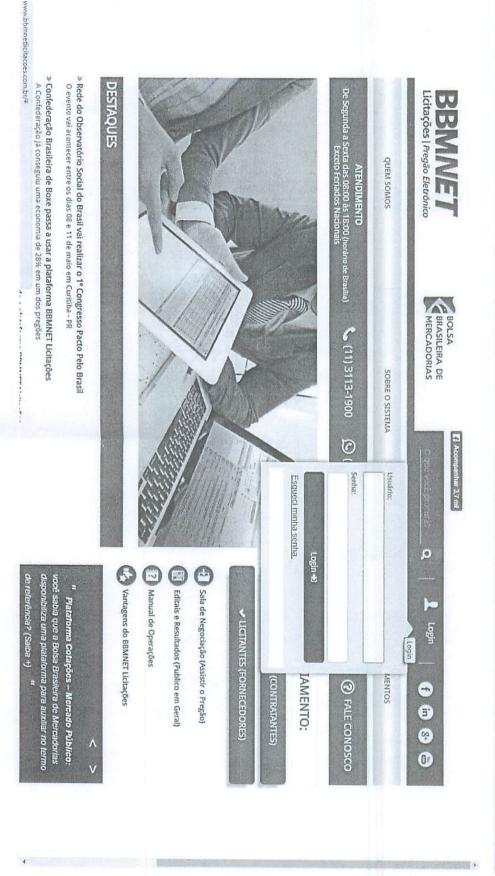






COMO ACESSARO SISTEMA

Acesse o site: www.bbmnetlicitacoes.com.br e coloque seu login e senha.





ACESSO AO SISTEMA

Depois de estar logado, você verá uma caixa com a informação do seu último acesso. Clique em Licitação Pública.



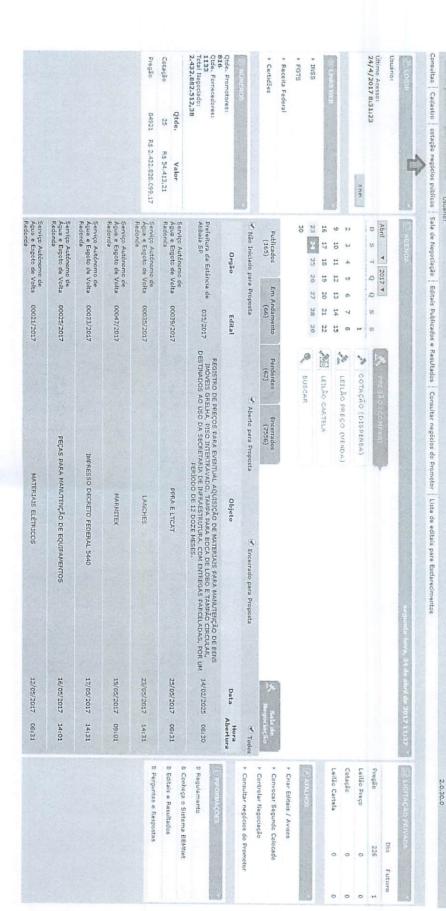


ACESSO AO SISTEMA

Abaixo da logomarca da BBMNET, clique na aba COTAÇÃO NEGÓCIOS PÚBLICOS.

BRASILERA DE MERCADORIAS

(E)

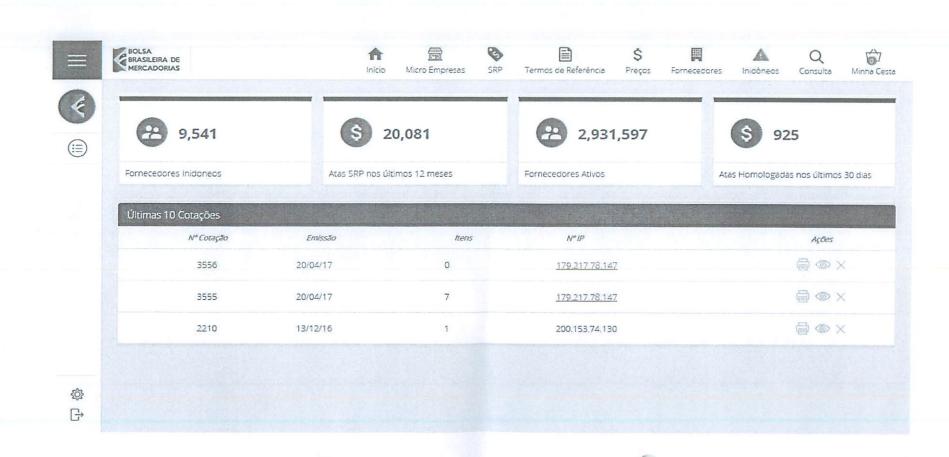




Tela Inicial

Na tela inicial você pode ver o ícone de cada funcionalidade deste sistema, além de ver algumas informações gerais sobre Fornecedores ativos e inidôneos, Atas SRP, Atas homologadas, e as últimas cotações de preços de produtos/serviços para seu Termo de Referência e Edital.

Visualize também as 10 últimas cotações cadastradas.





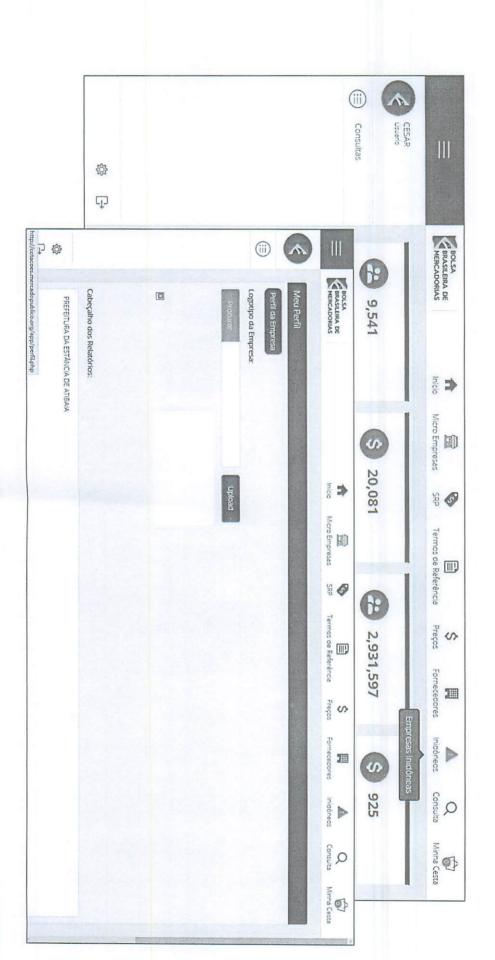
Clique em cima das 3 linhas que ficam no canto superior esquerdo para começar a editar o perfil do seu Órgão ou Instituição, bem como o cabeçalho que estará impresso nos seus relatórios. **Fela Inicial – Editar Perfil**

Septembroconsis Septembro	小 🕸								
Inicio Micro Empresas SRP Termos de Referência Preços Fornecedores Inidóneos Consulta S 20,081 S 20,081 Refos Preços Fornecedores Inidóneos Consulta S 2,931,597 Refos Preços Fornecedores Inidóneos Consulta S 925 Arches 1 200.153,74.130 Atas Homologadas nos última 1 200.153,74.130		2210	3555	3556	Nº Cotação	Últimas 10 Cotações	Fornecedores Inidaneos	9,541	BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS
Termos de Referência Preços Fornecedores Inidôneos Consulta 2,931,597 Fornecedores Ativos N° IP 179,217.78.147 200,153,74.130 Aces		13/12/16	20/04/17	20/04/17	Emissão		Atas SRP nos últir	\$ 20	Inicio
Termos de Referência Preços Fornecedores Inidóneos Consulta Preços Fornecedores Inidóneos Consulta Preços Fornecedores Inidóneos Consulta S 925 Acces Homologadas nos última Acces 179,217,78,147 Acces 179,217,78,147 200,153,74,130		-	7	0	Itens		mos 12 meses),081	
Inidoneos Consulta Inidoneos Consulta Inidoneos Consulta Consulta Inidoneos Ini		200.153,74.130	179.217.78.147	179.217.78.147	Nelp		Fornecedores Ativos	2,931,597	Termos de Referência
Minne Ce		⊕ ⊗ ×	● ×	1	Ações		Atas Homologadas nos últimos 30 días	\$ 925	Fornecedares Inidôneos Consulta



Editar Perfil - Logomarca

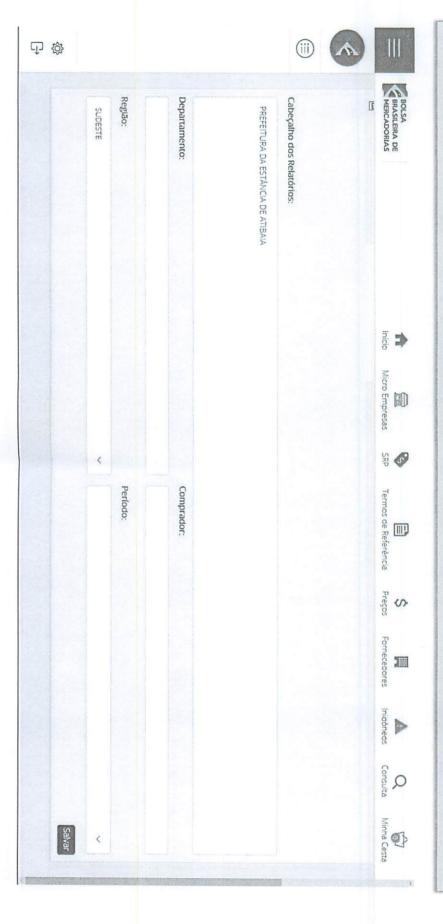
procurar para encontrar a logomarca em seu computador e em seguida clique em UPLOAD. Clique em cima do seu nome para configurar a logo do seu órgão. Depois clique em





Editar Perfil - Cabeçalho

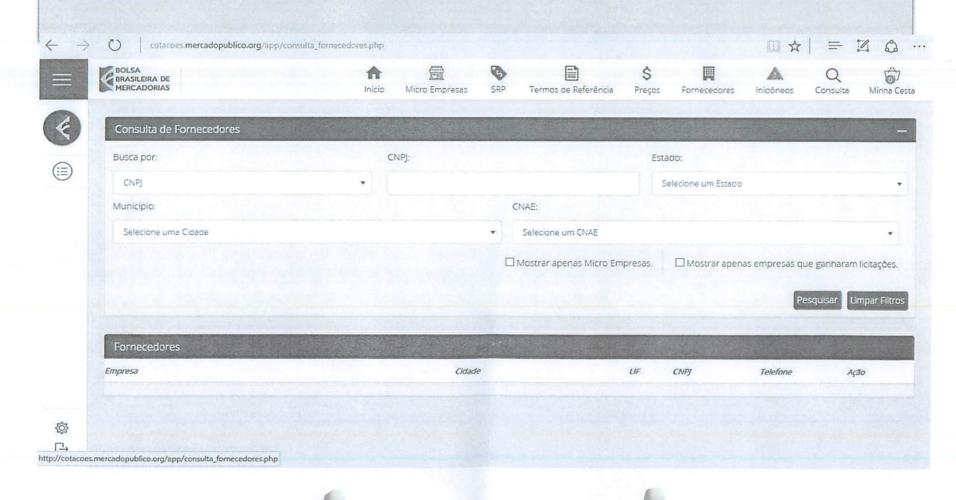
mesma ação de edição do perfil, clicando no ícone de configurações que fica no canto esquerdo Depois clique em SALVAR Esses dados ficarão gravados nas suas cotações. Você pode realizar a Preencha com os dados do Cabeçalho dos Relatórios, Departamento, Comprador e o Período. inferior. Para sair do sistema basta clicar no último ícone do canto inferior esquerdo.





Fornecedores - Microempresas

Na tela inicial, clique em Microempresas. No campo Busca por, insira o CNPJ,Razão Social ou o Nome Fantasia de uma Microempresa que você quer consultar. Você pode procurar também por produto/serviço para encontrar alguma Microempresa que venda ou realize um serviço que procura, bem como um produto que deseja comprar. Filtre pelas microempresas e empresas que já ganharam licitações, ou ainda por estado, cidade e CNAE Depois clique em pesquisar para visualizar os resultados.





Fornecedores - Microempresas

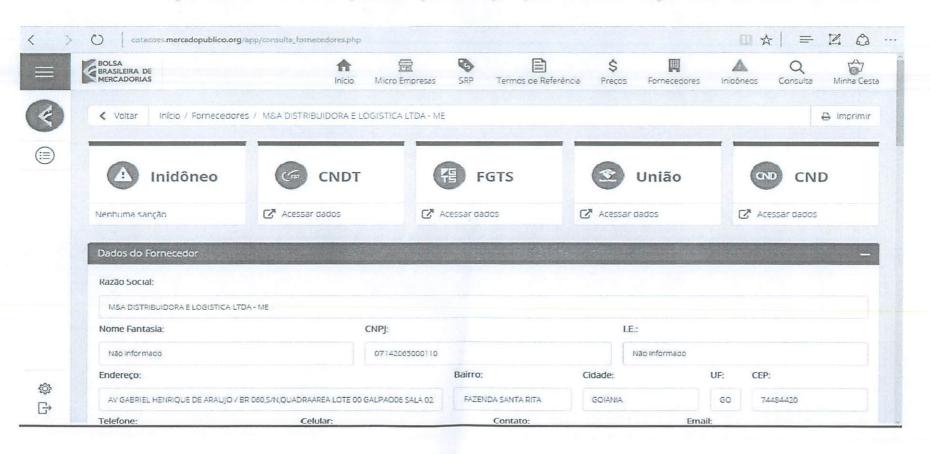
Depois de realizar a pesquisa por CNPJ, Nome Fantasia ou Razão Social, você verá o resultado da sua pesquisa logo abaixo da barra Consulta de Fornecedores, com os dados da microempresa, cidade, UF, telefone, e ainda poderá clicar na caixa VER para ter acesso a mais informações sobre amesma.

	M&A DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA - ME	Empresa	Fornecedores		Selecione uma Cidade	Município:	CNPJ	Busca por:	Consulta de Fornecedores	BOLSA BRASILERA DE MERCADORIAS	
	SISTICA LTDA - ME								res		
							•	0		Inicio	
	GO	* Cidade					07142065000110	CNPJ:		Micro Empresas	
GOIÁNIA		to			4	0				SRP	
				☑ Mostrar apenas Micro Empresas.	Selecione um CNAE	CNAE:				E Termos de Referência	
	60	UF		presas.			Υ.	Estado:		Preços	
	07142065000110	CNPJ		☑ Mostrar apenas empresas que ganharam licitações. Pesquisar Limpar Filtro			Selecione um Estado	do:		Formecedores	
Access to the second second	0	Telefone		s empresas						Inidôneos	
	-	AÇ		que ganharam Pesquisar Li						Consulta	
Proximo	Ver	Ação		am licitações. Limpar Filtros	4		4		1	Minha Cesta	



Fornecedores - Microempresas

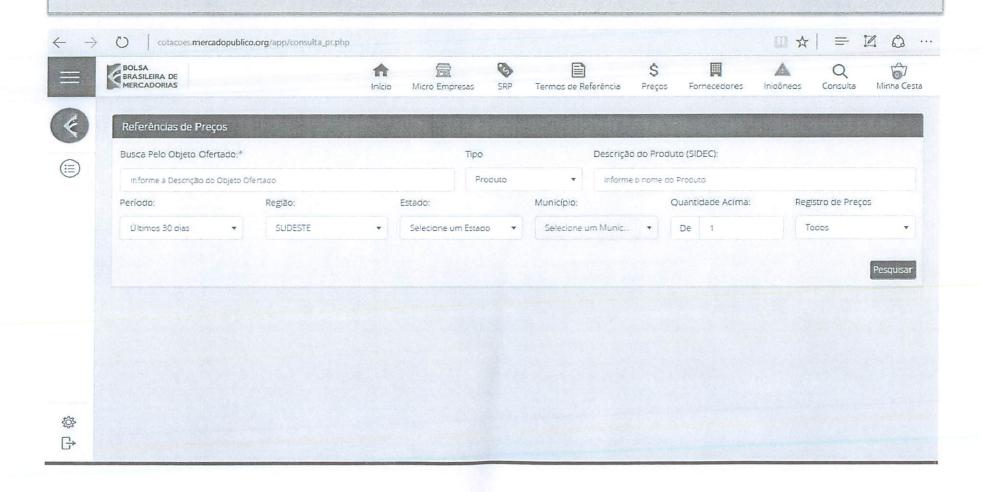
Nas informações você verá se a empresa possui alguma sanção e as informações da mesma. Também poderá acessar as certidões negativas clicando nos links de cada certidão. Ao clicar nos links, você será direcionado ao site específico. Insira então o CNPJda empresa para ver a certidão. Logo abaixo das informações de inidoneidade e certidões, estão os dados do fornecedor, com o quadro de sócios, a relação dos CNAESda empres e a (UNSPSC) – que é a classificação internacional da mesma.





Atas de SRP e Preços

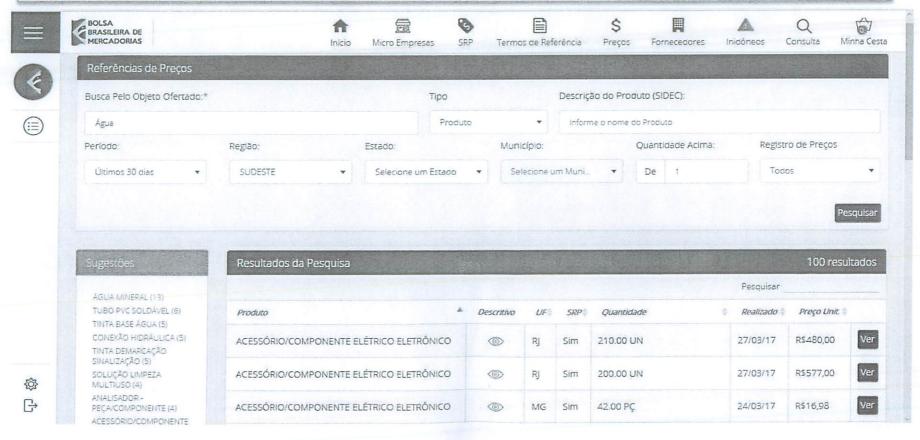
Para consultar com facilidade as referências de preços e atas de SRP, seus produtos ou serviços, clique no ícone SRPou Preços. Digite o nome do objeto, coloque qual o tipo (produto ou serviço) e aplique o filtro desejado (por:período, região, quantidade ou descrição do mesmo). Depois clique em pesquisar.





Atas de SRP e Preços

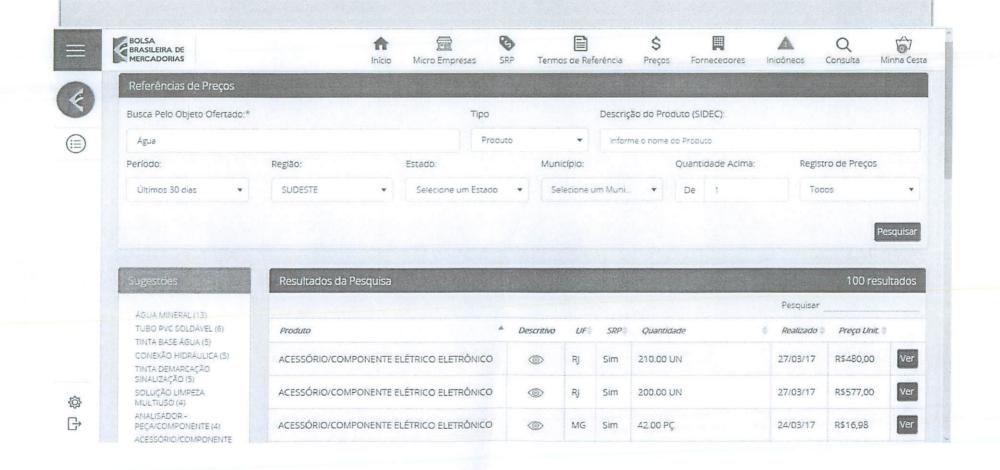
Após realizar a pesquisa, você verá à esquerda uma barra de Sugestões, e outra ao lado com os Resultados da Pesquisa. Na barra de Sugestões estarão todos os produtos ou serviços relacionados ao objeto da busca, bem como a quantidade de atas de cada item. Nos Resultados da Pesquisavocê verá os produtos /serviços que contenham a palavra do objeto descrito na busca. Também o Descritivo, Uf, se é SRP,a quantidade das unidades, a data da realização e os preços unitários relativas ao objeto.





Atas de SRPe Preços

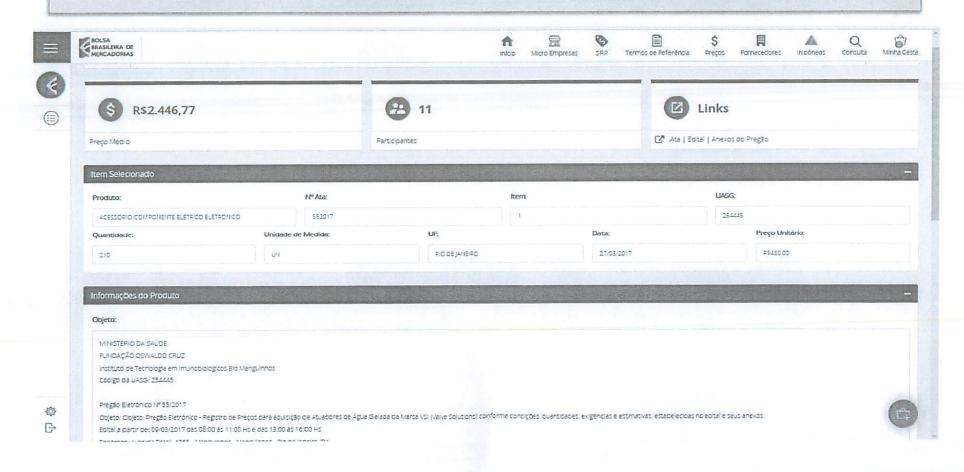
Clique em cima da Sugestão que mais se assemelha ao produto/serviço que você procura. Assim os resultados da pesquisa vão mostrar somente as atas de SRP ou homologadas da sugestão que você selecionou. Para ver um descritivo mais detalhado clique no botão VER.





Análise do Produto Escolhido

Visualize detalhes ao consultar Referências de Preços, como o preço médio, participantes e links de Atas, Editais e Anexos do Pregão. Veja também os detalhes do item, informações do produto/serviço, do Órgão que realizou a compra, o vencedor, o valor adjudicado e a descrição completa do objeto.





Participantes dos Produtos

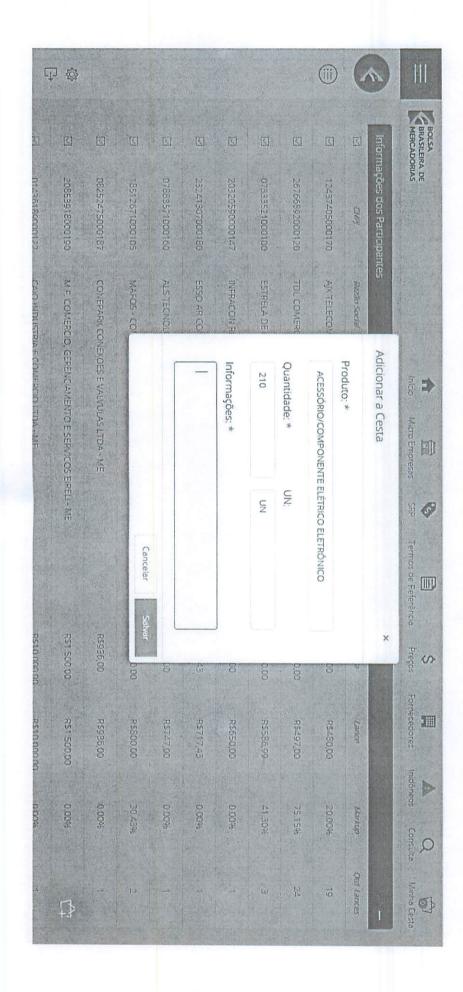
Visualize os participantes do objeto buscado. Você verá os detalhes das propostas, lances, mark-up entre as propostas e os últimos lances, além da quantidade de lances realizados pelos mesmos. Poderá ainda desmarcar algum preço maior ou menor se assim preferir. Logo após, clique na cesta para inserir a cotação e utilizá-la em suas próprias cotações, como anexos do Termos de Referência e Editais.





Adicionar Cotações

Adicione o produto/serviço à sua cesta de cotações, colocando a quantidade do produto/serviço, Depois de colocar as informações clique em salvar. Assim esta cotação estará salva em sua cesta o tipo de unidade de medida e as informações adicionais ou descriçãodo produto/serviço





Inserir Cotações

Depois de inserir seus os produtos/serviços na cesta, clique no ícone da cesta. Você vai visualizar todos os itens, quantidades, unidades e preços médios. Clique em Inserir Cotação para adicionar os produtos ou serviços ao seu processo. Essacotação pode ser utilizada no anexo do Edital e Termo de Referência.

BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS	Início	Micro Empresas	SRP	Termos de Referência	\$ Preços	Fornecedores	Inidôneos	Q Consulta	Minha Cesta
Cesta de Produtos									
Produto e ou Serviço				Quant	Unidade		Preço Médio		
ELABORAÇÃO / ANÁLISE PROJETO - ENGENHARIA				40000	METRO QUA	ADRADO	R\$5,76		
Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpa	20	Sv		RS492,09	×				
Consultoria e Assessoria - Contábil		1	1		R\$110.959,54	L	×		
CABO REDE COMPUTADOR				20	CAIXA 300,0	0 M	R\$437,23		×
LEITE EM PÓ				24	EMBALAGEN	4 1,00 KG	R\$40,30		×
PÃO				20840	UNIDADE		R\$1,06		×
ACESSÓRIO/COMPONENTE ELÉTRICO ELETRÔNICO				210	UN		R\$2.446,77		×
								Inse	rir Cotação



Inserir Cotações

Coloque o número do processo e insira as suas observações. Depois clique em salvar.

(D (3))							111
		上	Tallo in a despitation of the state of the s	ELABORATSO / ANGLIST		Cacra de Producto	BOASA BEAUSLEBA, DE BECUDOBAS
	AL ETELECO STEAMON OF		Observação	Nº Processo:	Inserir Cotação		
							3
THE CONTRACTOR OF THE CONTRACT							
							\$
		Salvar			×		* 10
			7, 13 16 (1)	3.72			
							2)



Consultar Pedidos

realizar a busca. Você também pesquisar inserindo o nome do item ou o número do processo. Clique em Consulta para realizar a pesquisa dos pedidos inseridos no. Insira o período para Depois clique em pesquisar.

⊕ 🕸		(ii	D (W	
		De 01/01/2017	Período:	Consulta de Pedidos	BOLSA BRASILERA DE MERCADORIAS
		Até 19/0-			
		19/04/2017			Inicio
			Nome do item:		Micro Empresas
			tem:		SRP 🚱
					Termos de Referência
					S Preços
					Fornecedores
					Inidôneos
					Consulta
	Pesquisar				Q 💮



Consulta de Pedidos

da impressora para imprimir o seu relatóriodo processo de compras, ou clique no ícone do olho cotação, a data de emissão, a quantidade de itens e o número de IP. Você pode clicar no ícone Osresultados da sua pesquisa estarão abaixo da barra Resultados, informando o número da para ver a descrição dos itens, as quantidades, médias de preços e os totais de cada item.

む 🕸					(iii)	W	
	456123789	Nº Cotação	Resultados		De 01/01/2017	Período	Consulta de Pedidos	BOLSA BRASILERA DE MERCADORIAS
	20/04/2017	Emissão			Até 20/04/2017			Înicio
	7	ltens			ACESSÓRIO/COM	Nome do Item:		Micro Empresas SRP
	179 217.78 147	Nolp			ACESSÓRIO/COMPONENTE ELÉTRICO ELETRÔNICO			Termos ae Referênció
					8			S
								Fornecedores
								Inidôneos
	(1) (0) (x)	Ações						Consulta
	^			Pesquisar				A Q 🖒



Relatório - Processo de Compras

Depois de clicar no ícone da impressora, você visualizará o relatório completo do Processode Compra, contendo os itens cotados, os links de referência utilizados na cotação, bem como os dados que podem confirmar a referência destes valores. Alogomarca do seu órgão e o cabeçalho inserido em seu perfil deixarão seu documento padronizado. Você pode usá-lo como anexo do Termo de Referência ou Edital.

Fonte: Sistema SERPRO Comprasnet

		Itens Selecionados		
#	Descrição	Média R\$	Quantidade	Total R\$
1	DOSADOR QUIMICO	605,00	6	3.630,00

	Item #1 - DO	SADOR QUIMICO		
	Preço Médio: R\$ 605,00	Fornecedores Particip	oantes: 2	
L	ink do Edital Anexos o	io Pregão	Link da A	Ata
Licitante:	MINISTÉRIO DA SAÚDE FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca	UASG:	254450	
Nr Pregão:	142016	Quantidade	6 Pct	
Realizado:	08/06/2016	Homologado:	05/07/2016	5 14:00:24
Descritivo:	Marca: HACH Fabricante: HACH Modelo Ofertado: CLORO TOTAL REAGENTE C determinação de Cloro Total (CI2) pelo m pó embalado em saches individuais (pow para amostras de 10mL. Reagente padro não gera turbidez Embalagem: pacotes o inodoro. Solúvel em água e ácido.	HLORINE 6 TOTAL PP 1 étodo DPD 8167 na faixa der pillow) vedados com o nizado, pré-dosado, pront	OML 100UN Re de 0,02-2,00 m quantidade de re to para uso. Ráj	agente para ng/L. Reagente em eagente suficiente pida dissolução e
eren eren F	Foram selecionadas neste item as empresa	s abaixo, com suas respe	ectivas proposta	s finais.
# Razão	Social		CNPJ	Valor Final



Cotação Selecionada

Ao clicar no ícone do olho, você visualiza todos os itens da cotação selecionada, as quantidades, médias de preços e os totais de cada item.

Ţ									(iii)	W	
	ELABORAÇÃO / ANÁLISE PROJETO - ENGENHARIA	Ar Condicionado - Manutenção de Sistemas / Limpeza (Manutencao Industrial)	Consultoria e Assessoria - Contábil	CABO REDE COMPUTADOR	LЕІТЕ ЕМ РÓ	PÃO	ACESSÓRIO/COMPONENTE ELÉTRICO ELETRÔNICO	Praduto e ou Serviço	Itens	Teste	BOLSA BRASILERA DE MERCADORIAS
		(Manutencao Industrial)									Inicio Micro Empresas S
	40000	20		20	24	20840	210	Quant			SRP Termos de Referência
	R\$5,76	R\$492,09	R\$110.959,54	R\$437,23	R\$40,30	R\$1,06	R\$2,446,77	Média Preço			S III
	R\$230,400,00	R59.841,80	R\$110.959,54	R\$8,744,60	R\$967,20	R\$22.090,40	R\$513.821,70	Total			Inidôneos Consulta
							Marine Control		I		Minna Cesta



Fantasia de uma empresa. Você pode procurar também por produto/serviço para encontrar alguma Para consultar os fornecedores, clique no ícone fornecedores, insira o CNPJ, Razão Socialou Nome Consulta de Fornecedores

empresa que venda ou realize esse serviço. Filtre pelas microempresas e/ou empresas que ganharam

licitações, ou ainda por estado, cidade e CNAE. Clique em pesquisar para visualizar os resultados.

⊕ 變											
	Empresa	Fornecedores			Selecione uma Cloade	Município:	CNP	Busca por:	Consulta de Fornecedores	BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS	
							4	0		Início	
	Cidade							CNPJ:	1	Micro Empresas	
	de				4	0				SR 🚱	
				☐ Mostrar apenas Micro Empresas.	Selecione um CNAE	CNAE:				Termos de Referência	
	UF			presas.			ς,	Estado:		Preços	
	CNPJ			☐ Mostrar apenas empresas que ganharam licitações.			Selecione um Estado	do:		Fornecedores	
	Telefone			as empresas						Inidôneos	
	4.		Pesquisar	que ganharan						Consulta	
	Ação		Limpar Filtros	ı licitações.			4		1	Minna Cesta	

Folhas(s)
Folhas

Consulta de Fornecedores

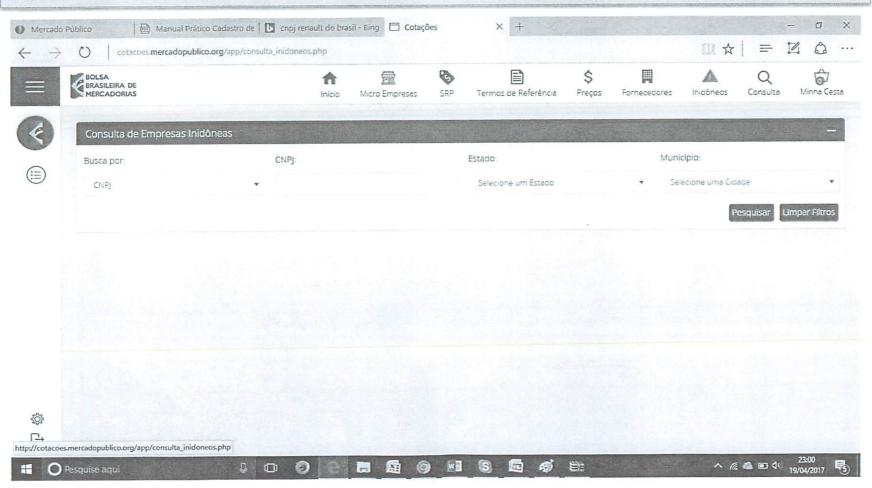
Após realizar a pesquisa de fornecedores, você verá os dados da empresa: Razão Social, cidade,UF, CNPJ das certidões, qual a pessoa de contato, e-mail, CNAE Nacional e a Classificação Internacional (UNSPSC) fone e ainda pode clicar no botão VERpara acessar a outras informações da empresa: idoneidade, links





Fornecedores Inidôneos

Para consultar fornecedores inidôneos, clique no ícone INIDÔNEOS, insira o CNPJ,Razão Social ou Nome Fantasia de uma empresa. Você pode filtrar ainda por estado e/ou município. Clique em pesquisar para visualizar os resultados.





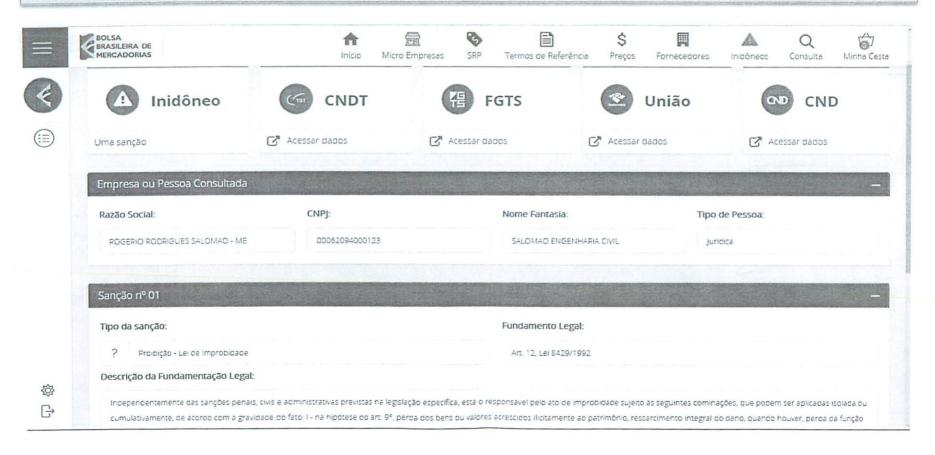
Fornecedores Inidôneos

Social, cidade,UF, e a quantidade de sanções que a empresa possui. Poderá clicar no botão VER Após realizar a pesquisa de empresas inidôneas, você verá os dados da empresa: CNPJ,Razão para acessar outras informações sobre a sanção ou sanções que a empresa recebeu.

T (S	}								())	A		
00607634000107	00295817000134	00263966000111	00138806000140	00062094000123	CNPJ +		Fornecedores		CNPJ	Busca por:	Consulta de Empresas Inidôneas	BOLSA BRASILEIRA DE MERCADORIAS
BORNIA & CIA I TOA - FRR	ICIEL- INTEGRA COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA - ME	JANDATUR - TRANSPORTE E TURISMO LTDA - ME	COMTRAFO INDUSTRIA DE TRANSFORMADORES ELETRICOS S.A.	ROGERIO RODRIGUES SALOMAO - ME	Razão Social				4	CNPJ:	esas Inidôneas	
	ADORA	10 LTDA	ORMADO	SET								Inicio 🖈
	E EXPORTADORA	ME	ORES ELETRICOS S.									Micro Empresas
	TDA - M		Þ									Se 🚱
	m								PARANÁ	Estado:		Termos de Referência
5	CUI	JAN	6	N O	Cidade							\$ Preços
LONDRINA	CURITIBA	JANDAIA DO SUL	CORNÉLIO PROCÓPIO	NOVA ESPERANÇA	ade				→ Se	Município		Fornecedores
						Pesc			Selecione uma Cidade	cípio:		Inidôneos
P	PR	PR	B	, p	UF	Pesquiser		Pesquisar	Cidade			
_		-	-3	***	Sanções		379	-				Consulta
Ver	Ver	Ver	Ver	Ver	S		379 resultados	Limpar Filtros	4		1	Minha Cesta

Fornecedores Inidôneos

Após clicar em VER, você visualizará quantas sanções a empresa tem, poderá acessar os links das certidões negativas da empresa para consultar as mesmas, terá o acesso as informações: Razão Social, CNPJ, Nome Fantasia, e Tipo de Pessoa (Jurídica ou Física). Você também terá acesso às informações sobre a sanção recebida como: Tipo de Sanção, Fundamento Legal, Descrição da Fundamentação Legal, data do início e do final da sanção, data da publicação, número do processo, órgão sancionador, UF do órgão sancionador e origem e data da informação.







A Bolsa Brasileira de Mercadorias é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede administrativa na cidade de São Paulo e filiais em Porto Alegre, Curitiba e Uberlândia.

Tem como principais objetivos organizar, desenvolver e prover o funcionamento de sistemas que permitem a realização de negócios com mercadorias, bens e serviços.

A Bolsa exerce as suas atividades operacionais por meio de corretoras de mercadorias associadas, as quais estão subordinadas ao Estatuto Social, Regulamentos e Código de Ética, que disciplina os princípios e padrões gerais de conduta.

CENTRAL DE ATENDIMENTO



(11) 3113-1900



(11) 9 5927-9118



pregao@bbmnet.com.br bbm@bbmnet.com.br

Siga a BBMNET





BBMNET Licitações — Pregão Eletrônico Aprimeira plataforma de pregão eletrônico do Brasil

O BBMNET Licitações Eletrônicas é uma plataforma moderna e foi criada especialmente para atender as necessidades de promotores de licitações e licitantes. A Plataforma de Pregão Eletrônico para aquisições de bens e serviços da Bolsa Brasileira de Mercadorias é ideal para entes públicos no tocante a segurança, transparência, eficiência, economia e agilidade nas compras e contratações.

A Plataforma é operada via internet e foi desenvolvida com os melhores recursos da tecnologia da informação, com softwares e hardwares de última geração.



Modalidades de Licitação oferecidas no BBMNET:

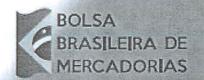
Pregão Eletrônico (aquisições de bens e serviços)
 Cotação de preços (dispensa)

- Leilão (venda de bens inservíveis)

Plataforma de Pregão Eletrônico completa e segura, criada especialmente para atender as necessidades dos órgãos promotores de licitações.

- · Sem custo aos órgãos promotores.
- Suporte técnico e treinamento aos usuários em todo o Brasil.
- O Sistema está preparado para atender as exigências da Lei 8.666/93, 10.520/2002 e das Leis Complementares 123/2006 e 147/2014.
- Alta performance e disponibilidade, funcionando 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano.
- Opera em todos os navegadores (browsers) disponíveis no mercado e não necessita de instalação de programas no computador do usuário.
- 15 anos de experiência em Pregão Eletrônico.











BBMNET LICITAÇÕES - PREGÕES ELETRÔNICOS

Confira em nosso site www.bbmnetlicitacoes.com.br os nossos canais de atendimento.

ATENDIMENTO

De Segunda a Sexta das 08:00 ås 18:00 (horário de Brasilia)

Exceto Feriados Nacionals

CHAT ONLINE

FALE CONOSCO

EXCEDENTACION (NO CONOSCO DE CONOSCO

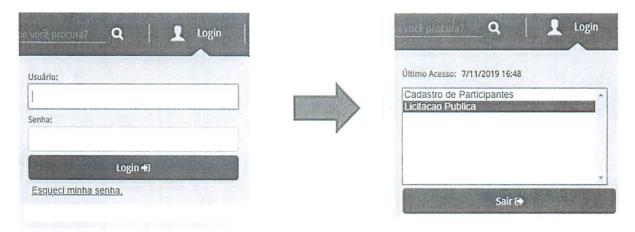
NAVEGADORES COMPATÍVEIS COM O BBMNET LICITAÇÕES



Para o Internet Explorer, é necessário ativar o "Modo de Exibição de Compatibilidade".

ACESSO AO SISTEMA

Na página <u>www.bbmnetlicitacoes.com.br</u>, clique em "**Login**", preencha seu Usuário e Senha e depois clique em "**Licitação Pública**". Uma nova janela deve abrir (caso não abra, verifique se há Pop-up bloqueado pelo seu navegador).



CONFIGURAÇÕES INICIAIS - MODELOS DE ATA

Para a elaboração e cadastro do edital, será necessário associar o modelo de Ata para vinculação ao edital. Posicione o cursor em "cadastro" e clique em "Meus Modelos".

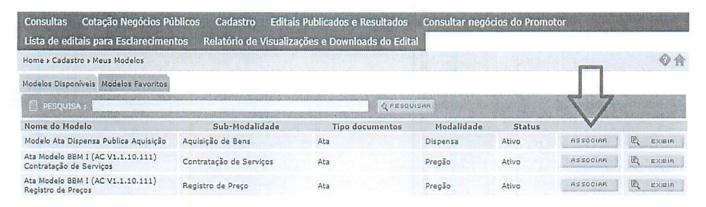






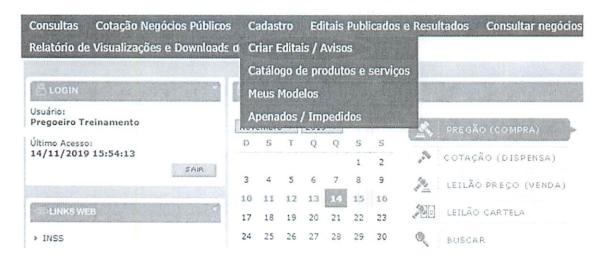


Clique em "associar", nos modelos de ata para editais de aquisição de bens e serviços, contratação de serviços e registro de preços. Esse comando será realizado uma única vez.



CADASTRANDO UM EDITAL

Posicione o cursor sobre "Cadastro" e clique em "Criar Editais / Avisos".









Você deverá preencher a tela a seguir conforme as opções abaixo:

	Modalidade :		7
	Sub-Modalidade :		7
	Nome do Modelo de Edital/Aviso :		* INCLUIR
(A)	Modalidade:		
	PREGÃO: Objetivo: aquisição de ben: Vence o licitante que ofere	s e serviços (Lei Federal 10.520/2002). cer o menor preço.	
	LEILÃO PREÇO: Objetivo: venda de bens in Vence o licitante que ofere	servíveis de qualquer valor (Lei Federal 8.666/93). cer o maior preço .	
	DISPENSA: Objetivo: aquisição de benevence o licitante que ofere	s e serviços de pequenos valores (Lei Federal 8.666/93). cer o menor preço.	
	O licitante informará a qua	servíveis de qualquer valor (Lei Federal 8.666/93). ntidade desejada no preço divulgado. O bem poderá ser vend r maior do que a quantidade ofertada, o preço subirá até que esista para fechar o lote.	
	Modalidade :	Pregão ▼	
	Sub-Modalidade :	V)
	Nome do Modelo de Edital/Aviso :	Aquisição de Bens Contratação de Serviços Registro de Preço	* INCLUIR

Para efeitos deste manual, será escolhida a modalidade "Pregão", na sub-modalidade de "Aquisição de Bens". Mas de acordo com a necessidade, poderão ser escolhidas ainda as sub-modalidades de "Contratação de Serviços" e "Registro de Preços". No campo "Nome do Modelo de Edital/Aviso", selecione "Modelo Próprio" e clique no botão "Incluir".

Na tela a seguir haverá 3 abas. A primeira a ser preenchida é a aba "Edital/Aviso".







1. Edital/Aviso

Edital / Aviso Lotes Anexo	
Modalidade:	Modelo Ata:*
Pregão	Y
Modelo Edital:	Modelo Contrato:
Modelo Próprio	У
Objetivo:	Número do Edital/Aviso *
Aquisição de Bens	00001/2019
Nome do Promotor, Nome da Unidade Compradora e CNPJ: *	Local (órgão ou unidade compradora) com a Data de Publicação do Edital/Aviso: *
Ψ	
Nome do Pregoeiro, Telefone e E-mail: *	Fax para Habilitação: *
Y	
Equipe de Apoio:	Objeto: *
	图 consultan
	GRUPOS
Formas de Dispensa: *	Data e Hora do Início de Recebimento de Propostas: *
Menor Preço	
Validade da Proposta (dias): *	Data e Hora do Fim de Recebimento de Propostas: *
60	
Duração da Etapa de Lances (min.): *	Data e Hora da Abertura e Exames de Propostas: *
buração da ciapa de cances (mini).	
	Valor ofertado por: *
Tipo de Término: *	Global por Lote
Participação Licitante*	Configuração Padrão para os Lotes: * ▼
Y	,
Deseja definir tempo mínimo entre lances? *	
Não ▼ (Instrução Normativa M.P.O.G. 003/2011)	
,	
Desativar CHAT do(s) licitante(s)	
Desativar todos Análise Propo	stas 🗆 Lances 🗆 Desempate 🗀 Aceitação 🗀 Habilitação
DBSERVAÇÕES GERAIS	
	DECEMBER OF THE PROPERTY OF TH
DISTRIBUIÇÃO LINEAR	
Utilizar distribuição de preço linear:* Não	T

É preciso selecionar uma opção nos campos em que aparecem a seta ▼.

O pregão poderá ser realizado pelo **menor preço** (vence o licitante que tiver o menor valor em reais) ou **maior desconto** (vence o licitante que der o maior desconto em percentual).

Menor Preço	Y
Menor Preço	
Maior Desconto	







A data e hora deverá ser preenchida no seguinte formato: dd/mm/aaaa e hora hh:mm:ss. Deverá haver um intervalo de 8 dias úteis entre o início e o fim do recebimento de propostas.

Data e Hora do Início de Recebimento de Propostas: *	5
21/11/2019 10:00:00	
Data e Hora do Fim de Recebimento de Propostas: *	
03/12/2019 10:00:00	
Data e Hora da Abertura e Exames de Propostas: *	
03/12/2019 10:01:00	

A validade da proposta deve ser de no mínimo 60 dias. O sistema já preenche "60" automaticamente, mas pode ser alterada conforme a necessidade.

Validade	da	Proposta	(dias):	*
60				

A duração da etapa de lances (em minutos) deverá ser definida pelo órgão. Em se tratando de pregões com a utilização de verbas federais, existem parâmetros definidos por lei. No **Modo Aberto** a duração deve ser de 10 minutos, e no **Modo Aberto/Fechado**, 15 minutos.

A duração da etapa de lances dependerá da opção que o pregoeiro fará na escolha do tipo de término da fase de lances

Duração	da	Etapa	de	Lances	(min.):	*
	_					

RANDÔMICO MANUAL: Sugere-se 5 minutos na fase de lances. O sistema apresentará o botão para iniciar o Randômico após este tempo e só será iniciado a partir do comando do pregoeiro. Randômico é um período de tempo aleatório. Após iniciado, o lote poderá fechar a qualquer momento, podendo durar de 1 segundo até 30 minutos.

RANDÔMICO AUTOMÁTICO: Sugere-se 5 minutos na fase de lances. É semelhante ao manual, com a diferença de que o início do randômico não depende do comando do pregoeiro. Após o tempo definido para a etapa de lances, o randômico inicia-se automaticamente.

<u>PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA (MODO ABERTO)</u>: A duração da etapa de lances deve ser de 10 minutos. Após esse período, o sistema informará "*Dou-lhe uma*", e depois de 1 minuto informará o "*Dou-lhe duas*". Após mais 1 minuto, encerrará o lote. Se houver lances durante a contagem, o processo de contagem é reiniciado.

<u>PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA (MODO ABERTO/FECHADO)</u>: A duração da etapa de lances deve ser de 15 minutos. Encerrado este prazo, iniciará um período aleatório de até 10 minutos.

Após este período, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até 10% superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.







Não havendo, no mínimo, 3 ofertas nas condições acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

No campo Valor Ofertado por, deverá ser escolhido Global por lote (o licitante lançará o preço da soma de todos os itens de um mesmo lote) ou Unitário (o licitante lançará o preço de uma unidade, mesmo que o lote tenha mais de um item).



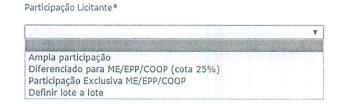
Em atendimento a lei 147/2014, será necessário a definição de participação do licitante de acordo com o estipulado no edital do órgão.

AMPLA PARTICIPAÇÃO: participam todas as empresas (seja ME/EPP/COOP ou não).

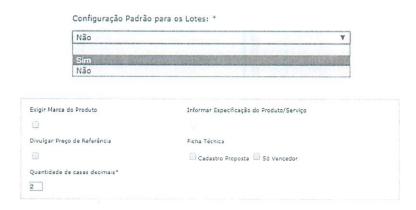
<u>DIFERENCIADO PARA ME/EPP/COOP (cota 25%)</u>: cota de até 25% do objeto para a contratação de ME/EPP/COOP.

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP/COOP: participam somente empresas ME/EPP/COOP.

<u>DEFINIR LOTE A LOTE</u>: posteriormente, durante a criação dos lotes, poderá ser escolhido um tipo diferente para cada lote.



Configuração padrão para os Lotes: se for selecionado "sim", aparecerá um quadro em que todas as opções selecionadas valerão para todos os lotes automaticamente. Caso seja selecionado "não", as informações deverão ser selecionadas posteriormente lote a lote.



O pregoeiro poderá escolher se deseja exigir a marca do produto, divulgar o preço de referência, exigir a Ficha técnica no momento do cadastro da proposta ou só do vencedor (ou simplesmente não exigir a ficha) e definir a quantidade de casas decimais.







Definir tempo mínimo entre lances: o pregoeiro poderá optar se deseja ou não que os lances sejam enviados com um tempo mínimo entre eles. Caso afirmativo, será aberto um quadro para selecionar o tempo mínimo entre os lances do mesmo licitante e de licitantes diferentes (em segundos). É um recurso para evitarem-se fraudes, em que programas de informática poderiam realizar remessa automática de lances ("robôs").

Sim	▼
Sim	
Não	
anne minima antes es lacres de caració listrato / con consedució.	Tempo mínimo entre os lances de licitantes diferentes (em segundos):
empo mínimo entre os lances do mesmo licitante (em segundos):	,

Desativar CHAT dos licitantes: nesta opção poderá ser desativado o chat em todas as fases ou somente em alguma fase específica.

Desativar CHAT do(s) licitante(s)						
	Desativar todos	Análise Propostas	Lances	Desempate	Aceitação	☐ Habilitação

Distribuição Linear: Trata-se do desconto fornecido pelo licitante vencedor. Depende da forma do valor ofertado cadastrado pelo pregoeiro. Se a disputa for pelo "valor global", caso um determinado lote possua mais de um item, na fase de "Aceitação", se tiver sido definida a opção "Sim" o sistema distribuirá o desconto proporcionalmente para cada item daquele lote. Se tiver sido definida a opção "Não", o sistema não permite a indicação do licitante como vencedor sem que o mesmo reespecifique os valores de cada item.

Caso o pregoeiro tenha escolhido a opção "Unitário" no campo "Valor ofertado por", a opção padrão definida pelo sistema será o "Não".



Após realizar o cadastro, clique em "próximo" para iniciar o cadastro dos lotes. Caso não consiga dar sequência, verifique se há o símbolo ao lado de algum campo. Se houver, realize o preenchimento do mesmo e clique em "próximo".





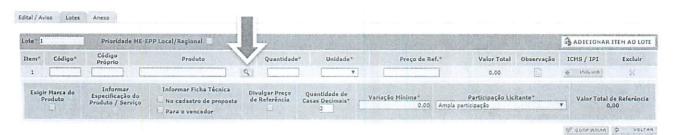
2. Lotes

Há duas maneiras de cadastrar os lotes: Criar lote (manualmente) ou Importar Lotes (fazer upload de planilha previamente preenchida salva no seu computador).

COMO CRIAR O(S) LOTE(S):

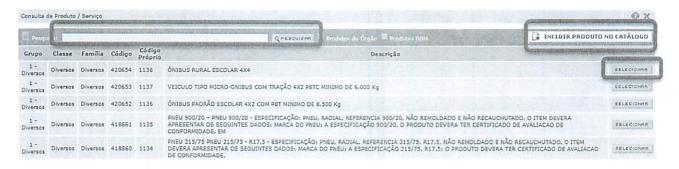


Clique na lupa:



É possível localizar o produto desejado pesquisando por qualquer palavra-chave no campo de pesquisa. Quando localizado, basta clicar à direita no botão "Selecionar".

Se não for possível localizar o produto, ele pode ser incluído no catálogo. Basta clicar no botão "Incluir produto no catálogo".



Para incluir um novo produto, após clicar no botão, um novo quadro abrirá para preencher as informações necessárias, conforme o quadro abaixo. Após o preenchimento, clique em "Salvar" e depois em "Finalizar".



Após selecionado o produto, é necessário preencher a "quantidade", a "unidade" de medida e o "Preço de referência".

Código Produto do Orgão

Além disso, deve ser selecionado se será exigida a "marca do produto", se o licitante deverá "Informar a Ficha Técnica" no cadastro de proposta ou somente se ele for o vencedor, e se será divulgado o "Preço de referência" informado no campo acima. Se na etapa de cadastro do Edital, no campo "Configuração padrão para os lotes" tiver sido selecionado "sim", não será necessário selecionar estas opções e nem preencher a "quantidade de casas decimais".

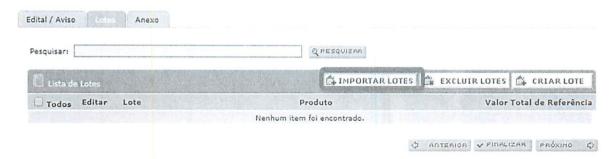
A "variação mínima" que também deve ser preenchida é o valor mínimo entre lances (por exemplo: se o lance que estiver vencendo um pregão é de R\$ 1.000,00 e a variação mínima é de R\$ 10,00, o próximo lance deve ser de R\$ 990,00 ou menor).

Também deverá ser selecionada a "participação licitante" (se o lote terá ampla participação, cota 25% para ME/EPP/COOP ou participação exclusiva de ME/EPP/COOP). Este campo só estará habilitado para seleção se na etapa de cadastro do Edital tiver sido selecionada a opção de definir "lote a lote".

Se o lote possuir mais de um item, basta clicar no botão "adicionar item ao lote" para criar uma nova linha para preenchimento dentro do lote.



COMO IMPORTAR LOTES:









Após clicar no botão de "importar lotes", abrirá um novo quadro para selecionar o arquivo salvo no seu computador. É possível também fazer o download do modelo de planilha clicando em "download aqui". Após finalizar, clique em "salvar".

onfigurar Imp	ortação:	
	Selecione o Arquivo (EXCEL ou TX1 completo)	
	Selecione caso seja arquivo TXT Resumido	
lensagens de Re	torno (Erros)	

Após todos os lotes estarem cadastrados, clique em "próximo" para finalizar esta etapa.

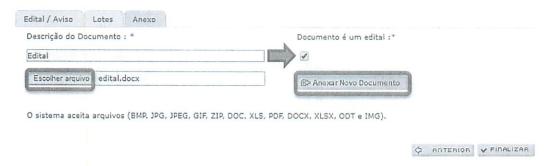


3. Anexo

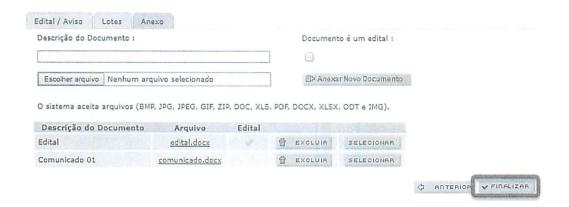
Na última aba deverão ser incluídos os arquivos (edital, comunicados, etc). Clique em "escolher arquivo" para localizar o documento no seu computador. Se ele for um edital, selecione a opção ao lado e clique em "Anexar Novo Documento".



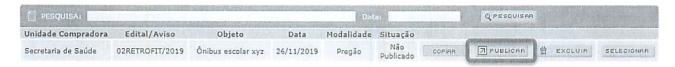




Anexe quantos arquivos forem necessários e clique em "finalizar'.



O último passo é clicar no botão "Publicar" para disponibilizar o pregão ao público na plataforma!



Antes de publicar, é possível editar alguma informação preenchida anteriormente clicando no botão "Selecionar". Para inserir um novo Edital utilizando como base um edital anterior, basta clicar no botão "Copiar".





Folhas(s)

Inscreva-se em nosso novo canal no Youtube e tenha acesso a um universo de dicas e tutoriais DE COM sobre licitações!

Lá, você vai encontrar os seguintes tutoriais:

BBMNET Licitações - Feito para você!

Como Vincular um Modelo de Ata [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Visão Geral sobre a Aba de Edital Parte 1 [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações Gerais sobre a Aba de Edital Parte 2 [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações Gerais sobre a Aba de Edital Parte 3 [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Dica da configuração do Início e Fim Recebimento Propostas [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações sobre a Etapa de Lances do tipo Randômico [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações sobre a Etapa de Lances do tipo Modo Aberto [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações sobre a Etapa de Lances do tipo Modo Aberto/Fechado [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações sobre a Participação do Licitante [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações sobre a Configuração Padrão dos Lotes [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações sobre a Desativação do CHAT [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Introdução Geral Sobre a Aba de Lotes [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações Sobre a Criação de Produto no Catálogo [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações Gerais Sobre a Criação de Lotes Unitário [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações Gerais Sobre a Criação de Lotes Global [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações Gerais Sobre a Importação de Lotes via Planilha [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações Gerais Sobre a Importação de Lotes via Arquivo TXT [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações Gerais Sobre a Configuração da Especificação do Lote [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações Gerais Sobre a Edição dos Lotes [Pregoeiro]

Cadastrando um Edital: Explicações Gerais Sobre a Finalização do Edital [Pregoeiro]



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

SOZ	REPÚBLI	CA FEDER	ATIVA D	O BRASIL		
	CADASTRO	NACIONAL	DA PESS	OA JURÍDIO	CA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.342.088/0001-43 MATRIZ	COMPROVA	ANTE DE INSC CADAS	RIÇÃO E D TRAL	E SITUAÇÃO	23/09/2002	JRA
NOME EMPRESARIAL BOLSA BRASILEIRA DE	MERCADORIAS-BB	М				
TITULO DO ESTABELECIMENTO BBM	(NOME DE FANTASIA)					PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIV		IPAL				
399-9 - Associação Priva			NUMERO 470	COMPLEMENTO ANDAR: 14;		
codigo e descrição da nat 399-9 - Associação Priva Logradouro R SAO BENTO CEP 01.010-001				ANDAR: 14;		UF SP
399-9 - Associação Priva COGRADOURO R SAO BENTO	ada BAIRRO/DISTRITO		470 MUNICIPIO	ANDAR: 14;		
OGRADOURO R SAO BENTO CEP 01.010-001	BAIRROIDISTRITO CENTRO		MUNICIPIO SAO PAULO	ANDAR: 14;		
399-9 - Associação Privi	BAIRROIDISTRITO CENTRO		MUNICIPIO SAO PAULO	O ANDAR: 14;	RTA DA SITUAÇÃO O	SP
199-9 - Associação Priva COGRADOURO R SAO BENTO SEP 11.010-001 ENDEREÇO ELETRÔNICO ENTE FEDERATIVO RESPONSA	BAIRROIDISTRITO CENTRO VEL (EFR)		MUNICIPIO SAO PAULO	O ANDAR: 14;		SP

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018. Emitido no dia **11/02/2022** às **14:42:00** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

S CONSULTAR QSA SON SALVEN SA

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.

PREFEITURAL MANIONAL

DE 16 UP 1

ESTADO DO EURIGIO SANTO

REMESSA

RIMEDO ESTADO SUIDISTA:

JULIUS AS A COMPANION AS A COMPAN

THE

deres

Prefecto







PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2022

DEFERIMENTO E ORDEM DE ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, constante nos autos do Processo Administrativo nº 168/2022, para que se viabilize a abertura de Processo de Dispensa de Licitação, visando a contratação de empresa para fornecimento de software que automatiza o processo de licitações em aquisições e contratações de serviços realizados no Município de Irupi.

Considerando que tal contratação será sem ônus para a Administração;

Determino a abertura de Processo na modalidade Dispensa de Licitação, observando os ditames da Lei 8.666/93.

Determino, ainda que, de acordo com o art. 38, inciso VI e parágrafo único da Lei 8.666/93, que seja convocada a Assessoria Jurídica para analisar e, se achar correto aprovar minuta de edital e por fim que emita parecer afirmando se os procedimentos legais foram devidamente obedecidos.

Irupi – ES, 10 de Fevereiro de 2022.

EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA:81329628772 Assinado digitalmente por EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA:81329628772 Data: 2022.02.10

Edmilson Meireles de Oliveira Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI - ES

AUTUAÇÃO

Por ordem do Senhor Prefeito Municipal, e, na qualidade de responsável pelo Setor de Compras, instauro o presente Processo de Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 24, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93, tendo como objeto.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE LICITAÇÕES EM AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE IRUPI, conforme cotação de preço anexada ao processo a referida contratação não apresentará custos de operação, a empresa disponibilizará para os órgãos públicos, o cadastro e utilização da Plataforma sem qualquer custo aos cofres públicos.

Certifico que nesta data autuei o Processo Administrativo de dispensa de licitação sob o nº 004/2021.

Irupi - ES, 10 de fevereiro de 2022.

Jania de Freitas Mateus Setor de Compras





PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI - ES

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO № 004/2022

Prezado Senhor,

A responsável do Setor de Compras do Município de Irupi – ES, convida V. Sra. para aquiescer da proposta de contratação com o município, nos termos da proposta apresentada, referente ao CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE LICITAÇÕES EM AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE IRUPI, conforme a referida pesquisa de preço apresentada pela V. Sra. que comprovam que não apresentam custos de operação.

Caso aceite consolidar a proposta, favor providenciar as seguintes documentações no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- Prova de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), da mesma licitante que irá faturar e entregar o objeto licitado;
 - Prova de Regularidade para com a Receita Federal;
 - Prova de Regularidade para com a Receita Estadual
 - Certidão de Regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- Prova de regularidade relativa ao FGTS (Fundo de Garantia por tempo de Serviço) demonstrando situação regular;
 - CNDT Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da empresa.
 - Atestado de Capacidade Técnica

Sem mais para o momento, Cordialmente, Irupi, 09 de fevereiro de 2021.

> Jania de Freitas Mateus Setor de Compras

CONTRATADO: BOLSA DE LICITACOES E LEILOES DO BRASIL

CNPJ Nº 10.508.843/0002-38

PINHAIS - PR/ AV CAMILO DI LELLIS, № 348 - CENTRO

CEP: 83.323-000



ROSICLER DO ROCIO CORADIN Oficial Designada do Registro Civil Pessoa Julidica e Títulos e Documentos de Pinhais - PR

ESTATUTO SOCIAL

Capítulo I DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS



Art. 1°. BOLSA DE LICITAÇÕES & LEILÕES DO BRASIL, neste ato designada simplesmente como BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL "BLL", inscrita no CNPJ sob nº 10.508.843/0002-38 é uma associação civil sem fins lucrativos, de duração por tempo indeterminado, com sua matriz, sede e foro na avenida Camilo Di Lellis, 348, 1° andar, sala 109 e 115, bairro Centro, Pinhais-Pr, Cep 83.323-000 e filial inscrita no CNPJ sob nº 10.508.843/0001-57. Com sede a Av. Sete de Setembro, 5402, cjtos 75/76, 7° andar, bairro Batel, Curitiba-Pr, Cep. 80.240-000.

Art. 2°. A "BLL" tem por objeto social a disponibilização da licença de uso de um serviço de software (Sistema Eletrônico de Licitações) que automatiza o processo de licitação em aquisições e contratações de serviços, processo este realizado sob as definições das modalidades admitidas em lei e conduzido pelas instituições promotoras de licitações de domínio público ou privado.

Art. 3°. No desenvolvimento de suas atividades, a "BLL" observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência.

Art. 4º. A fim de cumprir sua finalidade, a "BLL" organizar-se-á em tantas unidades quantas se fizerem necessárias, presentes em qualquer parte do território nacional, as quais serão regidas pelas disposições estatutárias.

Parágrafo único: A "BLL" não possui qualquer restrição quanto a utilização de seu sistema por corretoras. Eventuais corretoras que tiverem interesse em representar licitantes a fim de participar de processos licitatórios que utilizem o Sistema Eletrônico de Licitações da "BLL" devem estabelecer seus contratos diretamente com tais licitantes, não havendo qualquer dependência ou obrigação junto à "BLL" para que seja viabilizada a realização dos serviços pelas mesmas.

Capitulo II ASSOCIADOS

Art. 5°. O quadro social da "BLL" será composto pelas seguintes categorias de associados:

- I. Associados Instituidores: serão considerados associados instituidores pessoas físicas ou jurídicas detentoras dos títulos patrimoniais de número 001 a 015, nos quais constam, expressamente, menção a qualidade de instituidor;
- II. Associados Operadores: serão considerados associados operadores pessoas físicas ou jurídicas detentoras dos títulos patrimoniais de número 016 até 150, nos quais constam, expressamente, menção a qualidade de operador.

+ Ch:



ROSICLER DO ROCIO CORADIW Oficial Designada do Registro Civil Pessos Judica e Títulos e Documentos de Pinhais - PR

Parágrafo único: Os Associados Operadores serão denominados "Células de Apoio" ou "Corretoras", consigação consiste em fomentar a realização de pregões e demais modalidades, nos termos previstos restatuto Social.

Art. 6°. A admissão de associados células de apoio (corretoras) dar-se-á mediante o pagamento do valor nominal do título patrimonial, a ser fixado periodicamente pelo Conselho de Administração da "BLL".

Parágrafo único. Caso a admissão de associados células de apoio decorra de transferência de título patrimonial detido por associado constante do quadro social, a "BLL" cobrará do novo titular do título (adquirente) taxa sobre a transferência do respectivo título patrimonial, fixada nos moldes previstos no

caput deste artigo.

Art. 7º. A admissão de novo associado deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração, observandose os critérios estabelecidos no Estatuto Social e demais resoluções deste Conselho para a respectiva admissão.

Art. 8º. Aprovada a admissão na forma do artigo anterior, o associado se encontrará no pleno gozo dos direitos e deveres estabelecidos no Estatuto Social da "BLL".

Art. 9°. São direitos de todos os associados da "BLL":

- Participar, votar e ser votado nas Assembleias Gerais, desde que em dia com suas obrigações estatutárias;
- II. Utilizarem-se dos serviços e receberem informações sobre as atividades desenvolvidas pela "BLL";
- III. Frequentarem o recinto da associação;

Parágrafo único. Os Associados Operadores (células de apoio) deverão designar, dentre as pessoas capacitadas para tanto, o represente para exercer os direitos e os deveres previstos no Estatuto Social.

Art. 10. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, são direitos exclusivos dos associados instituidores:

- Indicar 2 (dois) membros efetivos do Conselho de Administração e 1 (um) Conselheiro de Administração.
- II. Vetar proposta de reforma do Estatuto Social.

Parágrafo único. As prerrogativas estatuídas nos incisos I e II supra serão exercidas desde que consentidos pela maioria absoluta dos associados instituidores.

Art. 11. São deveres de todos os associados da "BLL":

- I. Cumprir rigorosamente, no que lhe diz respeito, o presente Estatuto, bem como o Regimento Interno da "BLL" e as deliberações do Conselho de Administração, Assembleia Geral, e demais órgãos competentes, propugnando também pelo seu cumprimento;
- II. Cumprir exata e pontualmente as operações efetuadas pela "BLL";
- III. Subordinar-se à fiscalização dos órgãos de administração da "BLL", prestando os esclarecimentos e informações que lhes forem requeridas pela "BLL";
- IV. Aceitar a intervenção da "BLL" nas pendências em que seja parte, acatando a decisão que vier a ser proferida.

a ser

Authorized Auth



ROSICLER DO ROCIO COPOSIMO Oficial Designada do Registro Civil Pessoa Judica e Titulos e Documentos de Pinhais - PR

Art. 12. A"BLL" não responde, solidária ou subsidiariamente, pelas obrigações contraídas por seas associados, representantes e participantes dos mercados por ela administrados. Igualmente, os associados não respondem, solidária ou subsidiariamente, pelos encargos da "BLL".

Parágrafo único. Os associados que causarem prejuízos a terceiros, por atos não autorizados pelo presentatuto Social, responderão pessoalmente pelos mesmos, sem prejuízo das sanções estatutárias.

Art. 13. A qualidade de associado perde-se:

- Pela morte, no caso de pessoa física, ou dissolução ou falência, no caso de pessoas jurídicas;
- II. Pela exclusão;
- III. Pela renúncia espontânea;
- IV. Pela dissolução da "BLL", na forma previsto no Capítulo IX.
- Art. 14. São motivos de exclusão da qualidade de associado:
- I. A prática de atos lesivos aos interesses e fins da "BLL" ou que possam desonrá-la ou prejudicá-la;
- II. A violação intencional do Estatuto e regulamentos da "BLL" e o não cumprimento das obrigações sociais que eles impõem.
- § 1º. A exclusão do associado far-se-á mediante aprovação da maioria simples do Conselho de Administração.
- § 2º. Da decisão que aprovar a exclusão poderá ser interposto recurso, no prazo de 15 (quinze dias), contados da comunicação da decisão, para a Assembleia Geral, hipótese em que para a exclusão deverá haver aprovação de 2/3 dos presentes à Assembleia Geral. Art. 15. Nos casos previstos no Art. 14 será dada garantia de defesa ao arguido, cientificando-o com antecedência de 10 (dez) dias para que apresente defesa ao Conselho de Administração que tratará de sua exclusão.
- **Art. 16.** Deliberada a exclusão nos termos previstos no art. 14, só a Assembleia Geral poderá readmitir o associado excluído mediante aprovação de 2/3 dos participantes.
- Art. 17. Qualquer associado poderá renunciar a sua condição, bastando, para tanto, apresentar, por escrito e com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, declaração de renúncia ao Conselho de Administração.

Capítulo III

ADMINISTRAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONSELHOS

Art. 18. São órgãos da administração:

- I. Assembleia Geral;
- II. Conselho de Administração;
- III. Conselho Fiscal.
- § 1º. O órgão deliberativo máximo da "BLL" é a Assembleia Geral, e a gestão de seus negócios será feita por seu Conselho de Administração, sob a fiscalização do Conselho Fiscal.

Capítulo IV

ASSEMBLEIA GERAL

Art. 19. Os associados reunir-se-ão em Assembleia Geral Ordinária uma vez por ano, na primeira quinzena de março, e em caráter extraordinário tantas vezes quantas sejam necessárias.

the Bally

2 Beetly



ROSICLER DO ROCIO CORADIN Oficial Designada do Registro Civil Pessoa Jordidea e Títulos e Documentes de Pinhais - PR

Parágrafo único. A cada 5(cinco) anos, na primeira quinzena de junho, os associados reunir-se-ão em Assembleia Geral com o fim de eleger a composição do novo Conselho de Administração, observado o DE Co disposto neste Estatuto Social.

Art. 20. Compete à Assembleia Geral:

- Eleger e destituir o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, no número previsto Estatuto, observando-se o disposto no art. 10, 1;
- II. Aprovar o Regimento Interno da "BLL";
- III. Examinar, discutir e votar o relatório do Conselho de Administração, as suas contas e o balanço geral, relativos ao exercicio anterior;
- Examinar, discutir e votar propostas de alteração estatutária, bem como a fixação dos valores dos títulos patrimoniais;
- V. Deliberar sobre a readmissão de associado excluído da "BLL";
- VI. Fixar, com base no balanço levantado, o (PL) /patrimônio líquido da "BLL", cujo valor, assim apurado, permanecerá em vigor até que outra assembleia o altere;
- VII. Dispor sobre a destinação do patrimônio da "BLL", em caso de sua dissolução;
- VIII. Dispor sobre a alienação ou oneração de bens imóveis;
- IX. Dispor sobre a fusão ou a incorporação que envolva a "BLL", ou, ainda, a sua dissolução, mediante deliberação 2/3 (dois terços) dos associados.
- Art. 21. A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração, através de seu Presidente, por oficio circular dirigido aos associados com a antecedência mínima de 7 (sete) dias úteis da data de sua realização e afixado, pelo mesmo prazo, na sede da "BLL".

Parágrafo único. A Assembleia Geral Extraordinária poderá ser convocada pelo Conselho de Administração, através de seu Presidente, ou por solicitação de 2/5 (dois quintos) do quadro social com direito a voto, em comunicação dirigida ao Presidente do Conselho de Administração, que deverá tomar as providências de convocação dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

- Art. 22. Assembleia Geral, presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 3/4(três quartos) dos associados com direito a voto e, em segunda, com qualquer número de associados, seguindo-se a convocação de secretário para lavrar a ata, escolhido pelo presidente.
- § 1º. Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, qualquer outro conselheiro poderá ser escolhido, por deliberação da maioria entre os presentes, para presidir a Assembleia Geral.
- § 2º. Antes de instalar-se a Assembleia Geral, os associados deverão assinar correspondente Lista de Presenças.
- Art. 23. A cada título patrimonial presente à Assembleia, dará direito a um único voto.
- § 1º. Somente será admitido na Assembleia Geral o representante da pessoa jurídica ou aquele que tiver poderes específicos através de procuração, sendo expressamente vedado a representação por substabelecimento.

That's

Fothas(s)

§ 2°. No caso da pessoa jurídica associada, só poderá haver um único representante correspondente a cada título na Assembleia Geral, observando-se o disposto no parágrafo único, do art. 9, ou procurador com poderes específicos para aquela assembleia.

§ 3°. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo a Presidente do Conselho de Administração o desempate, caso este ocorra.

Capítulo V

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 24. O Conselho de Administração será composto por 2 (dois) membros efetivos, Presidente e Vice-Presidente e 1 (um) Conselheiro de Administração titular.

§ 1º. Os 2 (dois) membros efetivos do Conselho de Administração, Presidente e Vice-

Presidente, serão indicados pela maioria simples dos associados instituidores;

§ 2°. O Conselheiro de Administração será indicado, respectivamente, pela maioria simples dos associados instituidores.

Art. 25. O Conselho de Administração exercerá seu mandato pelo período de 5 (cinco) anos, admitida a reeleição.

Parágrafo único. Na ausência do Presidente, assumirá o Vice-Presidente, para o desempenho temporário do cargo. Na hipótese de vacância da Presidência, competirá ao Vice-Presidente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, convocar Assembleia Geral Extraordinária para eleição do novo Conselho de Administração. Art. 26. A posse dos cargos, pelos eleitos, será feita no prazo máximo de 30 (trinta) dias da eleição.

Art. 27. Compete privativamente ao Conselho de Administração:

- I. Estabelecer as diretrizes gerais da "BLL";
- Verificar a regularidade e adequação da disponibilização da plataforma, nos termos e condições estabelecidas no art. 2º deste Estatuto;
- III. Aprovar os regulamentos e as demais normas regentes da "BLL";
- IV. Estabelecer os critérios e condições para admissão e exclusão de associados;
- V. Aprovar ou impugnar a admissão de novos associados;
- VI. Aplicar as penalidades respectivas em casos de descumprimento dos deveres e obrigações previstas neste Estatuto.
- VII. Submeter à Assembleia Geral, com respectivo parecer, os orçamentos e programas de trabalho e de investimentos, o relatório e demonstrações financeiras referentes a cada exercício social e a proposta de atualização do patrimônio social, bem como do valor do título patrimonial;
- VIII. Julgar os associados, nos casos de infração às normas editadas pela "BLL", bem como por práticas não-equitativas, impondo as seguintes penalidades:
- IX. a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão;



ROSICLER DO ROCIO CORADIN Oficial Designada do Registro Civil Pessoa Jorldica e Títulos e Documentos de Pinhais DE CO

- d) Exclusão;
- e) Inabilitação, temporária ou permanente, para o exercício de operador;
- X. Conhecer os recursos previstos no parágrafo único, do artigo 28, deste Estatuto Social;
- Art. 28. Compete privativamente ao Presidente do Conselho de Administração:
- A emissão de cheques correspondentes à movimentação de valores, em bancos, caixas econômicas I. e instituições financeiras, bem como a realização de qualquer movimentação " BLL" perante quaisquer bancos, caixas econômicas e instituições financeiras, órgãos da administração pública direta ou indireta e demais terceiros, bem como defender os interesses da "BLL" judicial, extrajudicial ou administrativamente, praticando todos os atos que se fizeram necessário para resguardar e melhor proteger seu patrimônio social e demais objetivos previstos neste Estatuto Social, podendo o Presidente substabelecer tal atribuição, mediante outorga de poderes específicos com prazo determinado;
- Delibar livremente sobre a aquisição e a alienação de bens imóveis e móveis, figurando como II. representante legal da "BLL" isoladamente nos negócios jurídicos atinentes a tais operações, podendo o Presidente, igualmente, substabelecer tal atribuição, mediante outorga de poderes especificos.

Capítulo VI CONSELHO FISCAL

Art. 29. O Conselho Fiscal será composto por l(um) membro titular, escolhido dentre os associados detentores de títulos patrimoniais operadores ou indicados por estes, com mandato igual ao do Conselho de Administração.

Art. 30. O membro do Conselho Fiscal, efetivo, exercera seu mandato e funções sem qualquer remuneração.

Art. 31. Compete ao Conselho Fiscal:

- Examinar, em qualquer tempo, a gestão do patrimônio e as atividades sociais, podendo exigir a I. exibição dos livros de contabilidade, documentos e informações de que necessitar, sempre que relacionados com a economia e as finanças da "BLL";
- Emitir parecer sobre os balanços, contas e relatórios do Conselho de Administração, a serem II. submetidos à Assembleia Geral, nos termos deste Estatuto;
- Emitir parecer sobre os orçamentos e respectivas modificações, elaborados pelo Conselho de Administração, dispensada a apreciação destes atos pela Assembleia Geral quando o parecer lhes for favorável;
- IV. Exercer quaisquer outras atribuições inerentes à sua qualidade de órgão fiscalizador da gestão econômico-financeira da Associação;
- Comparecer, quando convocado, nas reuniões do Conselho Diretor ou na Assembleia Geral.
- Art. 32. O Conselho Fiscal atuará sempre que houver matéria a ser por ele examinada.





Capítulo VII PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 33. O patrimônio social da "BLL" é constituído por bens móveis e imóveis, sistemas de informática, softwares próprios ou adquirido licença de uso de terceiros, direitos e ativos tangíveis e intangíveis, sendo representados por títulos patrimoniais, com numeração 001 a 150, de acordo com o artigo 5º deste estatuto. § 1º. O Conselho de Administração estabelecerá o preço dos títulos patrimoniais, na forma prevista no Estatuto Social, proporcionalmente ao valor patrimonial da sociedade (PL) nas seguintes proporções:

- a) Os títulos Institucionais terão o valor individual equivalente a 2,051282% do (PL) da sociedade;
- b) Os títulos Operadores terão o valor individual equivalente a 0,512821% do (PL) da sociedade Art. 34. Todo o patrimônio e receitas da "BLL" deverão ser investidos nos objetivos a que se destina a associação, ressalvados os gastos despendidos com bens necessários ao seu funcionamento administrativo, operacional e de desenvolvimento.

Parágrafo único. O pagamento de taxas e emolumentos pelos licitantes em virtude da utilização da plataforma disponibilizada aos órgãos públicos e ou privados para realização dos pregões públicos e ou privados e demais modalidades, destinam-se à manutenção da referida plataforma e desenvolvimento das atividades da "BLL", conforme permissivo legal da Lei 10.520/2002.

Capítulo VIII FUSÃO, CISÃO, INCORPORAÇÃO, DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO

Art. 35. A fusão, cisão ou incorporação da "BLL" ou, ainda, a incorporação pela "BLL", dependerá da aprovação em Assembleia Geral, por 2/3 (dois terços) dos seus associados. Art. 36. A dissolução da "BLL" dependerá da aprovação em Assembleia Geral, por 2/3 (dois/terços) dos seus associados.

Art. 37. A Assembleia Geral que aprovar a dissolução, deverá nomear o liquidante, determinando o modo e o prazo da liquidação, nos termos da lei.

Parágrafo Único. Em caso de dissolução, reverterá o patrimônio líquido aos associados de acordo com as respectivas titularidades de títulos de cada um.

Capítulo IX JUÍZO ARBITRAL

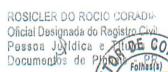
Art. 38. Fica instituído o Juízo de Arbitragem, de acordo com a Lei 9.307/96 e com o

Regulamento de Arbitragem – Câmara de Mediação e Arbitragem da Associação Comercial do Paraná

(ARBITAC) – para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste Estatuto.

Parágrafo Único. O juízo arbitral será instaurado por solicitação de associado ou terceiro, o qual, deverá cumprir o regulamento da ARBITAC.





Assinatur

Art. 39. O juízo arbitral baseará suas decisões nos regulamentos da "BLL", ou, na sua falta, na legisla comercial que for aplicável à espécie, nos usos e costumes mercantis, bem como na equidade.

Parágrafo único. A decisão do juízo arbitral produzirá entre as partes e seus sucessores os mesmo efeitos da sentença judicial e valerá como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, VIII, do Código de Processo Civil.

Art. 40. À execução da sentença arbitral, elegem as partes o foro Central da Região Metropolitana de Curitiba -Pr, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que se apresente.

Capítulo X

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. O exercício social da "BLL" coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano.

Art. 42. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a lei, pelo Conselho de Administração e referendados pela Assembleia Geral.

Art. 43. O presente Estatuto Social foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26/03/2020, revogando o anteriormente registrado sob nº 0000671/01 no Livro A-058, em 28 de setembro de 2016, no Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Pinhais Pr.

Pinhais, 26 de março de 2020.

Ademar Nitschke

Presidente

sheel Vode Comillor Plizabeth Vockt Comellas

Secretária

Thiage A. de Lemes A' **OABIPR J8384**

Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas Rua Camilo di Léllis, 434, sala 05

Pinhais · PR · Fone: (41)3033-3200 PROTOCOLO Nº 0026497 - REGISTRO Nº 0000671/03 - LIVRO A-082 -Emolumento: R\$19,30 (VRC 1.020,00), Funrejus: R\$8,67, Selo Funarpen: R\$1,17, Distribuidor: R\$9,02, ISS: R\$0,96, FADEP:R\$0,96

Pinhais-PR, 18 de junho de 2020

Rosicler do Rocio Coradin - Oficial Designada Selo Digital nº OGysD.Fd3ba.lvMCD, Controle: UvH9w.uOqQP Consulte esse selo em http:\\funarpen.com.br





83.323-000

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CA	DASTRO NACIONAL D	A PESSO	DA JURÍDIO	A	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.508.843/0002-38 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCR CADAST		E SITUAÇÃO	DATA DE ABERTURA 24/08/2015	
NOME EMPRESARIAL BOLSA DE LICITACOES E LE	EILOES DO BRASIL				
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOM BLL	E DE FANTASIA)				PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE 66.11-8-03 - Bolsa de mercad					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDAD 82.19-9-99 - Preparação de de anteriormente	es econômicas secundárias ocumentos e serviços especializa	dos de apoio	administrativo n	ão especificados	8
código e descrição da natureza 399-9 - Associação Privada	A JURÍDICA				
LOGRADOURO AV CAMILO DI LELLIS		NÚMERO 348	COMPLEMENTO SALA 109 SA	LA 115	

PINHAIS

(41) 3097-4600

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA

ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@BLL.ORG.BR

> DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 24/08/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/02/2022 às 15:18:54 (data e hora de Brasília).

BAIRRO/DISTRITO CENTRO

Página: 1/1

PR







CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: BOLSA DE LICITACOES E LEILOES DO BRASIL

CNPJ: 10.508.843/0002-38

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rfb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 16:44:09 do dia 31/10/2021 <hora e data de Brasília>. Válida até 29/04/2022.

Código de controle da certidão: B0CD.4E2E.E7AA.9190 Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná Secretaria de Estado da Fazenda Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual Nº 025377470-80

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: 10.508.843/0002-38

Nome: CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 08/03/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet www.fazenda.pr.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAIS ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nº 9584/2022

г	DESSOA	FÍSICA/JUF	PÍDICA 1
ı	PESSUA	FISICA/JUL	CIDICA I

Nome/Razão:	
BOLSA DE LICITACOES E LEILOES DO BRASIL	
CPF/CNPJ:	
10.508.843/0002-38	
Endereço:	
AVENIDA CAMILO DI LELLIS, 348	
Complemento:	CEP:
	83.323-000
Bairro:	
CENTRO	
Cidade:	Estado:
Pinhais	Paraná

Certifico, para os devidos fins, para que produza os efeitos legais (art. 205 e 206 da Lei 5.172/66) que INEXISTEM DÉBITOS referentes a Tributos Municipais, comerciais(mobiliários) e imobiliários, inscritos ou não em Dívida Ativa, em nome do contribuinte acima citado, até a presente data.

Reserva-se o direito da fazenda Municipal cobrar e inserir quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo posteriormente apuradas, mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta CERTIDÃO.

A aceitação da presente certidão esta condicionada à verificação de sua validade na internet no endereço: www.pinhais.pr.gov.br ou no setor tributário da Prefeitura Municipal.

Observação: Esta Certidão é válida somente para o contribuinte acima.

Autenticidade do Documento





Certidão Emitida gratuitamente conforme Lei 501/2001

Emitida Eletronicamente via Internet 16/02/2022 às 15:22 Qualquer rasura ou emenda invalida este documento

WGT211207-000-XFKFVSENBDHJZT-9



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE BASTOS - CNPJ 45.547.403/0001-93 RUA ADHEMAR DE BARROS N.º 530 BASTOS-SP.



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

ATESTAMOS, para os devidos fins, que a empresa BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL, com sede na Av. Camilo di Lellis, 348 Sala 109, CENTRO, Pinhais-PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.508.843/0002-38, atende o município de Bastos-SP, fornecendo gratuitamente ao órgão, sistema informatizado para realização de pregões eletrônicos e prestando suporte aos órgãos compradores e fornecedores participantes dos processos. Não havendo fatos supervenientes que desabonem sua conduta técnica e comercial dentro dos padrões de qualidade e desempenho exigidos e que sempre cumpriu com sua obrigação, não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos produtos/serviços prestados à esse órgão.

Bastos, 04 de junho de 2020.

MICHELE MAYUMI YAMASHIBA

ASSISTENTE DE LICITAÇÃO

ROGÉRIO MORAIS DE AGUIAR

ASSISTENTE DE LICITAÇÃO

MANOEL IRONIDES ROSA

PREFEITO MUNICIPAL





CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: BOLSA DE LICITACOES E LEILOES DO BRASIL (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 10.508.843/0002-38 Certidão n°: 28567246/2021

Expedição: 17/09/2021, às 11:05:39

Validade: 15/03/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data

de sua expedição.

Certifica-se que BOLSA DE LICITACOES E LEILOES DO BRASIL (MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o n° 10.508.843/0002-38, NÃO CONSTA do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO REGIONAL DE PINHAI

Rua 22 de Abril, 199 - Pinhais - PR CEP 83323-240 - Fone (41) 3667-6977 E-mail: distribuidor@distribuidorpinhais.com.br OFÍCIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS Denise Miguel Zattar - Oficial Titular

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição FALENCIA, CONCORDATA E RECUPERACAO JUDICIAL E EXTRA-JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

BOLSA DE LICITACOES E LEILOES DO BRASIL

CNPJ 10.508.843/0002-38, no período compreendido desde 10/07/1998, data de instalação deste cartório, até a presente data.

PINHAIS/PR, 16 de Novembro de 2021

BEL. DENISE MIGUEL ZATTAR - D.J. 237/06

DERATIVA

Digitally signed by DENISE MIGUEL ZATTAR:02483678971 Date: 2021.11.17 10:31:57 GMT-03:00

OFÍCIO DISTRIBUIDOR DE PINHAIS Denise Miguel Extrar Oficial Titular

Custas = R\$ 33,66 Página 0001/0001

Resolução 213/2018 - competência para processar e julgar passa a ser do Foro Central de Curitiba/PR.





PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI - ES

Processo Administrativo de Dispensa de Licitação Pública nº	2022.
Termo de Contrato Administrativo nº/2022.	

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADESÃO DE SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO, SOFTWARE QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE LICITAÇÕES EM AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE IRUPI, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IRUPI E... MEDIANTE AS CLÁUSULAS QUE ACEITAM E RECIPROCAMENTE OUTORGAM:

O Município de Irupi, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídio	ca de direito público interno,
sediada na Rua Jalmas Gomes de Freitas, nº 151, Centro,	inscrito no CNPJ sob o nº.
36.403.954/0001-92, neste ato representado pelo seu Prefe	ito, Sr. EDMILSON MEIRELES
DE OLIVEIRA, brasileiro, portador do CPF nº 813.296.287-	72 e RG nº 747346- SSP/ES,
residente à Rua João Costa, n° 260- Bairro Centro - Irupi	–ES, doravante denominado
simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a (o), inscrita	a no CNPJ sob o nº, situado
na cidade de, Rua, nº	, Bairro, CEP:
, neste ato representada por sua sócia, Sr. (a)	
, inscrita no CPF sob o nº e RG nº	, doravante
designada CONTRATADA, com base no Processo Administra	
Pública nº e de acordo com a Lei Federal nº. 8.	.666 de 21 de junho de 1993,
alterada pela Lei Federal nº. 8.883 de 08 de junho de 1994 i	resolvem celebrar o presente
CONTRATO, observadas as cláusulas e condições a seguir enu	ınciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: A contratada se compromete a fornecer ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Irupi, o Sistema Eletrônico de Licitações, através do Termo de Cessão de uso e treinamento para utilização do mesmo.

1.1. Serviço de Adesão de Sistema de Pregão Eletrônico.

ITEM	QUANT	MESES.	PRODUTO	VALOR MÉDIO UNIT.	VALOR MÉDIO TOTAL
01	60	MESES	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ADESÃO DE SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO, SOFTWARE QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE LICITAÇÕES EM AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE IRUPI.	0,00	0,00

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - Os serviços serão executados pelo CONTRATADO, conforme a solicitação do Município de Irupi, e as







propostas no Regulamento, na Licença de Uso, o Termo de Adesão apresentado pela Contratada, e nos preceitos elencados neste contrato;

2.1. Os serviços objeto deste contrato deverão ser prestados em local apropriado ou, alternativamente e a critério da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA - O presente contrato vigorará a partir da sua assinatura, permanecendo assim por 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA QUARTA – PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - Pela adesão de sistema de pregão eletrônico (software), o CONTRATADO não irá receber nenhum valor, pois a mesma, apresentou em sua proposta valor com custo zero, e também não irá cobrar taxa de cadastro dos fornecedores que por sua vez participam do certame sem despender quantia para tal, sendo apenas cobrado ao final do certame uma pequena taxa da empresa vencedora, ou seja, a empresa só pagará se vencer.

- **4.1.** O formato de cobrança para os licitantes será de 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do Lote Adjudicado, com vencimento parcelado mensalmente (número de parcelas equivalentes ao número de meses do Registro de Preço), emissão da primeira parcela em 60 (sessenta) dias após a adjudicação, limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por Lote Adjudicado e mediante boleto bancário em favor da BLL.
- **4.1.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 040001.0412200012.002-339039** da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

CLÁUSULA QUINTA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

- **5.1.** São obrigações do CONTRATADA:
- **5.1.1.** Realizar os serviços solicitados dentro das normas do processo de dispensa e dos padrões estabelecidos pelo Município de Irupi.
- **5.1.2.** Executar os serviços por meio de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas.
- **5.1.3.** Executar os serviços observando os procedimentos e orientações estabelecidos pelo município de Irupi e em conformidade com a legislação aplicável;
- **5.1.4.** Quando solicitado pela Administração Pública Municipal, colocar à disposição destes quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos bens sob sua responsabilidade, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso, ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto deste contrato;
- **5.1.5.** Corrigir imediatamente qualquer falha verificada na execução dos serviços, ressarcindo o Município de Irupi em até 5(cinco) dias úteis.







- **5.2.** São obrigações do **CONTRATANTE**:
- 5.2.1. Supervisionar, acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços contratados;
- **5.2.2.** A contratante se responsabilizará pela indicação de servidor Público Municipal que acompanhará in totum a execução da referida Contratação, após o encerramento do referido processo, devendo este reportar ao Controle Interno toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do objeto.

CLAUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO.

- 6.1. O executor terá o seu contrato cancelado a pedido quando:
- **6.1.1.** Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do contrato, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- **6.1.2.** Por iniciativa do Município, quando:
- **6.1.2.1.** O Executor deixar de cumprir as clausula que regem o presente contrato, bem como deixar de observar as normas legais pertinentes à referida contratação, indo de encontro ao interesse público, devendo ser essa última condição, devidamente motivada e justificada;
- **6.1.3.**O Executor não comparecer ou se recusar a prestar os serviços decorrentes do Contrato;
- **6.1.4.** Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no Contrato, ou nos pedidos dela decorrentes.
- **6.2.**O cancelamento dos Serviços contratados, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município.

CLAUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA - Ao CONTRATADO - ficará isento de prestar garantia para a execução do Contrato.

CLAUSULA OITAVA – O FORO - As partes contratadas elegem o Foro da Comarca do CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Contrato.

CLAUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS - Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transição, as condições estabelecidas no instrumento convocatório e as Normas contidas na Lei Federal Nº. 8.666/93, principalmente nos casos omissos.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas, infra-assinadas.

Irupi-ES, 16 de fevereiro de 2022.





PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

CONTRATADO CPF Nº.

TESTEMUNHAS:	
NOME:	NOME:
R.G.:	R.G.:





DESPACHO À ASSESSORIA JURÍDICA

Tendo em vista a solicitação da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, para que se viabilize a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE LICITAÇÕES EM AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE IRUPI, conforme a cotação de preço anexada ao processo, a referida contratação não apresentará custos de operação, a empresa disponibilizará para os órgãos públicos, o cadastro e a utilização da Plataforma sem qualquer custo aos cofres públicos. E a determinação do Sr. Prefeito, é para que se realize a referida contratação por Dispensa de Licitação, conforme inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, solicito à Assessoria Jurídica, que analise ao processo de dispensa e, entendo possível, aprove a referida Contratação.

Irupi, 17 de fevereiro de 2022.

Jania de Freitas Mateus Setor de Compras



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº.: 000168/2022

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO №. 004/2022

PARECER JURÍDICO

RELATÓRIO

- 1. Trata-se de solicitação formulada pela SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, através de seu Secretário Sr. Divaldo Ferreira da Luz Filho, solicitando a abertura de Procedimento de Dispensa de Licitação para contração de empresa especializada na ELABORAÇÃO DE PROJETOS ELÉTRICOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE IRUPI (fls. 02/04);
- 2. O pedido se encontra instruído com Termo de Referência (fls. 11/15) e Estudo Técnico Preliminar (fls. 05/10) onde constam as descrições dos serviços a serem prestados;
- 3. Consta nos autos três fontes de pesquisa de mercado (fls. 17/122), sendo a mais vantajosa no valor de R\$ 0,00 (zero reais);
- 4. O Procedimento encontra-se não se encontra instruído com Certidão de Existência de Dotação Orçamentária e Certidão de Existência de Recursos Financeiros por se tratar de contrato não oneroso;
- 5. A solicitação está devidamente autorizada pela Autoridade Competente (fls. 124);
- 6. Toda a documentação necessária da empresa a ser contratada está devidamente colacionada nos autos (fls. 127/141);
- 7. A pedido do **SETOR DE COMPRAS**, através da servidora Jania Freitas Mateus, veio os autos a está Assessoria Jurídica para análise e parecer da Minuta de Contrato (fls. 142/145) e de tudo mais que demande análise jurídica;
- 8. É o Relatório.

FUNDAMENTAÇÃO

9. A Administração Pública deve pautar-se pelos princípios constitucionais, previstos no art. 37 da Constituição Federal, tais como Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, e ainda atender ao Interesse Público, como regra em todos os seus

Rua Jalmas Gomes de Freitas, 151, Centro, Irupi/ES — CEP: 29.398-000 Tel.: 28.3548-1101 — Fax: 28.3548-1101 — assessoriajuridica.es@hotmail.com atos. Outra regra a qual a Administração Pública deve se submeter diz respeito às suas contratações para serviços, obras, locações, compras e demais objetos previstos em lei é a instauração de processo licitatório, ressalvado as exceções previstas em lei, conforme dispõem o art. 2º da Lei Federal nº. 8.666/93:

Art. 2º - As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei. (Grifouse)

- 10. Entretanto, conforme previsão da própria lei de licitações e contratos administrativos há os casos em que a Lei não impõe a realização de Processo Licitatório, como ocorre a Licitação Dispensada (art. 17), Licitação Dispensável (art. 24) e Licitação Inexigível (art. 25), onde dispõe de forma taxativa (art. 17 e 24) ou exemplificativa (art. 25);
- 11. Nos casos de licitação dispensável, embora possível à competição, não é obrigatória a utilização de qualquer uma das modalidades licitatórias previstas nos comandos legais;
- 12. Para os casos permitidos de licitação dispensável, exaustivamente previstos no art. 24 da Lei Federal nº. 8.666/93, poderá a Administração contratar diretamente sem licitação, ainda que seja possível a competição;
- 13. Em qualquer caso, deve o gestor buscar obter no mercado do objeto da contratação, no mínimo, três orçamentos, garantido assim o melhor preço para Administração Pública;
- 14. O art. 24, l e II da Lei Federal nº. 8.666/93 dispensa a licitação por considerar que o valor da contratação não compensa os custos para a Administração com o procedimento licitatório em uma de suas modalidades;
- 15. Essa dispensa por valor não pode ultrapassar 10% do limite previsto para modalidade Convite, nos casos de:

Obras e serviços de engenharia, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços de natureza idêntica e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

Compras e outros serviços, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possam ser realizadas de uma só vez.

16. Atualmente os valores que dispensam a Licitação são:

Obras e serviços de engenharia - até R\$ 33.000,00; Compras e outros serviços - até R\$ 17.600,00.

17. Quando a contratação for efetuada por consórcio público, sociedade de economia mista, empresa pública e autarquias e fundações qualificadas como agências executivas os valores serão os seguintes:



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Obras e serviços de engenharia - até R\$ 66.000,00; Compras e outros serviços - até R\$ 35.200,00.

Nesses casos, deve ser observado que: 18.

> Execução de obras ou prestação de serviços deve ser programada na totalidade, com previsão de custos atual e final e dos prazos de execução;

> Valor relativo à estimativa da despesa deve corresponder ao total da compra ou do serviço, a fim de que o objeto da licitação não venha a ser fracionado para fugir de modalidade superior ou enquadrar-se na hipótese de dispensa.

Tendo em vista o valor apresentado na proposta de fls. 17/35 pode ocorrer a contratação através de DISPENSA DE LICITAÇÃO nos termos do art. 24, II da Lei Federal nº. 8.666/93:

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

(...)

- Entretanto, como dito, para seguirmos estritamente o Princípio da Legalidade, em caso 20. de proceder a Dispensa de Licitação, devem haver no mínimo três propostas de empresas distintas para verificarmos a compatibilidade com o preço de mercado dos serviços a serem prestados, as quais JÁ CONSTAM NOS AUTOS;
- No presente caso, todas as propostas obtidas não trazem custos para o Município 21. contratante, mas somente para os Licitantes que por ventura venha a participar os Pregões Eletrônicos, sendo que a empresa escolhida apresenta o melhor custo benefício para os interessados, cobrando taxa apenas dos vencedores, sendo que as demais cobram taxas mensais de qualquer uma que venha a se cadastrar em seus sistemas. Assim, a empresa escolhida apresenta a possibilidade de maior número de participantes, o que interessa a Administração Pública dado o Princípio da Competitividade;
- Ao falar da contratação direta, MARÇAL JUSTEN FILHO, em sua obra¹ de consulta 22. obrigatória, assim escreve:

"A ausência de licitação não equivale a contratação informal, realizada com quem a Administração bem entender, sem cautelas nem documentação. Ao contrário, a contratação

¹JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações de Contratos Administrativos. Dialética. 15ª ed. São Paulo, 2012. p 329.



direta exige um procedimento administrativo prévio, em que a observância de etapas e formalidade é imprescindível."

- 23. Entendo que para legitimação de qualquer ato de **INEXIGIBILIDADE** ou **DISPENSA**, devem se trazer aos autos a documentação constantes nos art. 28, 29 da Lei nº. 8.666/93 e, se o objeto exigir, no art. 30 da mesma Lei;
- 24. Muitos se equivocam ao pensar que os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação é ausência de procedimento licitatório. "Ausência de Licitação não significa desnecessidade de observar formalidades prévias" (MARÇAL, 2012). Neste sentido o Setor de Compras se preocupou em formalizar todo o Procedimento de Dispensa através destes autos;
- 25. A MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE AQUISIÇÃO DO BEM E/OU SERVIÇO pretendido verificamos que foi elaborada em consonância com às exigências do art. 55 da Lei nº. 8.666/93 naguilo que lhe é aplicável;
- 26. É dever da Administração acompanhar e fiscalizar o contrato para verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos, consoante o disposto no art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93:
 - Art. 67. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assistilo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.
- 27. Acompanhamento e fiscalização de contrato são medidas poderosas colocadas à disposição do gestor na defesa do interesse público. Toda execução do contrato deve ser fiscalizada e acompanhada por representante da Administração, de preferência do setor que solicitou o bem, a obra ou o serviço;
- 28. Eis a Fundamentação.

CONCLUSÃO

- 29. Pela análise, restrita aos aspectos jurídico-formais, **OPINO** pela **LEGALIDADE** da Minuta de Contrato e de todo o procedimento, observadas as cautelas apontadas;
- 30. Enfatizo que o valor teto para Dispensa de Licitação com base no art. 24, I e II da Lei Federal nº. 8.666/93 **DEVE CORRESPONDER AO TOTAL ADQUIRIDO NO EXERCÍCIO FINANCEIRO**, ou seja, não se pode dispensar a Licitação e após atingir o teto para dispensa proceder a abertura de procedimento licitatório, sendo o inverso também verdade, não se pode dispensar a Licitação depois de já ter licitado;
- 31. Reafirmo que é dever da Administração indicar um responsável técnico para acompanhar a execução dos contratos, conforme determina o art. 67 da Lei Federal nº. 8.666/93;



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



32. É o Parecer, à elevada consideração superior, de caráter opinativo e orientativo, elaborado de acordo com os subsídios fornecidos.

Irupi/ES, 17 de fevereiro de 2022.

PERÍLIO BARBOSA LEITE DA SILVA OAB/ES ng. 17.006





Serviço: Setor de Compras **Para:** Gabinete do Prefeito

Assunto: Para Termo de Ratificação e Declaração Formal

Data: 17 de fevereiro de 2022.

Senhor Prefeito,

O Setor de Compras do Município de Irupi, tendo em vista a solicitação constante e o parecer jurídico no Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2022, vem, respeitosamente, através de seu responsável, abaixo assinado, opinar favoravelmente pelo objeto.

O fundamento destas contratações encontra amparo no Art. 24 incisos II, da Lei Federal 8.666/93.

Segundo o parecer emitido pelo jurídico municipal o processo encontra-se regular.

Assim, face à exposição de motivos acima, e, seguindo os ditames processuais previstos na legislação vigente em especial o art.26 da Lei 8.666/93, remetemos a V. Exa. o presente feito, dentro do prazo legal, opinando pela **Termo de Ratificação** da presente dispensa de licitação.

Sem mais para o momento, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

Jania de Freitas Mateus Setor de Compras



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES GABINETE DO PREFEITO



TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2022

Em atendimento ao disposto no Art. 26 da Lei nº 8.666/93, RATIFICO o processo de Dispensa de Licitação nº 004/2022, com fulcro no Art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93 e com base no parecer jurídico, cujo objeto é a contratação de empresa para fornecimento de software que automatiza o processo de licitações em aquisições e contratações de serviços realizados no Município de Irupi, considerando que tal contratação será sem ônus para a Administração;

Irupi-ES, 18 de Fevereiro de 2022.

EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA:81329628772 Assinado digitalmente por EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA:81329628772

Data: 2022.02.18 20:36:15 -0300

Edmilson Meireles de Oliveira Prefeito Municipal







CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Certifico para os devidos fins de prova, atendendo ao disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, que a publicação do termo de ratificação do processo de dispensa de licitação nº 004/2022, foi afixada no quadro de aviso da prefeitura municipal de Irupi-ES, no dia 18/02/2021.

Irupi (ES), 18 de Fevereiro de 2022.

Aurenice Nunes Ribeiro Chefe de Gabinete Interina



PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI – ES GABINETE DO PREFEITO



DECLARAÇÃO FORMAL DO ORDENADOR DA DESPESA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 004/2022.

Pelo presente instrumento, o Prefeito Municipal de Irupi, no pleno uso de suas atribuições, e considerando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, notadamente em seu Art. 16 e a certidão da Contabilidade do Município, DECLARA sob as penas da Lei, que a despesa para a contratação referente ao processo em epígrafe está compatibilizada com as três instâncias básicas do processo orçamentário: a Lei Orçamentária Anual a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei do Plano Plurianual.

Irupi/ES, 18 de Fevereiro de 2022.

EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA:81329628772 Assinado digitalmente por EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA:81329628772

Data: 2022.02.18 20:36:36 -0300

Edmilson Meireles de Oliveira Prefeito Municipal





ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO № 004/2022, À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Despacho:
Prezado (a) Secretário (a),
Encaminho os autos da Dispensa de licitação nº 004/2022, para que seja lavrado o contrato.
Sem mais para o momento,
Cordialmente,
Irupi, 22 de fevereiro de 2022

Jania de Freitas Mateus Setor de Compras





Processo Administrativo de Dispensa de Licitação Pública nº 168/2022. Termo de Contrato Administrativo nº 033/2022.

> **ADMINISTRATIVO** CONTRATO TERMO DE OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADESÃO DE SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO, SOFTWARE QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE LICITAÇÕES EM AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS MUNICÍPIO DE REALIZADOS NO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IRUPI E A ASSOCIAÇÃO CIVIL BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL, MEDIANTE AS CLÁUSULAS RECIPROCAMENTE OUE ACEITAM E **OUTORGAM:**

O Município de Irupi, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, sediada na Rua Jalmas Gomes de Freitas, nº 151, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº. 36.403.954/0001-92, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA, brasileiro, portador do CPF nº 813.296.287-72 e RG nº 747346- SSP/ES, residente à Rua João Costa, n° 260, Bairro Centro, Irupi-ES, CEP 29398-000, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a associação civil sem fins lucrativos BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL , inscrita no CNPJ sob o nº 10.508.843/0002-38, com sede na cidade de Pinhais - PR, Avenida Camilo Di Lellis, nº 348, 1º andar, sala 109 e 115, Bairro Centro, CEP 83.323-000, neste ato representada por seu presidente, Sr. Ademar Nitschke, inscrito no CPF sob o nº 093.730.120-53 e RG nº 1.230.075-1 SSP/PR, doravante designada CONTRATADA, com base no Processo Administrativo nº 168/2022 de Dispensa de Licitação Pública nº 004/2022, de acordo com a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei Federal nº. 8.883 de 08 de junho de 1994, resolvem celebrar o presente CONTRATO, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: A contratada se compromete a fornecer ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Irupi, o Sistema Eletrônico de Licitações, através do Termo de Cessão de uso e treinamento para utilização do mesmo.

1.1. Serviço de Adesão de Sistema de Pregão Eletrônico.

ITEM	QUANT	MESES.	PRODUTO	VALOR MÉDIO UNIT,	VALOR MÉDIO TOTAL
01	60	MESES	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADESÃO DE SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO, SOFTWARE QUE AUTOMATIZA O	0,00	0,00





PROCESSO DE LICITAÇÕES EM AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS REALIZADOS NO	
MUNICÍPIO DE IRUPI.	

CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS - Os serviços serão executados pela CONTRATADA, conforme a solicitação do Município de Irupi, e as propostas no Regulamento, na Licença de Uso, o Termo de Adesão apresentado pela Contratada, e nos preceitos elencados neste contrato;

2.1. Os serviços objeto deste contrato deverão ser prestados em local apropriado ou, alternativamente e a critério da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA - O presente contrato vigorará a partir da sua assinatura, permanecendo assim por 48 (quarenta e oito) meses.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO - Pela adesão de sistema de pregão eletrônico (software), a CONTRATADA não irá receber nenhum valor, pois a mesma apresentou em sua proposta valor com custo zero, e também não irá cobrar taxa de cadastro dos fornecedores que por sua vez participam do certame sem despender quantia para tal, sendo apenas cobrado ao final do certame uma pequena taxa da empresa vencedora, ou seja, a empresa só pagará se vencer.

- 4.1. O formato de cobrança para os licitantes será de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do Lote Adjudicado, com vencimento parcelado mensalmente (número de parcelas equivalentes ao número de meses do Registro de Preço), emissão da primeira parcela em 60 (sessenta) dias após a adjudicação, limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por Lote Adjudicado e mediante boleto bancário em favor da BLL.
- 4.1.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 040001.0412200012.002-339039 da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

CLÁUSULA QUINTA- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA

- 5.1. São obrigações da CONTRATADA:
- 5.1.1. Realizar os serviços solicitados dentro das normas do processo de dispensa e dos padrões estabelecidos pelo Município de Irupi.
- 5.1.2. Executar os serviços por meio de pessoas idôneas, tecnicamente capacitadas.
- 5.1.3. Executar os serviços observando os procedimentos e orientações estabelecidos pelo município de Irupi e em conformidade com a legislação aplicável;
- 5.1.4. Quando solicitado pela Administração Pública Municipal, colocar à disposição destes quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais dos bens sob sua responsabilidade, de que venha a tomar conhecimento ou ter acesso,





ou que venham a ser confiados, sejam relacionados ou não com a prestação de serviços objeto deste contrato;

- 5.1.5. Corrigir imediatamente qualquer falha verificada na execução dos serviços, ressarcindo o Município de Irupi em até 5 (cinco) dias úteis.
- **5.2.** São obrigações do **CONTRATANTE**:
- 5.2.1. Supervisionar, acompanhar e fiscalizar a prestação de serviços contratados;
- 5.2.2. A contratante se responsabilizará pela indicação de servidor Público Municipal que acompanhará in totum a execução da referida Contratação, após o encerramento do referido processo, devendo este reportar ao Controle Interno toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO CONTRATO.

- 6.1. O executor terá o seu contrato cancelado a pedido quando:
- 6.1.1. Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do contrato, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- **6.1.2.** Por iniciativa do Município, quando:
- 6.1.2.1. O Executor deixar de cumprir as cláusulas que regem o presente contrato, bem como deixar de observar as normas legais pertinentes à referida contratação, indo de encontro ao interesse público, devendo ser essa última condição devidamente motivada e justificada;
- 6.1.3. O Executor não comparecer ou se recusar a prestar os serviços decorrentes do Contrato;
- 6.1.4. Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas no Contrato, ou nos pedidos dela decorrentes.
- 6.2. O cancelamento dos Serviços contratados, nas hipóteses acima previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, serão formalizados por despacho da autoridade competente do Município.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA GARANTIA - A CONTRATADA - ficará isenta de prestar garantia para a execução do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - O FORO - As partes contratadas elegem o Foro da Comarca do **CONTRATANTE**, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Contrato.

CLÁUSULA NONA - DISPOSIÇÕES FINAIS - Fazem parte integrante do presente Contrato, independente de transição, as condições estabelecidas no instrumento convocatório e as Normas contidas na Lei Federal Nº. 8.666/93, principalmente nos casos omissos.







E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e valor, na presença de duas testemunhas, infra-assinadas.

Irupi-ES, 22 de fevereiro de 2022.

EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA:81329628772 Assinado digitalmente por EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA:81329628772 Data: 2022.03.08 14:40:59 -0300

EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE

ADEMAR NITSCHKE:09 NITSCHKE:09373012053 373012053

Assinado de forma digital por ADEMAR Dados: 2022.03.08 16:57:40 -03'00'

ADEMAR NITSCHKE CONTRATADO CPF Nº 093.730.120-53

TESTEMUNHAS:		
NOME:	NOME:	
R.G.:	R.G.:	





EXTRATO DO CONTRATO № 033 /2022

PARTES: IRUPI - ES X BOLSA DE LICITACOES E LEILOES DO BRASIL

Objeto do Contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE LICITAÇÕES EM AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE IRUPI, nos termos do art. 24 incisos II da Lei Federal 8.666/93.

Data do Contrato: 08 de março de 2022.

Valor do Contrato: R\$ 0,00 (zero).

Certifico que o presente extrato fora publicado no Quadro de Aviso da Prefeitura Municipal, no prazo legal.

Liliana Lopes Romualdo da Costa Setor de Compras

Entidades Municipais

Fundo Municipal de Saúde de Irupi

Contrato

RESUMO DO CONTRATO Nº 033/2022 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2022

Processo Administrativo nº 000168/2022. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRUPI-ES

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADESÃO DE SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO, SOFTWARE QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE LICITAÇÕES EM AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVÍÇOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE IRUPI. CONTRATADO:

LSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL, no

valor com custo zero.

Vigência do Contrato: 48 (quarenta e oito) meses. Data da Assinatura do Contrato: 22 de fevereiro de 2022

Edmilson Meireles De Oliveira Prefeito Municipal

Protocolo 812317

Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari - IPG -

Portaria

PORTARIA/IPG Nº 017/2022

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DA PORTARIA/IPG Nº 015/2022.

A TRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas na Lei Municipal n.º 2.542/2005 c/c o Decreto Municipal n.º 140/2019.

RESOLVE: Art. 1.º Fica retificado a data da Portaria/IPG nº 015/2022, que dispõe sobre a concessão de APO-SENTADORIA POR INVALIDEZ à servidora ELAINE CRISTINA BODART:

Onde-se lê: "Guarapari/ES, 03 de março de 2021." Leia-se: "Guarapari/ES, 03 de março de 2022. OR De Art. 2.º Ficam inalterados os demais artigos da Portaria/IPG nº 015/2022. Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário o

Guarapari/ES, 08 de março de 2022

ALINE DIAS SILVA

Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari/ES - IPG

Protocolo 812175

PORTARIA/IPG N.º 016/2022 DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE.

A DIRETORA PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas nas Leis Municipais n.º 2.542/2005 e n.º 3.349/2011, c/c o Decreto Municipal n.º 140/2019.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder APOSENTADORIA POR IDADE a servidora REGINA CARMINATI BELEM, matriculada sob o n.º 162159.1 no Quadro Permanente do Poder Executivo Municipal, no cargo efetivo de Agente de Serviço Operacional I, 30 horas, Função Auxiliar de Serviço Escolar - Letra "C"; em conformidade com a Lei Municipal n.º 4.325/2019, com proventos proporcionais relativos à média aritmética de 9.794/10.950 dias, e fulcro no art. 40, § 1.º, inciso III, alínea "b", da CF/1988, com redação dada pela EC nº 41/2003, c/c a Lei Federal n.º 10.887/2004 e com o art. 23, inciso II, da Lei Municipal n.º 2.542/2005 que dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Guarapari/ES, e, ainda, pelo que consta no procedimento administrativo IPG n.º 200042/2022.

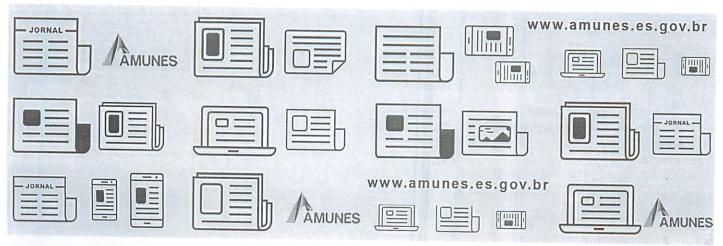
Art. 2.º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data.

Guarapari/ES, 08 de março de 2022.

ALINE DIAS SILVA

Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Guarapari / ES - IPG

Protocolo 812367







DESPACHO AO SETOR DE COMPRAS

Irupi – ES, 09 de março de 2022.

Em cumprimento à solicitação, e de acordo com o Estudo Técnico, e o Termo de Referência da Secretaria de Administração e Planejamento, fica designado como fiscal de contrato no processo administrativo nº 168/2022 da Dispensa de Licitação nº 004/2022, o Sr. Thiago Rodrigues - Auxiliar Administrativo, matrícula nº 233982, para função de fiscal do processo acima aduzido.

Atenciosamente,

Liliana Lopes Romualdo da Costa Setor de Compras

> Ciente: Irupi, <u>10</u> 1<u>03</u> /2022





DESPACHO DA PRESIDENTE

Cumpridas as formalidades legais, na qualidade de responsável do Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Irupi — ES, designado pelo Senhor Prefeito, determino a remessa do processo de dispensa de licitação nº. 004/2022, encaminhando ao Excelentíssimo Senhor Prefeito de Irupi, todos os procedimentos relativos à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE QUE AUTOMATIZA O PROCESSO DE LICITAÇÕES EM AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE IRUPI, nos termos do art. 24, inciso II da Lei Federal 8.666/93, para apreciação, no sentido de entendendo viável emitir Portaria e Ordem de Execução, a fim de cumprir com o objeto da referida contratação.

Irupi – ES, 09 de março de 2022.

Liliana Lopes Romualdo da Costa Setor de Compras





PORTARIA Nº: 027 de 09 de Março de 2022.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dados do Contrato

PROCESSO	Nº:	0168/2022	DATA:	10/02/2022		
		DISPENSA D	E LICITAÇÃO N	N° 004/2022		
CONTRATO) Nº	033/2022	UNIDADE GI	ESTORA:	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento	
CONTRATA	DO:	В	olsa de Licitaçõe	s e Leilões d	lo Brasil	
CNPJ:	10	0.508.843/0002-38	VALOR DO CONTRATO:		0,00	
VIGÊNCIA:		48 mese	es a partir da data	de assinatui	ra do contrato.	
DATA DE A CONTRATO		TURA DO		08/03	3/2022	
processo de	licita	resa para fornecimento ções em aquisições cípio de Irupi.				

O Prefeito do Município de Irupi, Estado do Espírito Santo, **Edmilson Meireles de Oliveira**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Sr. Thiago Rodrigues, Matrícula nº 233982, lotado na Secretaria de Administração e Planejamento, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 033/2022 que EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA:81329628772 OLIVEIRA:81329628772

Rua Jalmas Gomes de Freitas, 151 Centro, Irupi, ES, CEP 29.398 (10) +55283548-1101 / gabinete@irupi.es, gov.



PRESENTABLY MUNICIPAL DE IRUPI

THE STANDARD WILLIAM CO. OR OF MARKET ME. THE

ALVODERS AVORSON AS SECURED AS

AND SECOND SECON

Constant of the second of the

Character of confirmation of the confirmation consultations and the confirmation of th

to the state of the state of the Language Language of the state of the

STREET

Arts in Production 6.5 of the Rollingson Co.

and a special confi





PORTARIA Nº: 027 de 09 de Março de 2022.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Dados do Contrato

PROCESSO Nº		0168/2022	DATA:	10/02/202	22
		DISPENSA DI	E LICITAÇÃO N	004/2022	
CONTRATO N	0	033/2022	UNIDADE GI	ESTORA:	Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
CONTRATADO);	Во	olsa de Licitaçõe	s e Leilões	do Brasil
CNPJ:	10	0.508.843/0002-38	VALOR DO	CONTRAT	O: 0,00
VIGÊNCIA:	T	48 mese	es a partir da data	de assinatu	ıra do contrato.
DATA DE ASS CONTRATO:	INAT	CURA DO		08/0	3/2022
	icita	resa para fornecimento ções em aquisições típio de Irupi.			

O Prefeito do Município de Irupi, Estado do Espírito Santo, **Edmilson Meireles de Oliveira**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1°. Designar o Sr. Thiago Rodrigues, Matrícula n° 233982, lotado na Secretaria de Administração e Planejamento, para exercer a função de Fiscal do Contrato n° 033/2022, que EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA:81329628772 Data: 2022.03.10 11:08:13

Rua Jalmas Gomes de Freitas, 151 Centro, Irupi, ES, CEP 29.398 (10)

Programme of the News Street, Name of the Name of the

PRE ALTURA AUDIO UPAL DE UNUM.







representará a secretaria perante o contratado e zelará pela boa execução do o eto pactuado, exercendo as atividades de orientação, fiscalização e controle previstas na IN 020 2015, devendo ainda:

- a) Anotar de forma organizada, em registro próprio e em ordem cronológica, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, conforme disposto nos §§ 1° e 2° do art. 67 da Lei 8.666, de 1993;
- b) Conferir o cumprimento do objeto e demais obrigações pactuadas, especialmente o atendimento às especificações atinentes ao objeto e sua garantia, bem como os prazos fixados no contrato, visando o local onde o contrato esteja sendo executado e registrando os pontos críticos encontrados, inclusive com a produção de provas, datando, assinando e colhendo a assinatura do preposto da contratada para instruir possível procedimento de sanção contratual;
- c) Comunicar ao Gestor do contrato sobre o descumprimento, pela contratada, de quaisquer das obrigações passíveis de rescisão contratual e/ou aplicação de penalidades;
- d) Exigir que a contratada substitua os produtos/bens que se apresentem defeituosos ou com prazo de validade vencido ou por vencer em curto prazo de tempo e que, por esses motivos inviabilizem o recebimento definitivo, a guarda ou a utilização pelo contratante;
- e) Comunicar imediatamente à contratada, quando o fornecimento seja de sua obrigação, a escassez de material cuja falta esteja dificultando a execução dos serviços;
- f) Recusar os serviços executados em desacordo com o pactuado e determinar desfazimento, ajuste ou correções;

 EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA:81329628772

 Assinado digitalmente por EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA:81329628772

Rua Jalmas Gomes de Freitas, 151 Centro, Irupi, ES, CEP 29.398-000 +55283548-1101 / gabinete@irupi.es.gov.br.





- g) Receber, provisória ou definitivamente, o objeto do contrato sob sua responsabilidade, mediante termo circunstanciado ou recibo, assinado pelas partes, de acordo com o art. 73 da Lei nº 8.666 de 1993, recusando, de logo, objetos que não correspondam ao contratado;
- Testar o funcionamento de equipamentos e registrar a conformidade em documento;
- Analisar, conferir e atestar as notas fiscais;
- Encaminhar a documentação à unidade correspondente para pagamento;
- k) Comunicar à administração eventual subcontratação da execução, sem previsão editalícia, ou sem conhecimento da administração;
- 1) Fiscalizar, pessoalmente, os registros dos empregados da contratada locados nos serviços, para verificar a regularidade trabalhista;
- m) Verificar, por intermédio do preposto da contratada, a utilização pelos empregados da empresa dos equipamentos de proteção individual exigidos pela legislação pertinente, exigindo daquele a interdição do acesso ao local de trabalho, e na hipótese de descumprimento, comunicar à administração para promoção do possível processo punitivo contratual;
- n) Exigir, por intermédio do preposto da contratada, a utilização de crachá e de uniforme pelos empregados da contratada, quando for o caso, e conduta compatível com o serviço público, pautada pela ética e urbanidade no atendimento;
- o) Cobrar da contratada, quando se tratar de obras, no local de execução dos serviços, na formatação padrão combinada, o Diário de Obra, cujas folhas deverão estar devidamente numeradas e assinadas pelas partes, e onde serão feitas as anotações

Rua Jalmas Gomes de Freitas, 151 Centro, Irupi, ES, CEP 29.398-000 +55283548-1101 / gabinete@irupi.es.gov.br.





diárias sobre o andamento dos trabalhos tais como: indicação técnica início e término de etapas de serviço, causas e datas de início e término de eventuais interrupções dos serviços, recebimento de material e demais assuntos que requeiram providências; e

p) Zelar para que o contratado registre as ocorrências referidas no item anterior no Diário de Obra, com vista a compor o processo e servir como documento para dirimir dúvidas e embasar informações acerca de eventuais reivindicações futuras.

Art. 2°. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Registre-se, publique-se, cumpra-se e arquive-se.

Prefeitura Municipal de Irupi/ES, 09 de Março de 2022.

EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA:81329628772 Assinado digitalmente por EDMILSON MEIRELES DE OLIVEIRA:81329628772

Data: 2022.03.10 11:08:41 -0300

Edmilson Meireles de Oliveira Prefeito Municipal

Certidão de Publicação

Certifico para os devidos fins nos termos da Lei Orgânica Municipal, que a presente Portaria foi publicada no quadro de aviso da Prefeitura em 09 de Março de 2022.

Assinado digitalmente por ABERCILIO

ABERCILIO MACHADO DE OLIVEIRA:10333748735 Assinado digitalmente por ABERCÍLIO MACHADO DE OLIVEIRA:10333748735 Data: 2022.03.10 11:08:49 -0300

Abercilio Machado de Oliveira Chefe de Gabinete





ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO DISPENSA DE LICITAÇÃO AO SETOR FINANCEIRO

Irupi – ES, 10 de março de 2022.
Despacho:
Prezado (a) Secretário (a),
Encaminho os autos da Dispensa de Licitação nº 004/2022, para os procedimentos pertinentes. Sem mais para o momento,
Cordialmente,

Liliana Lopes Romualdo da Costa Setor de Compras